

Cultura e Opulência do Brasil, de André João Antonil

Fonte:

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

Texto proveniente de:

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por:

Evaldo Nunes de Almeida – Araruama/RJ

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para <bibvirt@futuro.usp.br>.

Estamos em busca de patrocinadores e voluntários para nos ajudar a manter este projeto. Se você quiser ajudar de alguma forma, mande um e-mail para <parceiros@futuro.usp.br> ou <voluntario@futuro.usp.br>.

CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL André João Antonil

AO MESTRE PREZADO E ILUSTRE

J. CAPISTRANO DE ABREU

EM LEMBRANÇA

DAS SÁBIAS LIÇÕES DA ADOLESCÊNCIA
ATÉ OS DIAS DE HOJE CONTINUADAS
AFETUOSAMENTE OFERECE
- E COMO A QUEM DE DIREITO -
ESTE ENSAIO DESPRETENSIOSO
O DISCÍPULO E AMIGO
AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

S. Paulo, 15 de Junho de 1922

ANTONIL E SUA OBRA

ESTUDO BIOBIBLIOGRÁFICO POR
AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

Como já tivemos o ensejo de o notar, na advertência à terceira edição das *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente*, do erudito Frei Gaspar da Madre de Deus – preciosas insubstituíveis, para o estudo das primeiras eras paulistas – como já o deixamos dito, há na bibliografia nacional as mais extraordinárias lacunas a preencher. Milhares e milhares são os brasileiros que sobremodo se interessam pelos livros do velho Brasil, a que, no entanto, só conhecem de citação, pelo fato de que ninguém os encontra, senão de longe em longe, pelo mero acaso, em belchiores, e por preços assustadores. Alguns – bem poucos aliás – destes velhos livros foram, é verdade, reimpressos em grandes coleções, sobretudo na monumental e benemérita *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Já com isto melhorou a situação do público em relação a tão procuradas obras. No entanto, quem pode possuir tão volumosa coleção como a *Revista*? Poucos bibliófilos apenas. O que convinha era pôr ao alcance de todos, por meio de edições vendidas por preços razoáveis, estes tão apreciados documentos dos velhos tempos brasileiros.

Melhor inspirados não podiam ser os Srs. Weiszflog Irmãos do que publicando a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador e as *Memórias* de Frei Gaspar da Madre de Deus, sobretudo a primeira crônica, opulenta pelos comentários profundos do grande mestre Capistrano de Abreu. Prosseguindo nesta ordem de idéias enceta hoje a Companhia Melhoramentos de S. Paulo, sucessora de Weiszflog Irmãos, uma série de reimpressões de livros raros brasileiros, a que nos dá a honra de presidir, distinção que sobremodo nos desvanece e só podemos atribuir às relações de amizade que desde anos nos prendem à poderosa e patriótica empresa.

Principiamos pela obra de Antonil, livro famoso, inacessível, aureolado pela perseguição colonial de que foi vítima, pela raridade extrema de sua edição *princeps* em acima de tudo, cheio de grandes méritos pela abundância, riqueza e sinceridade dos informes. Constitui um repositório preciosíssimo sobre a vida econômica do Brasil em princípios do século XVIII; faz um apanhado completo das condições que regiam as principais indústrias do país; a cana-de-açúcar, fator de enorme opulência do Norte, do luxo da Bahia e de Pernambuco, e a mineração do ouro, exatamente numa época em que acabara de dar-se o grande *rush* de paulistas e reinóis para as terras prodigiosas dos antigos Cataguazes, agora Minas Gerais. A estas duas *mamas* do Brasil, se assim podemos chamá-las por analogia à célebre comparação de Sully, quanto à lavoura e pecuária, “tetras principais dos reinos”, consagra Antonil quase toda a sua obra, reservando contudo ainda pequenos capítulos, à criação do gado e à lavra do tabaco.

I

Condições que regiam a lavoura da cana no Brasil setecentista. Criteriosos conselhos do autor sobre mil e um assuntos. A produção açucareira do Brasil.

Discursando sobre a lavoura da cana, não só escreveu Antonil um manual do agricultor da preciosa gramínea que foi a base da riqueza nacional, até meados do século XIX, como ainda um código do critério e do bom tom, sobremodo proveitoso àquelas épocas atrasadas.

Assim o vemos começar expondo “que cabedal deveria ter o explorador de um engenho real”, para depois ministrar os mais minudentes conselhos a quantos quisessem, no Brasil, estabelecer-se como fabricantes de açúcar. Surgem os conselhos para a compra ads terras, de modo a não adquirir o novel plantador chãos estéreis ou sequer inferiores por massapés, a famosa terra negra, adocicante por excelência do caldo sacarífero.

E como foi sempre o Brasil terra de títulos precários de posse, aconselha aos adquirentes de engenhos que se precavem contra as possíveis e prováveis demandas; usem de toda a diligência para defender os marcos e as águas de que necessite, para moer, o seu engenho, etc., e assim se evitem demandas e pleitos, “contínua desinquietação d’alma e contínuo sangrador de rios de dinheiro, que vai a entrar em casa dos advogados, solicitadores e escritães, com pouco proveito de quem promove o pleito ainda quando alcança, depois de tantos gastos de desgostos, em seu favor a sentença. Nem deixe os papéis, e as escrituras que tem, na caixa da mulher, para que depois seja necessário mandar dizer muitas missas a S. Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister de exhibi-lo!”. E assim continua o bom do autor a discorrer *ex abundantia cordis* com naturalidade e singeleza encantadoras, a ditar regras de elemental critério a bem dos seus possíveis consulentes, a quem só dá os mais leais e judiciosos conselhos, ora a lhes ensinar “como se há de haver o senhor de engenho com os lavradores e outros vizinhos e estes com o senhor”, ora “como se há de haver na eleição das pessoas e oficiais que admitir a seu serviço e primeiramente da eleição do capelão”, ora ainda na escolha “do feitor mor e dos outros feitores menores, que assistem à moenda, fazendas e partidas da cana” e como lhes determinará “obrigações e soldadas”.

Feita esta primeira parte relativa ao governo do engenho passa a explicar a fabricação do açúcar, expondo quais os deveres do mestre do açúcar, e seu “soto-mestre, a quem chamam banqueiro”, e do seu ajudante, “a quem chamam ajuda-banqueiro”, e, ainda os do purgador e caixeiro do açúcar, ou fiscal mor da safra fabricada.

Voltando a tratar da economia doméstica grande capítulo consagra ao modo pelo qual “se há de haver o senhor de engenho com os seus escravos”, “mãos e pés do seu estabelecimento”. Curiosíssimas páginas estas onde se lêem interessantes apanhados de pontos de vista coloniais sobre as relações mútuas de servos e senhores. É nele que o autor recolhe o adágio tão famoso e tão citado das nossas antigas eras; de que o Brasil “é inferno dos negros, purgatório dos brancos, e paraíso dos mulatos e das mulatas”. Conselhos humanitários quando possível ministra o A. aos seus leitores, apelando para os seus sentimentos religiosos, a fim de que fujam de castigar os servos em demasia, contrariando assim outro prolóquio popular antigo de que só precisam os negros de três P: pão, pau e pano.

Passando a outra série de assuntos continua Antonil a expor os tesouros de sua experiência no caso “de como se há de haver o senhor de engenho no governo de sua família e nos gastos ordinários da casa”, explicando quanto é melindrosa a resolução do problema que se propõe aos pais em relação aos filhos homens: “se ficam no engenho criam-se tabaréus, soltos nas cidades é arrisca-los a faze-los viciosos e enche-los de viciosas doenças. O melhor é tê-los bem vigiados sem consentir que a mãe lhes remeta dinheiro ou mande para isso secretamente ordens ao correspondente”; e por aí continua numa série de observações preciosas para o estudo da vida íntima brasileira, naquelas eras longínquas.

Um dos quatro livros destinou-o exclusivamente à exposição exaustiva dos assuntos referentes à indústria do açúcar desde a escolha da terra, planta e limpa das canas, estudo das variedades agricultadas, pragas, corte e condução para o engenho, até a montagem desta casa de máquinas, movida a água, ensinando como se há de fazer a moagem e de quantas pessoas necessita a moenda. E ainda nos diz quais as melhores madeiras a empregar para o madeiramento do engenho, a fatura da moenda, “canoas e barcos”, o que se deve pagar aos carpinteiros e oficiais de outros ofícios, qual o aparelhamento das fornalhas, e qual a melhor lenha, o que se há de fazer com a cinza e sua decoada, como devem ser as caldeiras e cobres, de quanta gente hão mister e quais os instrumentos que usam. Vem depois a descrição minudente dos processos de limpar e purificar o caldo nas caldeiras e no parol de coar, até passar para os tachos, do modo de cozer e bater o melado nestes, das três têmeperas que este sofre, da passagem do açúcar para as formas, do tendal para a casa de purgar, da descrição do pessoal ocupado em purgar, mascavar, secar e encaixar e dos instrumentos para isto necessários, todas as manipulações enfim até a conferência do peso, repartição e encaixotamento do gênero. Estuda os tipos de açúcar, que separadamente se encaixam, a marca das caixas e dos modos de sua condução ao trapiche, lembrando providências para que se poupe a boiada do engenho e se examinem as condições da vendagem do gênero, os seus preços “antigos e modernos”, explicando as causas da crise que assoberbava a lavoura açucareira, a concorrência da nova indústria mineradora do ouro, empolgando todas as atenções, atraindo todos os negros importados da África por preços agora excessivos. Daí a enorme alta do gênero. Feito o cômputo da produção brasileira, em caixas de açúcar, a 37.020, das quais 14.500 para 146 engenhos baianos, 12.300 para 246 pernambucanos e 10.220 para 136 fluminenses, estuda Antonil “o que custa uma caixa de açúcar de trina a cinqüenta arrobas, na alfândega de Lisboa, e o valor de todo o açúcar que cada ano se faz no Brasil”. Assim ficamos sabendo que uma caixa do melhor tipo, de 35 arrobas, açúcar branco batido, valia em princípios do século XVIII 69\$488 rs., preço que precisamos multiplicar por 50, senão mais, para atendermos às diferenças de capacidade aquisitiva da moeda, então e agora. Valia a exportação brasileira do gênero um total de

2.535:142\$800 rs.; uns cem ou cento e vinte mil contos de hoje, o que é uma cifra bem considerável para tão escassa população.

Muito curiosa a síntese com que remata o A. o seu extenso memorial agrícola. “Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana até sair do Brasil”, espirituosa, vivaz, em que segue as diversas manipulações por que passa o caldo até se converter em sólido e continua a enunciar-lhe as peripécias da existência até a entrada em casa dos consumidores, depois de mil e um padecimentos e torturas, descritas com real graça.

“E ainda assim, sempre doce, e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mesinhas dos enfermos, e grandes lucros ao senhor do engenho, e aos lavradores que o perseguiram, e aos mercadores que o compraram e o levaram degredado, nos portos, e muito maiores emolumentos à fazenda real nas alfândegas”. São duas páginas de humorismo sobremodo raras de se encontrar em livro português, geralmente repassados de gravidade e monotonia como lhes sucede.

II

As condições da mineração do ouro. Informes preciosíssimos, insubstituíveis. Os roteiros para as minas.

Depois de, com o mais profundo critério, afirmar que as minas de ouro a poucos enriqueciam, “sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e malhadas em que se planta o tabaco”, consagra Antonil a parte mais importante do livro à mineração do ouro. E foram estes capítulos, quer nos parecer, a principal causa da destruição da sua obra pelo Governo português, como relataremos. Realmente pouco interessaria a europeus esse tratado sobre a cultura da cana, e as condições da lavoura açucareira no Brasil, quando em toda a América era tão espalhada. O Novo Mundo, para a mente dos europeus, era a terra dos metais e das pedras preciosas e o Brasil fora até princípios do século XVIII um país de desoladora aridez, para a maioria dos portugueses. Pois se não tinha minas! Quanta desilusão com a prata de Robério Dias e as esmeraldas tantas vezes anunciadas e jamais confirmadas! Assim com que entusiasmo não acolhera Portugal a notícia da descoberta dos grandes campos auríferos de Minas Gerais, rendosos como poucos *placers* do Universo! Com que ciúme os resguardava das vistas exóticas! E era Antonil quem em livro que se traduziria logo, a correr mundo, vinha revelar todas as maravilhas dessa nova Golconda. Imprudente idéia! Excelente idéia devemos nós dizer, pois graças a ela temos hoje fortíssimo veio de informações sobre a vida primitiva da mineração do ouro, único documento de reconstituição de muitas faces deste período notabilíssimo, capital, da formação brasileira. Senão examinemos ligeiramente os sumários dos primeiros capítulos de Antonil: *Das minas de ouro que se descobriram no Brasil; das minas de ouro que chamam gerais e dos descobridores delas; de outras no rio das Velhas e de Caeté*. Mostram que o A. foi o contemporâneo das primeiras explorações antes que a revolução do solo, na ânsia do metal, cobrisse largas superfícies, tendo como informante, de mil e uma particularidades, pessoa que, em 1703, a Artur de Sá e Menezes acompanhou em sua viagem às Minas. Que enorme cópia de informes nos dá! Fala-nos do rendimento dos ribeiros, e das diversas qualidades do ouro que deles se tira, explicando quanto cada um forneceu, de quanto foi o valor médio das bateadas, qual o aspecto do metal e quais os seus característicos, de que modo se procedeu à distribuição das datas e se repartiram as minas, quais os diversos preços do ouro vendido no Brasil, e quais os lucros tirados pelos primeiros exploradores dos leitos dos ribeirões, terminando por explicar os diversos processos de mineração, usados no distrito aurífero.

Para estudar o fâcias da gente atraída pelo *sacra fames*, “mistura de toda a condição de pessoas sobre o qual não houve até o presente coação ou governo bem ordenado”, turba onde se via de tudo, como sempre aconteceu

em todos os grandes *rushes* do ouro, acoroçada pelos processos irregulares e os abusos dos governantes, magistrados e autoridades várias, seculares e eclesiásticas, todas elas desvairadas pela idéia de recolherem breve ao Reino, ou às suas terras de origem, com fartas arrobas de cabedal, na frase do velho cronista.

Região de grandes e súbitos lucros só podia ser uma terra de excessiva carestia; é o que nos indicam as tabelas reproduzidas pelo autor quando nos fala da “abundância de mantimentos e de todo usual que hoje há nas minas, e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos”, depois de contar que para ali corriam as boiadas de Paranaguá e dos campos da Bahia! Destes preços exagerados, proviera uma alta formidável no custo da vida em todo o Brasil “como se experimentam nos portos das cidades e vilas do país”, ficando desfavorecidos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias, padecendo os moradores grande carestia de mantimentos.

Partidário convicto do *Redde caesari*, e mesmo mais talvez do que o razoável, gasta Antonil numerosas páginas examinando “a obrigação de pagar a El Rei Nosso Senhor a quinta parte do ouro, que se tira das minas do Brasil”, tratando o ponto de dous modos: “ou pelo que pertence ao foro externo pelas leis, às ordenações do reino ou pelo que pertence ao foro interno, alterando a obrigação em consciência”.

E disserta e disserta... o bom André João... citando enorme bibliografia de teólogos e juristas, de onde saltam nomes outrora gloriosos e agora bem esquecidos: Barbosa, Cabedo, Pegas, Molina, Vasques, Solorzano, o Cardeal de Lugo, Avendanho, Soares, uma quantidade de tratadistas bolorentos e hoje fósseis, reveladora de quanto estava versado na consulta às fontes o ardente defensor dos quintos reais que termina a sua dissertação com a seguinte síntese do caso: “o quinto sempre se deve de justiça”.

Capítulos valiosos para a história das entradas são os roteiros “da vila de S. Paulo para as Minas Gerais e para o Rio das Velhas”; do “caminho da cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Cataguazes do Rio das Velhas” e ainda os do “caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as Minas” e do “caminho da cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas”.

Quanta particularidade notável ligada à história da penetração aí se ensina! Os pontos terminais das jornadas feitas pelos bandeirantes, Mantiqueira acima: por Artur de Sá e Menezes, via Parati – Taubaté – Guaipacaré, ao pé da serra afamada da Mantiqueira “e depois pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros morros, que o ouro tem no caminho, para que não cheguem lá os mineiros”. Descreve o caminho novo de Garcia Rodrigues Pais, o filho notável do grande Fernão Dias Pais, a quem deveu o Rio de Janeiro setecentista o formidável impulso que lhe deu a primazia entre as cidades brasileiras, fazendo-o destronar a velha Bahia. Menos interessante a jornada da antiga capital do país aos distritos auríferos. “Mais comprido mas menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas”.

Num de seus últimos capítulos explica Antonil o “modo de tirar o ouro das minas do Brasil, e ribeiro delas, observado de quem nelas assistiu com o Governador Artur de Sá”, páginas essenciais para a história de nossa mineração. A elas como ao do livro de Antonil, em geral, se reporta freqüentemente Calógeras chamando ao seu autor notável (*As minas do Brasil e sua legislação*, t. I, pág. 42), o que não pôde o ilustre von Eschwege no *Pluto* e deixou de o fazer Paul Ferrand, a quem não coube ter em mãos o raro volume para a confecção de seu excelente *L'or à Minas Gerais*.

Assim, pois, não só para a história primeva da região mineira como para a da povoação nacional, representa o livro de Antonil, frisemo-lo ainda, esta vez, um dos mais notáveis elementos.

Não são de grande peso os dous pequenos capítulos consagrados às “Notícias para se conhecerem as minas de prata” e ao “Modo de conhecer a prata e de beneficiar os metais”, mas assim mesmo neles se divulgam muitos e interessantes informes sobre os processos antigos de *prospecting* da prata e os de obtenção do metal protosino tão procurado e debalde – pela vastidão do território brasileiro. Quanta noção pitoresca a ressaltar destes conselhos ao antigo empirismo metalúrgico!

Encerra Antonil o seu livro sobre as minas com uma série das mais sensatas e humanitárias considerações sobre “os danos que tem causado ao Brasil a cobiça, depois do descobrimento do ouro nas minas”. É a verberação exata do *auri sacra fames* através de conceitos repassados de justiça e moderação a que põe ponto a seguinte afirmação piedosa: “Nem há pessoa prudente a que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar com ele o Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro”. Palavras sobremodo próprias para o tempo em que se imprimiriam (1711) milésimo em que a Europa conflagrada pela última demonstração do insaciável orgulho e mania invasora do Rei Sol deplorava a devastação de numerosos territórios pelos exércitos das potências, graças à Guerra mundial, apelidada de *sucessão da Espanha*.

III

**Estudo sobre a lavoura do fumo.
Apanhado sobre a pecuária setecentista.
Pontos de vista brasileiros e portugueses.
Simpatias do autor, suas demonstrações de equidade.**

Apologista da agricultura e da pecuária, refletia Antonil, sem o saber, os vários conselhos, até então inéditos, na profundidade das páginas manuscritas, daquele velho cronista brasileiro que dizia ao seu rei serem as duas verdadeiras minas do Brasil a da cana-de-açúcar e a do pau-brasil. Estudou o nosso autor, em doze capítulos, as condições da cultura do tabaco em nosso país, “folha de antes desprezada, e quase desconhecida, que tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incriveis emolumentos aos erários dos príncipes”.

Assim expõe “como se começou a tratar no Brasil da planta do tabaco e a que estimação tem chegado”, explica “em que consiste tal lavra, como se semeia, planta e a limpa”, a erva de Nicot e “em que tempo há de se plantar”, enunciando-lhe a série de inimigos vorazes, lagarta, formiga, pulgão e grilo. As diversas manipulações das folhas da solanácea explica: “como se tiram e curam, como delas se fazem e beneficiam as cordas, como se enrola o tabaco”, e de tudo trata com muitos pormenores.

Bem exemplificadas as circunstâncias relativas à escolha do pessoal ocupado “em toda fábrica do tabaco desde a sua planta até se enrolar”, negros, mestres e rapazes destros, ensina-nos Antonil o que vem a ser a segunda e terceira folha do tabaco, e das diversas qualidades dele para se mascar, cachimbar e pisar, declarando que para o tabaco em pó os melhores são os das Alagoas de Pernambuco e os dos campos da Cachoeira.

Relatadas as diversas manipulações exigidas pelo fabrico do rapé, granido e em pó, ocupa-se em explicar o quanto é útil “o uso moderado do tabaco para a saúde, e à demasia nociva à mesma saúde, de qualquer modo que se use dele”. Embora não fumante relata que o fumo do cachimbo, “bebido pela manhã em jejum, moderadamente, disseca as umidades do estômago, ajuda a digestão, e não menos a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece fluxão asmática, e diminui a dor insuportável dos dentes”. Já mascá-lo não é tão saudável. O rapé este exige muito cuidado no seu emprego, pois a sua “gota de estílicídio, sempre manente, suja a barba e causa nojo” aos interlocutores do razezista.

E por aí disserta o bom do autor citando uma série de anedotas em abono de seus modos de ver. O final do tratado sobre o fumo refere-se ao modo pelo qual se despacha o tabaco na alfândega da Bahia, e quanto custa um rolo de oito arrobas posto da Bahia na alfândega de Lisboa, já despachado, e corrente para sair “fazendo ao mesmo tempo ver quão grande estimação tinha o nosso tabaco na Europa e mais partes do mundo, e quais notáveis emolumentos rendia à fazenda real, chegando a exportação brasileira a perto de 900.000 cruzados anuais, dos quais sete oitavos de fumo baiano. Graves as penas cominadas aos que levavam o gênero não despachando nas alfândegas, mas também tão rendoso o contrabando do gênero que se punham em prática mil e uma espertezas para lesar o fisco; cavilosas que Antonil refere com as devidas minudências “relatando as invenções que sugeria a cautela ambiciosa, porém sempre arriscada, e muitas vezes descoberta com sucesso infeliz, o que claramente provava a estimação, o apetite e a esperança do lucro, que ainda entre riscos acompanhava o tabaco”.

Bem poucas páginas infelizmente consagrou o tão arguto observador das cousas do Brasil ao estudo da criação do gado, sua contemporânea, contentando-se em referir quão extensas eram “as terras para pastar cheias de gado, que no Brasil havia, nas suas diversas regiões”. Se as questões de zootecnia lhe foram indiferentes, em todo caso realizou interessante apanhado estatístico das condições da criação, sobretudo sob o ponto de vista da exportação dos couros, acerca da qual traz uma série de dados, referindo ainda que tal exportação atingiu a mais de quinhentos mil cruzados anuais para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Outra informação valiosa foram os apontamentos relativos à “condução das boiadas do sertão do Brasil, preço ordinário do gado que se mata e do que vai para as fábricas”. Nada mais elucidativo, freqüentemente, para o estudo da civilização do que estes caminhos do gado, sobretudo num país como o nosso, tão recente ainda. A observação destas vias penetradoras, nascidas da pecuária, tem o mais elevado significado.

Encerrando o seu trabalho faz Antonil o resumo “de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal e do seu valor”, discriminando a valia das diversas grandes verbas, açúcar, tabaco, ouro, couros e pau-

brasil, num total de 3.743:992\$800, quase nove e meio milhões de cruzados. Guardadas as proporções e levando-se em conta a capacidade de aquisição da moeda, então e agora, e computando-se a população do país num milhão de civilizados, talvez, era a exportação brasileira, *per capita*, muito mais elevada que hoje. E realmente avultava, merecendo os justos reparos do autor: "não deixará de causar maior admiração", expende ele.

Quanto às principais rendas do erário régio também as discrimina, mostrando quanto se avolumavam e cada vez\ mais os diversos contratos dos dízimos reais, dos vinhos, do sal, das aguardentes da terra, o rendimento da Casa da Moeda, os direitos sobre os negros, as fazendas, etc.

"Bem se vê a utilidade que resulta continuamente do estado do Brasil à fazenda real, aos portos e reinos de Portugal, comentava ele, e também às nações estrangeiras, que com toda a indústria procuram aproveitar-se de tudo o que vai deste estado.

Nada mais justo pois, conclui, do que se favoreça o Brasil por ser de tanta utilidade ao Reino de Portugal". Se tanto pagava, precisava alguma retribuição, sob pena de ofensa aos mais elementares sentimentos humanos. Era preciso dar aos filhos da terra alguma cousa em sua própria terra, nos cargos civis e eclesiásticos, distribuir-lhes melhor e mais pronta justiça, provê-los dos socorros espirituais, "tão esmoleres que eram com os pobres e tão liberais para o Culto Divino". Por esta série de demonstrações de um espírito sumamente propenso à equidade termina Antonil o seu livro.

IV

**As licenças para a impressão da Cultura.
Permissão da censura.
Confisco da edição por expressa determinação régia.
Olvido em que cai o livro.
Frei Veloso imprime-lhe a primeira parte.
Diogo Ordonhes e sua esclarecida bibliografia.
Reimpressão da Cultura, em 1837, por instigação
de José Silvestre Rebelo.**

Não era esta obra, porém, cousa que pudesse cair em graça ante a tacanhez da administração colonial, nem ante o sistema político de segregação seguido pelas potências ibéricas em relação às suas possessões americanas.

Impressa em Lisboa, com as licenças necessárias, no ano de 1711, na oficina real Deslandeana, imagine-se o escândalo produzido nas altas esferas da Corte por se verem proclamados em letra e forma, em português corrente e ameno, as exigências do Brasil!

E no entanto nada achava o Santo Ofício a dizer do livro! Podia-se estampar com letras de ouro, dele chegara arrebatadamente a avançar Fr. Paulo de S. Boaventura, no seu parecer de 8 de novembro de 1710, reforçado, a 30 do mesmo mês e ano, pelo de Fr. Manoel da Conceição. “Não contém este tratado cousa suspeita contra a nossa santa fé, e pureza dos bons costumes, e assim, Vossa Ilustríssima servido, pode conceder alicença que pede o autor”. Assim também a 5 de dezembro do mesmo ano opinava a junta censorial de sete vogais. Dous dias mais tarde corroborava o ordinário olisiponense esta série de permissões.

Subindo o Paço caía o livro às mãos de Fr. Manuel Guilherme; declarava a 15 de janeiro de 1711 este censor que seria sua impressão “muito útil ao comércio porque despertaria as diligências incitando a que se procurassem tão fáceis interesses”. Assim o julgava muito digno da licença pedida. Era o que se informava a El Rei. Dous dias mais tarde vinha o placet definitivo para a impressão, vistas a licença do Santo Ofício, e Ordinário, devendo contudo tornar à Mesa para se conferir e taxar, “sem o que não correria”.

Teriam acaso os censores régios perdido as mais elementares noções do critério para assim deixarem correr mundo tão perigoso livro, divulgador das opulências brasileiras, desde o próprio título? Quanta imprudência, quanta falta de senso comum e patriotismo! Pois então, possuindo Portugal, potência fraca, tão ricos tesouros, ia expô-los, por meio de um documento brevemente traduzido em todas as línguas, à cobiça das grandes nações? De ingleses, franceses, quiçá dos mesmos holandeses, recém-expulsos do Norte, à custa de horríveis sacrifícios? E onde ficariam as sábias lições dos velhos reis que recomendavam a guerra sem tréguas aos navios estrangeiros, surpreendidos a navegar em mares descobertos por Portugal? E a tão conhecida anedota do Príncipe Perfeito a esbofetear um capitão da África, por indiscreto, em relação a um embaixador estrangeiro?

Também mal saíra, ou talvez nem saíra o livro da casa do impressor quando, sobre a edição, se abateram inexoráveis o veto e o seqüestro régio. Foi confiscada e com tal severidade destruída, que dela apenas escaparam três ou quatro volumes, como demonstração do inflexível princípio grandioso de que ninguém mata as idéias.

E durante quase um século jamais se falou em André João Antonil, nem autor algum se ocupou de desvendar aos olhos da humanidade curiosa as condições da cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Pesou sobre a grande colônia lusitana a atmosfera sufocante da era setecentista, dos capitães generais, dos vice-reis, dos contratadores de diamantes, do mandonismo pombalino, e da repressão das explosões, distantes e tímidas, de uma consciência nacional que começava a afirmar-se e mandava ao patíbulo os mártires mineiros e baianos. No torpor do despotismo amodorravam-se até os paulistas, agora sujeitos como quaisquer outros brasileiros aos caprichos dos seus sátrapas, eles cuja insubmissão chegara a criar a lenda da independência de sua agremiação política.

À destruição sistemática de toda a tiragem do livro de Antonil escapara meia dúzia de exemplares apenas, deixamo-lo lembrado. Talvez fosse este o motivo graças ao qual não ocorreu à reação pombalina antijesuítica colocar a obra de Antonil, de evidente fatura inacina, entre os malefícios da Companhia de Jesus praticados nos reinos e senhorios de Portugal. Quem, no decorrer do século XVIII, teria tido o ensejo de ler tal livro e apreciá-lo? Raríssimos certamente. Relembrou-o um dos mais notáveis brasileiros jamais havidos, a primeira mentalidade de nosso país, no tempo de sua fecunda e utilíssima atividade, o ilustre botânico Frei José Mariano da Conceição Veloso.

Colocado à testa da tipografia do Arco do Cego em Lisboa, fundado pelo esclarecidíssimo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, pôs-se o notável franciscano a publicar e a editar uma série de obras altamente civilizadoras para a nossa pátria.

De 1789 a 1806 publicou os onze tomos de seu excelente e tão curioso “*O fazendeiro do Brasil*”, começando como era de esperar por tratar da mais importante das culturas brasileiras, a da cana.

“Este religioso mostrou-se incansável, compondo e traduzindo obras para fomentar o progresso, principalmente da indústria agrícola no Brasil, comenta Varnhagem (Hist. Ger. II, 1041), e deixando sem menção infundas memórias parciais e folhetos que eram oficialmente mandados distribuir pelas diferentes capitâncias, nos limitamos a citar os cinco tomos (em onze volumes) publicados com o título de *Fazendeiro do Brasil* e ornados de muitas gravuras, e instruções para a cultura da cana, do anil, do cacau, do café, cacto, cochonilha, etc.

Além de quanto no tomo I desta obra se encontra acerca do açúcar segundo as obras de Bryan, Edward, de Hamel e Du Monceau, fez Veloso imprimir uma tradução da *Cultura Americana*, um extrato do livro de Antonil *Riqueza e opulência do Brasil*, etc.

Não se compreende como àquela notável mentalidade do autor da *Flora Fluminensis* não haja ocorrido a importância da reimpressão da obra completa de Antonil. E justamente quando de todas as facilidades dispunha para o fazer. Inexplicável falha.

É possível, porém, que o fato de haver imprimido o trecho referente ao açúcar haja reforçado a tenção dos eruditos sobre a obra do “Anônimo toscano”.

Talvez fosse o livro de Antonil uma das obras que o glorioso franciscano mineiro tivesse em mente reeditar, pois sabemos que ao morrer, em 1811, muita coisa tinha em preparo e andamento para os prelos.

Explicando os motivos que o levaram a reimprimir a primeira parte do livro de Antonil, diz Frei Veloso:

“A obra que tenho a honra de apresentar a V. ^a R. sobre o Açúcar, segundo a minha notícia, é a única que antecede em nossa linguagem às que de ordem de V. ^a R. se tem impresso a favor dos empreiteiros deste granjeio no Brasil.

Data dos princípios da centúria décima oitava, que se crê que seu Autor ocultara o seu nome debaixo de outro suposto.

O alvo, em que fitou os seus olhos, foi uma exposição simples das riquezas e opulências do Brasil, derivadas da cultura da cana, da criação do gado vacum, e da extração do ouro no sertão do Cataguases, chamado, por esses dias, Minas do ouro de S. Paulo, hoje Minas Gerais, que então se acabaram de descobrir, e no mesmo momento os Adiceiros começaram a sua cata, ou a sua lavra.

Quando o Autor escreve acerca da extração deste precioso sal essencial é mais devido aos seus olhos que ao seu entendimento, pois só descreve o que vira fazer nos mais célebres engenhos da Bahia, sem avançar o que deveriam fazer, isto é, cousa alguma sobre o seu melhoramento, ou no todo, ou nas partes que o constituem, quero dizer, suavizar o enorme peso de suas máquinas, diminuir o imenso consumo de suas lenhas, melhorar o químico processo da extração deste sal essencial, assim na quantidade como na qualidade, um fatal veto depois de ter visto a luz pública pelo benefício do prelo, veio estropear a carreira desta obra, que nada parecia conter contra a santidade das Leis Religiosas, Políticas e Morais, como julgaram seus censores. O resultado não foi de menor fatalidade, porque se veio a entender que não havendo um vício sobre que ele caísse, se não consentiria a impressão de obras desta natureza, ainda sendo melhores.

Agrilhados os entendimentos desta maneira conservaram a sua antiga prática por noventa anos (e com quanto detrimento do bem comum?) por não se poderem comunicar algumas idéias particulares descobertas nas diversas capitâneas daquele Estado?

Tem visos de improvável, se a origem desta proibição nasce pelo roteiro, que o Autor dá a antiga estrada de onde de S. Paulo se viajava nesses dias a Minas, hoje conhecido pelo nome de caminho velho? I porque nessa época já por Decreto Régio, governando o Sul Artur de Sá, se abriu a nova estrada muito mais breve, que hoje se segue, conhecida pelo nome de caminho novo; II porque, além dos erros que cometeu o Autor, tendo escrito por informações, a mesma estrada já se achava descrita antes na História Natural do Brasil, composta por Marcgrave, e publicada por Laet, segundo a notícia dada por Guilherme Glimério, holandês, recolhido à sua pátria tendo sido antes morador na Vila de Santos, nos princípios da XVII centúria, e acompanhado a expedição que D. Francisco de Sousa, e primeiro o General do Sul pelos Felipes, fez aos sertões de Sabarabocu ao descobrimento das esmeraldas.

Além desta se imprimiu em Pisauro e Roma, e ultimamente em Lisboa, o elegante *Carmen De Opificio Sacchari*, composto pelo Padre Pridêncio do Amaral, filho da Bahia. A língua e o verso o aparta do capto vulgar.

Graças a V. A. R. que, mandando trasladar para o Fazendeiro do Brasil, o que escreveram Bryan Edward, o Anônimo Autor da Cultura Americana, Du Hamel, du Monceau, Dutrone de la Couture sobre este assunto, e outros sobre outros análogos, que constituem os interessantes objetos da economia rural das Colônias Brasileiras, lhes tem patenteado com toda a evidência e energia, a nulidade daquele veto; e quanto é e será de seu real agrado, que eles hajam de mostrar, por gratidão a um tão grande benefício, como lhes acaba de fazer, de os desprender de um tal prejuízo, não pondo em execução o que se lhes ensinou, mas, também, fazendo conhecer o que tem aprendido de experiência sobre os mesmos objetos; e que as suas almas não são degradadas, ou os entendimentos pecos, como pensam os injustos Paws, nem temporão ou precoces como afirmam outros da mesma laia.

As obras de João Manso Pereira, de Manuel d'Arruda Câmara, de José Caetano Gomes, como efeitos dos Soberanos influxos de V. A. R. vêm em comprovação desta verdade. Entretanto, Senhor, merece esta obra ser lida para o cotejo, com as que V. A. R. mande imprimir; para se conhecer o estado dos Engenhos na centúria décima oitava, para se conservar a nomenclatura portuguesa adotada, e adaptada pelos Fabricantes.

Permita o Supremo Distribuidor dos Impérios que o de V. A. R. se caracterize pela estabilidade e prosperidade, como pede e ansiosamente deseja para o bem geral da Nação o de V. A. R. o mais humilde vassalo. Fr. José Mariano Veloso.”

Assim como desta apresentação depreende achara o ilustre botânico brasileiro indispensável explicar longamente à Majestade do seu soberano os motivos pelos quais se atrevera à iniciativa de mandar imprimir um livro, havia um século confiscado por ordem do Senhor Rei D. João V, a quem Deus havia.

E não seria este o motivo para a supressão da parte relativa às minas, este *noli me tangere* da administração portuguesa, em relação ao Brasil?

É bem possível, muito embora, já, em 1800, estivesse quase morta a mineração do ouro no Brasil. Mas podia de um momento para outro renascer com a descoberta de novos campos auríferos. É imenso o Brasil!

Talvez também não houvesse Fr. Veloso querido reproduzir o texto da *Cultura* relativo às minas ao verificar que o seu autor destas haja falado por informação ou quicá não quisesse encher o volume com assunto estranho ao título que lhe impusera e ao seu programa que pretendia cingir-se exclusivamente.

Decorrido mais de um século do feroz auto de fé sofrido pela *Cultura* estava um de seus exemplares em mãos de um dos mais notáveis paulistas da era colonial, ilustre pela família e a cultura, o caráter e as posições eminentes que ocupou: o Conselheiro Diogo de Toledo Lara e Ordonhes. “Tanto o estimava que não o tinha entre os outros na sua estante, mas sim na gaveta pequena de uma cômoda. Pedira-se muitas vezes que o desse à biblioteca, hoje pública, ao que nunca se pudera resolver mesmo dando outros, tanto era a estimação em que o tinha”.

Se homem havia no Brasil, de princípios do século XIX, em condições de avaliar a importância da obra de Antonil era esse Diogo de Toledo Lara Ordonhes.

Nascido em S. Paulo, em 16 de dezembro de 1752, filho de um homem culto e educado, o Mestre de Campo Agostinho Delgado de Arouche, irmão de outro homem de notável merecimento pela cultura e o caráter, o Marechal José Arouche de Toledo Rendon, formara-se Diogo Ordonhes em direito, na Universidade de Coimbra e seguiria a carreira da magistratura. Gora-lhe o pai o desvelado amigo de Pedro Taques, valendo imenso ao infeliz historiador dos bandeirantes, nos dias de sua prodigiosa desventura, quando o ilustre e infeliz autor de *Nobiliarquia Paulistana*, vítima da fatalidade e da inveja, se vira reduzido à última miséria. Juiz de Cuiabá, em 1785, elevado a Ouvidor em 1789, dali se retirara em 1792 com enorme sentimento dos povos.

De 1793 a 1800 viveu em Portugal, freqüentando assiduamente as sessões da Academia Real de Ciências, de que era correspondente. Promoveu a impressão das *Memórias* de seu parente e amigo, Frei Gaspar da Madre de Deus, copiou e anotou numerosos títulos da *Nobiliarquia Paulistana*, salvando assim da ruína grande parte desta obra monumental. Em 1799 publicou e comentou a famosa carta anchietana sobre a história natural da Capitania de S. Vicente. Regressou em 1800 ao Brasil, despachado desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Era em 1815 conselheiro da fazenda. Eleito por S. Paulo à Constituinte de 1823, preferiu declinar de tão grande honra; faleceu solteiro, em 1826. Bibliófilo esclarecidíssimo, possuía riquíssima coleção de impressos e manuscritos. Dela fez presente à Biblioteca Real, hoje Nacional. Tão preciosa esta dádiva que basta lembrar que nela se incluem os originais das cartas anchietanas. Tivemos ensejo de publicar no tomo X da *Revista do Museu Paulista* uns fragmentos do tratado que sobre a ornitologia brasileira compusera e mantinha secreto por timidez e modestia, provavelmente, obra esta inspirada pelo critério científico rigoroso e moderno, baseada nas idéias de Lineu e documentada por extensa bibliografia.

Tal o homem que pediu atenção para o esquecido livro de Antonil “lê savant Diogo Ordonhes”, como lhe chama Saint Hilaire, no seu lúcido critério.

E esta atenção, atraída insistentemente, provocou da parte de um homem inteligente o desejo de reimprimir o esquecido cimélio.

Foi ele, segundo afirma Varnhagem (H. G. 2, 838) e julga Inocêncio, o erudito bibliógrafo português, José Silvestre Rebelo.

Nascido em Portugal, aderiu Silvestre à nossa independência, optando em 1822 pela nacionalidade brasileira e mostrando-se dedicado, quanto possível, à nossa causa nacional. Negociante, dispõe de abundantes recursos, representou o seu papel no nosso cenário político, havendo chegado a desempenhar importantes comissões diplomáticas, como a que o levou aos Estados Unidos, na qualidade de encarregado de negócios do Brasil, para que o governo desta república reconhecesse a nossa independência. Foi dos quarenta e seis membros fundadores do Instituto Histórico Brasileiro e deixou dous opúsculos: *Comércio oriental e o Brasil visto por cima* (Pinheiro Chagas), sem contar as memórias insertas na *Revista do Instituto* (tomos I e II): “*Novo trabalho sobre o programa: se a introdução de Africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos indígenas*” e *Discurso sobre a palavra Brasil*.

O mesmo segundo tema retomou-o o douto Joaquim Caetano da Silva, ao discutir sobre se se devia escrever *Brasil* ou *Brazil*, estranhando o Visconde de Taunay jamais haja o erudito rio-grandense feito a menor alusão ao trabalho do antecessor, quando muito se abeberou à mesma fonte: a obra de Humboldt.

Não merecia José Silvestre Rabelo este pouco caso. Era respeitável pela cultura e caráter. Falecido em agosto de 1844 chama-lhe Porto Alegre na oração fúnebre anual “homem preciosíssimo, ator no drama de nossa independência, obreiro incansável na prosperidade de sua pátria adotiva”. “Desempenhara com muito brilho a sua missão secreta aos Estados Unidos. Possuía raros conhecimentos da história e geografia; coluna firme do Instituto, trabalhador zeloso e modesto, possuía muitas idéias de arqueologia, numismática e estética, dispondo de um gabinete e biblioteca que atestavam o seu grande amor ao estudo e apreço às belas artes”.

“Nele perdera o Instituto prestante membro, um homem possuído pelo fervor, por inapreciável fanatismo pela prosperidade do Brasil.”

A este erudito e patriota se deveu, segundo chegou ao conhecimento de Inocêncio, a reedição da obra de Antonil, executada por Junius de Villeneuve, um dos antigos proprietários do *Jornal do Comércio*.

Nada fácil descobrir o original de que precisavam os impressores. Ouçamos o que nos conta o editor. “Procurou-se o livro, desde o começo do ano de trinta (1830) algum tempo depois da morte do mesmo conselheiro (Ordonhes) e não se descobrindo no Rio de Janeiro recorreu-se a seu irmão, o General Arronches (sic), em S. Paulo, o qual contestou que não lhe havia sido remetido”.

Não desanimou o reimpressor e algum tempo mais tarde recomeçou as pesquisas.

“Há três anos (1834) pois que, segundo as ordens, se fizeram pesquisas em Lisboa, aonde em fins do ano passado, se encontrou um exemplar declarando o possuidor que não o venderia por cem mil cruzados, tal a estimação que o tem, mas como homem generoso permitiu que se copiasse”. Estava pois achado o fio de Ariadne. Na faina de o encontrar haviam os pesquisadores recorrido aos maiores eruditos portugueses, entre eles ao ilustre João Pedro Ribeiro.

“No mesmo tempo destas pesquisas em Lisboa, continua Villeneuve, escreveu-se ao Porto ao celebrado sábio antiquário português João Pedro Ribeiro, o qual depois de várias contestações asseverando o mau resultado das suas indagações, por fim escreveu, e a sua carta chegou com o manuscrito, declarando o nome de quatro pessoas, que possuíam exemplares, e entre eles o nome de um Major, a pouco chegado ali do Rio de Janeiro; quem sabe se não é o do defunto conselheiro, acrescentado que por sete mil e duzentos réis talvez se obteria um exemplar, e que o livro fora proibido no tempo de El Rei D. João V pelo governo português”.

Obtida a cópia deram-se pressa José Silvestre Rebelo e Junius de Villeneuve em imprimi-lo. A 1º de agosto de 1837 assinava este o primeiro prefácio em que manifesta a satisfação pelo excelente resultado de suas buscas.

“Este livro é pois a cultura e riqueza do Brasil, etc., no ano de 1711. Do título inferirão os leitores o quanto ele é útil a todos os estudiosos de economia pública, e em geral a todos os brasileiros, que ali acharão a certeza de que o seu abençoado país já então era a mais rica parte da América quanto a produtos rurais.

Há este raríssimo e interessante livro que se reimprime, contentando-se o editor com a glória que lhe toca, de quase ressuscitar uma jóia tão preciosa.”

Dúvidas sobre a identidade de Antonil. Silêncio de Diogo Barbosa Machado. Um artigo do *Panorama* atribuído a Varnhagen. Motivos para que se lhe não atribua tal autoria. Notícias do Dicionário de Inocêncio e do Catálogo de Rivara. Sinais evidentes de que era o autor eclesiástico e jesuíta. Os dicionários de Pinheiro Chagas e Sacramento Blake.

Divulgada a obra de Antonil pela edição fluminense suscitou logo, entre bibliófilos, a maior curiosidade. Verificou-se que a não conheceu o grande mestre da *Biblioteca Lusitana*, o formidável bibliógrafo que fora o Abade de Sever. Pelo menos a não mencionara.

Quem seria este Antonil? Perguntaram todos: português, brasileiro? Não lusitano? Tão severo o confisco de 1711 que nem a Diogo Barbosa Machado transpirara a existência do livro. Que bom assunto para uma identificação, difícil como se anunciava. Também não tardou fosse o caso estudado no *Panorama*, a famosa revista, ilustrada sobretudo pela colaboração, quase constante, de Alexandre Herculano.

No seu volume V (1841) à pág. 208 surgiu pequena notícia crítica sobre o volume raro, que transcrevemos na íntegra:

“Tendo chegado ultimamente a venda a esta cidade alguns exemplares da edição desta obra cujo título deixamos exarado na íntegra, não desprezaremos a ocasião de noticiar numa página do *Panorama* a existência de tão interessante e útil escrito português do princípio do século passado, que por má sina, apesar de impresso, quase deixou até hoje de lograr as honras de ser lido, não só pela sua extrema raridade, como porque deixou de ser relacionado na *Biblioteca Lusitana* o seu sumário – o motivo de tal raridade da primeira edição (pois outra não havia até agora) provém na opinião de J. P. Ribeiro da sua imediata supressão, a qual teve lugar, segundo este célebre crítico, por ordem do mesmo rei que facultou a impressão. Julga-se ter sido a principal causa para tal procedimento, o receio de que os segredos revelados no livro acerca do fabrico do açúcar fossem servir de mais utilidade às colônias espanholas, holandesas, inglesas e francesas, em detrimento manifesto das portuguesas, e com especialidade do Brasil, cuja prosperidade tanto então se desvelava o governo em promover, à custa às vezes até das outras colônias nacionais. O certo é que o livro ficou raríssimo, e, por nossa parte, da primeira edição só de vista testemunhamos nesta cidade a existência de um único exemplar, achado no depósito dos livros em São Francisco; foi, julgamos nós, levado para a biblioteca privada de uma das secretárias.

Quanto à falta de menção que se encontra em Barbosa não seremos nós quem ouse dizer que foi disto causa a raridade; pois parece terem posto este A., ou aqueles de quem aproveitou, mais esmero nas notícias dos livros mais nomeados em raridade. Ora, havendo, o conhecimento seria o esquecimento o motivo mais plausível e natural, porém também não é a este que atribuímos o silêncio – é sim à assinatura do *Proêmio* da obra em que o A. diz “E se alguém quiser saber o autor deste curioso e útil trabalho ele é um amigo do bem público chamado o *Anônimo Toscano*”. Talvez destas palavras deduzisse Barbosa ser estrangeiro o A. e por esta condição excluisse a obra como fez a respeito de outras feitas em português por autores de outra nação.

Findando esta digressão a que insensivelmente fomos levados, cumpre-nos enunciar sinceramente o que dela julgamos; fim primário deste artigo pois que para noticiar a obra era suficiente anunciar o seu título.

Quanto a parte literária o A. aproveitou a terminologia usada pelos práticos assim no fabrico do açúcar como na cultura do tabaco e lavra das minas; é certo que não existe na língua portuguesa obra de mais pura e fértil autoridade em tais assuntos e por isso não deixou a ser recomendada no catálogo dos livros que se hão de ler para a composição do Dicionário Português publicado pela Academia. – A linguagem não obstante dizer o A. servir-se do mesmo estilo e modo de falar claro e chão, que se usa nos engenhos “é por vezes agradável como mostraremos em outra ocasião. Quanto à utilidade da doutrina que contém, ainda hoje é muita, apesar do progresso que desde então há feito a indústria, principalmente no fabrico do açúcar de que se ocupa a primeira parte. Contudo o A., apesar de ter estudado a prática em um engenho da Bahia (verdade é que no princípio), descreve com tanta prudência e prevenção que julgamos ser esse um livro que nenhum senhor de engenho deverá deixar de possuir, e muito menos os que se propõem a sê-lo como ora acontece a alguns nas ilhas de Cabo Verde, S. Tomé e Angola. Aconselhamos porém a par desta, para conhecimento dos aperfeiçoamentos modernos no fabrico do açúcar, a obra publicada na Bahia em 1834 pelo Sr. Conselheiro Calmon. Da segunda parte que tem por objeto a cultura e preparação do tabaco daremos num próximo número um excerto, visto que o governo promove também hoje esta cultura nas colônias. Com a leitura da terceira parte, que trata das minas, muitas notícias se aproveitaram principalmente no que diz respeito ao seu descobrimento. Terminaremos recomendando tal obra a todos aqueles que à vista da simples e imparcial narração que acabamos de fazer

julgarem que lhes deve ser de interesse e aos editores tributamos agradecimentos por se terem arriscado fazer esta edição em tempos em que o fundo empregado em impressões de livros dá lucros tão pequenos e precários”.

Fiel ao anúncio transcreveu o *Panorama*, em dous números subseqüentes, daquela série V, à página 227, o capítulo *Martírios do açúcar*, assim anunciada: “Escolhemos esta passagem por ser de estilo desenfafiado, tendo certo que é agradável a linguagem e corrente a frase nos lugares, em que o A. trata assuntos graves e ensina métodos úteis às produções do solo brasiliense” – e à página 263 um trecho sobre preparação do tabaco “em razão da sua utilidade e exatidão que nos é afiançada por pessoa conhecedora do Brasil”.

Não nos parece admissível que a notícia crítica anônima (apenas traz um A. como assinatura) sobre a obra de Antonil seja da lavra de um daqueles escritores ilustres, ou pelo menos distintos, cuja colaboração tanto brilho de às páginas do *Panorama* e tanto lhe alicerçaram o prestígio, até hoje permanente. Diz Rivara (*Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, pág 14) que é seu autor o nosso ilustre Varnhagem, Visconde de Porto Seguro. Mas, francamente, custa-nos a crer que se possa atribuir semelhante série de insignificâncias à pena do autor da *História Geral*.

E se assim é constitui um caso de *quandoque bônus*, só explicável pelos vinte e cinco anos do apregoado autor.

E co efeito, que viu tal crítico em tão curiosa obra: um mero manual de agricultura. E nem sequer lhe saltou aos olhos que como tal ainda estava atrasado de nada menos de 130 anos!

Mas afinal a Humanidade progride! Recomendar-se calorosamente, transcrever-se grande número de páginas de um livro de aplicação científica, datado de 1711, a industriais de 1841 é realmente pasmoso! Quando muito se aponta como corretivo a tanta vetustez a consulta simultânea da obra publicada na Bahia pelo Conselheiro Calmon! *Stupete gentes!* E a não ser este lado prático, aproveitável, nada mais enxerga o analisador, cuja perspicácia vem a ser realmente prodigiosa. Nada percebeu daquele preciosíssimo acervo de informes que é o livro de Antonil em relação às cousas do Brasil colonial. Nada pescou do valor das informações sobre os primórdios da mineração a que se refere em duas linhas perfunctoríssimas. Para ele na *Cultura só há o vade mecum* do perfeito açucareiro e rapezista “não existe em língua portuguesa obra mais pura e fértil autoridade”.

Eis um crítico que parecia querer correr parelhas com aquele parente de José Bonifácio que segundo tradição da família Andrada, referida por Martim Francisco (o terceiro) conseguiu incompatibilizar-se em Coimbra pela sua feição do mais formidoloso carrancismo, e até de Portugal ser expulso, isto em tempo aliás anterior a 1820!

A única observação de certo valor de tão desastrada análise é a referência à ausência da citação da obra de Antonil por Diogo Barbosa Machado.

É possível que este não quisesse mencioná-la, suspeitando que a escrevera um estrangeiro, mas temos como muito mais provável que o seu silêncio foi devido à ignorância a respeito da existência do livro.

Não é crível que da pena de Varnhagen saísse tão deplorável crítica. Na data em que Rivara lhe atribuiu o tal artigo já era grande conhecedor das cousas de nossa história. Não lhe poderia passar despercebido o valor das páginas de Antonil, sobretudo no tocante à fase capital de mineração do ouro, pare ele sobremodo atraente, além do mais, na sua qualidade de paulista. Ao livro de Antonil, consultou com todo o cuidado como se evidencia na leitura de vários tópicos da *História Geral*. Nunca parece aliás havê-lo preocupado a questão da curiosa criptonímia.

Aliás diz (H. G. 2, 838): “Para conhecermos a instrução comercial e industrial do Brasil neste período (princípios do século XVIII) vem em nosso auxílio a publicação, em 1711, de um livro muito importante, qual é o atribuído a um André João Antonil, tido por pseudônimo do autor, que em outro lugar assina *Anônimo toscano*, circunstâncias que por ventura levou o erudito Barbosa a não tratar dele na sua biblioteca *lusitana*. Este livro, que segundo consta foi ao publicar-se mandado recolher, intitula-se “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas”. Parecem estas palavras indicar que, com efeito, não foi a crítica de que demos notícia obra de Porto Seguro.

Enfim a ser de sua lavra parece forte cochilo de quem, apressadamente, escreveu meia dúzia de banalidades, a desobrigar-se sobre a perna de maçante compromisso.

Compare-se, por exemplo, o que se atribuíra Varnhagen e o que escreveu Frei Veloso sobre a obra de Antonil. Ao passo que aquele frisa de modo mais absoluto o verdadeiro caráter do livro, chegando a dizer que se o imprime é sobretudo por uma questão de lusitanismo, para salvaguardar a prioridade portuguesa, e zelar as tradições da indústria açucareira liso-brasileira, vemos o crítico do *Panorama* exaltar os méritos da *Cultura* como manual de agricultura moderna para os plantadores da cana, em 1814, quando o franciscano em 1800 o declarava absolutamente obsoleto e apenas digno de menção como documento histórico.

Em 1858 publicou Inocêncio Francisco da Silva os primeiros tomos de seu magistral *Dicionário Bibliográfico Português*, o formidável repositório em que refundiu e modernizou a magna empresa stecentista

do abade de S. Adrião de Sever. Com a consciência que lhe distingue as pesquisas e a costumada e prodigiosa erudição expôs Inocência o problema da provável criptonímia de Antonil. Na íntegra lhe transcrevemos o artigo, cheio de critério seguro, em que se aproveita da descrição de Figanière na *Bibliografia Histórica* e das referências do catálogo de Rivara (1850). Na Biblioteca de Évora existe uma cópia da *Cultura* (Cód. CXVI-1-28 em um vol. De 173 p. 4.º). Arrolando-o relatou o eminente bibliotecário que a obra se reimprimira no Rio de Janeiro em 1837.

Fato curioso, para um erudito de seu quilate e da sua atenção; escapou-lhe a referência à impressão parcial da obra de Antonil por Frei Veloso, que não podia, contudo, desconhecer.

Eis o artigo de Inocência (T. 1, p. 63).

ANDRÉ JOÃO ANTONIL. – Este escritor escapou à diligência do Abade Barbosa, se é que podemos julgá-lo português, do que muito duvido. Temos por quase certo não só que foi de nação italiana, mas ainda que não era seu nome verdadeiro. O que não padece dúvida é que ele se assina no fim do prólogo da obra que em seguida se transcreve – *O anônimo toscano*. Pois se era anônimo como pôs o seu nome no português? Isto custa a entender. Seja o que for, sob este nome se imprimiu a obra seguinte:

307 (c) *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas; com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata; e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais*. Lisboa, na oficina Deslandesiana 1711, 4.º de XVI-205 págs., incluindo o índice final.

Razões de estado e conveniências políticas motivaram a supressão desta obra logo depois da sua publicação. Veja-se a este respeito o curioso artigo inserto no *Panorama*, vol V, 1841, pág. 208. Seguiu-se a destruição da quase totalidade dos exemplares, e a extrema raridade dos que escaparam. Há um na Biblioteca Nacional de Lisboa e consta da existência de outro na Livraria, hoje Real das Necessidades. Afora estes só sei que viesse ao mercado em tempos anteriores um que foi vendido por 3.200 rs. A mesma Biblioteca d'Évora, assaz abundante em obras dos nossos antigos escritores, e que conta bom número de livros clássicos raros, apenas possui deste um transunto manuscrito copiado da edição supra indicada, e que forma um códice com 173 folhas no formato de 4.º, tendo a numeração CXVI-1-28, como se vê do respectivo *Catálogo*.

A obra reimprimiu-se todavia no Brasil, com o mesmo título: Rio de Janeiro, na Tipografia de J. Villeneuve & C.º, 1841, 8.º gr., mas os exemplares desta são para nós quase tão raros como os da edição original. O Sr. Rivara no citado *Catálogo dos Mss. Da Biblioteca Pública Eborense* alude a outra reimpressão, também feita no Brasil em 1837; parece-me, porém, que da parte do ilustre bibliógrafo haveria aqui equívoco, pois não é crível que em tão curto espaço se fizessem ali duas edições da mesma obra.

Naturalmente citava o eminente bibliógrafo algum apontamento de outro autor sem se ter avistado com a reedição fluminense, pois quem tinha razão era Rivara, não se havendo feito senão uma reimpressão da *Cultura*, a de 1837. É o que aliás, com a costumada lealdade, explica no suplemento de seu *Dicionário* monumental.

ANDRÉ JOÃO ANTONIL (v. Dic., tomo I, pág. 63).

Quando escrevi o artigo relativo a este autor acusei a reimpressão de sua obra feita no Rio de Janeiro, tal como a encontrara descrita pelo Sr. Figanière na *Bibliografia Histórica* n.º 800. Não podendo ter presente algum exemplar da nova edição, apesar da diligência que nisso pus, e confiado por outra parte na habitual exatidão e veracidade do distinto bibliógrafo, assinei de preferência à dita reimpressão a data de 1841, persuadindo-me de que teria havido inadvertência ou equívoco da parte do Sr. Rivara ao indicá-la de passagem como feita em 1837.

Chegou-me contudo às mãos, posteriormente, um exemplar da moderna edição, por favor do seu dono, o Sr. Conselheiro José Tavares de Macedo, e pouco depois outro, com que do Rio me obsequiara o Sr. B. X. Pinto de Sousa. Pelo exame de qualquer deles verifiquei que a equívoco estava da parte do Sr. Figanière acertando o Sr. Rivara, pois que a data de 1837, por este dada, é de certo verdadeira. O livro é, como se disse, impresso na Tipografia Imp. E Constit. De J. Villeneuve % C.º, no formato de 8.º gr. equivalente ao 4.º português e tem ao todo VII-214 págs., incluindo o índice. Na confrontação que dele fiz achei ser fiel reprodução da edição de 1711, sem discrepância alguma.

Há, porém, um antilóquio preliminar do editor, que por informações havidas consta ser José Silvestre Rebelo (v. no Dic. Tomo V, pág. 134) e encerram-se nela particularidades de tal sorte curiosas que a muitos dos meus leitores agrada certamente vê-la aqui reproduzida.

(Segue-se o prefácio da edição fluminense). O Sr. Antônio Maria Pereira tem atualmente a vender em sua livraria na Rua Augusta, recebidos do Brasil, alguns poucos exemplares da aludida reimpressão de tão preconizada obra.”

Correram os anos e ninguém cogitou da resolução do problema.

À porfia repetiram os dicionaristas os dizeres de Inocêncio, como por exemplo Pinheiro Chagas em seu aliás tão útil *Dicionário Popular*.

“ANTONIL (ANDRÉ JOÃO). – Deste escritor não teve conhecimento o abade Barbosa e o Sr. Inocêncio duvida que ele fosse português, suspeitando aliás que não só era este e seu verdadeiro nome, mas até que era italiano de nação.

Como quer que seja escreveu um livro curioso que se intitula *Cultura e opulência do Brasil*, etc., e que saiu a lume em Lisboa, em 1711. O governo do Sr. D. João V proibiu, por conveniência política, o curso deste livro que todavia foi impresso no Brasil, na primeira metade do século atual. Para se fazer a reimpressão foi preciso proceder a trabalhosas pesquisas, pois que o livro, como era natural, se tornara extremamente raro.”

Em 1883 publicando Sacramento Blake o primeiro volume de seu utilíssimo *Dicionário bibliográfico brasileiro*, obra que representa enorme labor, consagrou, como era de esperar, um artigo a André João Antonil (págs. 80 e 81). Não sabemos onde – repetindo as informações de um anônimo – foi buscar que nasceu, entre 1670 e 1680, em S. Paulo. Verdade é que também refere as dúvidas de Inocêncio sobre a sua nacionalidade.

“Com efeito é isto original, comenta Sacramento Blake.

Talvez, suponho eu, o autor já prevenido da perseguição que estava preparada à sua obra quisesse assim lançar a dúvida ou a confusão sobre o verdadeiro autor.

Menciono aqui este livro, porque estou informado, por pessoa muito competente da província de S. Paulo, de que ali nasceu André João Antonil.”

(Segue-se a notícia bibliográfica haurida de Inocêncio).

“Ficam em vista do que aí deixo, diz Blake, ao terminar o seu artigo, bastante demonstradas as *conveniências políticas* e as *razões de estado* que determinaram a supressão da obra do escritor brasileiro por ordem do governo português.”

Ignorava o dicionarista, parece-nos, que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possuía o livro, pois ainda acrescenta:

“A Biblioteca Nacional possui cópias de excertos de alguns capítulos desta obra, sob o título de – *Opulência e cultura do Brasil nas fábricas de açúcar, tabaco, ouro, couro e sola*. Fragmentos destacados de um livro da Academia Real das Ciências, impresso em Lisboa em 1711, cujo foi proibido por El-Rei dom João V por lhe dizerem que por dito livro estava publicado todo o segredo do Brasil aos estrangeiros, etc.”

Assim nos conta pequena nota do manuscrito referido por Blake que a sentença de extermínio lavrada contra a *Cultura* partiu do próprio Rei! Que honra...

Fato inexplicável e que nos causa surpresa é a circunstância de jamais haverem os bibliógrafos notado quanto no volume são claros os indícios de que seu autor fora eclesiástico e, ainda mais, sobremodo simpático à Companhia de Jesus.

Já na folha de rosto se declara que a obra é “oferecida aos que desejam ver glorificado nos altares o Venerável Padre José de Anchieta, Missionário Apostólico e novo taumaturgo do Brasil”.

Na introdução dirige-se “aos senhores de engenho e lavradores de açúcar, e do tabaco, e aos que se ocupam de tirar ouro das minas do Estado do Brasil”, lembrando-lhes quanto deviam de gratidão por lhes proporcionar a Providência grandes lucros de sua indústria. Quanto devia o Brasil a Anchieta, “um dos primeiros e mais fervorosos missionários da América Meridional, que a boca cheia o chama seu grande Apóstolo e novo Taumaturgo!”

Haveria, pois, maior obra de justiça, do que da gratidão par com tão grande evangelizador? Assim queria ele, autor, ser um dia o motivador deste reconhecimento “por parte dos que nas lavras e minas experimentaram o favor do céu com notável aumento dos bens temporais”, provocando os dons dos fiéis para o custeio das despesas elevadas do processo de canonização, desde um século parado em Roma, por falta de recursos monetários dos seus promotores.

“E ao mesmo venerável José de Anchieta, termina, peço encarecidamente, que queira alcançar Deus, centuplicada remuneração, na terra e no céu, a quem se determinar a promover com alguma esmola as suas honras, para que publicadas nos templos, e celebradas nos altares acrescentem também maior glória àquele Senhor benfazejo.”

A cada passo se trai, nas páginas da *Cultura*, a pena do homem de fê robusta, e mais, a do sacerdote zeloso. E ao encerrar o volume exclama *Laus Deo!*

Pois bem não houve analista que em tal reparasse!

Refundindo completamente a primeira edição da *História Geral do Brasil* ampliou-lhe o Visconde de Porto Seguro notavelmente o quadro, como todos sabem, dando-lhe outro padrão de erudição.

Na primeira edição (a de 1854) chama à *Cultura* “livro mui importante, qual é atribuído a um André João Antonil, acaso pseudônimo do autor que em outro lugar assina *anônimo toscano*”. Da segunda (1876), passados, portanto, vinte e dois anos, se depreende que jamais o preocupou o caso da criptonímia de Antonil.

Também não a examinou Saldanha da Gama, o biógrafo de Frei Veloso, na extensa, minuciosa e valiosa biografia que lhe consagrou (Rev. do Instituto *Histórico Brasileiro*, tomo 31, parte 2.^a, págs. 137-305).

Assim consagra exatamente o seu capítulo X a um exame do livro de Antonil sem que jamais se refira ao caso interessante da identificação do seu autor (1868 e 1869).

VI

Descoberta da criptonímia de Antonil por J. Capistrano de Abreu.

Modo pelo qual este a realizou.

Silêncio do suplemento do dicionário de Blake, indesculpável.

Primeira descrição completa da *Cultura* por J. C. Rodrigues.

Silêncio inexplicável quanto à descoberta de Capistrano.

Opiniões de Galanti, Basílio de Magalhães, Calógeras, Rodolfo Garcia.

Pouco tempo mais tarde, dois a três anos apenas, após a afirmação de Blake, informado pelo tal “competente erudito da Província de S. Paulo” “sem bulha nem matinada” podiam os amadores da história do Brasil ler no prólogo de um precioso opúsculo, precioso e desprezioso opúsculo, impresso na Imprensa Nacional, em 1886, *Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta*, S. J.; podiam estes amantes dos brasilios anais ler a seguinte notícia curiosa. “Enfim, abre-se com o primeiro ano do século passado, o período das minas, e rebenta verdadeira revolução psicológica. Não se precisa ler os ditirambos entusiastas de Rocha Pita, basta de meditar nas páginas de André João Antonil, ou, para dizer o verdadeiro nome, João Antônio Andreoni, porque Antonil era o pseudônimo – para ver o entusiasmo que a terra despertara”.

Quem assinara este prólogo, a 13 de julho de 1886, era Capistrano de Abreu, a quem coubera a glória do eureka relativo ao velho intrincadíssimo caso da bibliografia brasileira. E como?

Será ele próprio quem no-lo contará, pois a tal propósito resolvemos consultar o nosso prezado e ilustre mestre. Dele tivemos resposta que aqui se transcreve, e onde, com encantadora naturalidade e singeleza narra o *Fiat lux!* A propósito da sua bela descoberta:

“Affonso, amigo.

No *Íris* clássico de J. F. de Castilho, livro colegial do Ceará, deparei um trecho de André João Antonil que me interessou. Muitos anos depois li a obra completa na Biblioteca Nacional. Quem era o autor? Perguntei a Vale Cabral, incomparável em biobibliografia brasileira. É um enigma, respondeu, e mostrou-me uma página de Inocêncio.

Relia a *Cultura*, convenci-me que era obra de Jesuíta e Toscano como dizia o prólogo anfibológico.

No correr de leituras encontrei o nome Andreoni e disse comigo: é este. Entretanto descuidei-me de verificá-lo anos e anos.

Um dia trabalhava na Biblioteca Nacional a poucos metros de Cabral quando me veio a lembrança. Levantei-me, disse a Cabral: V. vai morrer de inveja, fui ao Backer, procurei s. v. Andreoni: lá estava o bicho! Cabral e eu celebramos condignamente o sucesso jantando juntos ou tomando cerveja no Passeio Público até as horas de fechar.

Creio que publiquei o achado pela primeira vez no prólogo às *Informações* de Anchieta, sem bulha nem matinada, como se tratasse de caso *charro*. (Conhecem a palavra em S. Paulo? Existe nos dicionários? Ouvi-a no Ceará).

Para dar as seguintes informações, consultando somente a memória, se for preciso irei ao Sommervogel:

Veio ao Brasil como visitador; foi seu companheiro de visita Estanislaú de Campos, como consta ad biografia deste, publicado pelo velho Araripe na *Revista*.

Depois da visita permaneceu no Brasil, foi reitor na Bahia com certeza, mas talvez em outro colégio; era reitor da Bahia quando morreu Vieira e confiou-lhe o cadáver ao túmulo; foi provincial dos jesuítas.

Há uma carta de Vieira muito interessante sobre ele: o nome passou de Andreoni a Andreão.

Agora compare: André João Antonil.

João Antônio Andreoni.

O “l” de Antonil quer dizer Luquense.

Com os índios vou regularmente.

Respeito às Sras. Adeus, nova geração! Bien à vous.

C. de A.

Rio, 23 de Julho, 21”

Interessantíssima carta, como o leitor certamente achará, esta em que o insigne mestre, com aquela feição tão sua de despreziosidade e despreocupação, conta o seu belo achado, dentro em breve anunciado “sem bulha nem matizada” como tão singelamente se exprime.

Divulgada a descoberta a ela se referiram com os elogios merecidos diversos autores, entre eles, muito amavelmente e com toda justiça, o erudito Padre Rafael Maria Galanti no tomo II de sua *História do Brasil* (à pág. 113): “O verdadeiro nome do autor (da Cultura), que no prefácio se intitula *Anônimo Toscano*, é Andreoni, jesuíta que preencheu entre os seus o posto de Provincial. A glória de ter decifrado este enigma cabe ao exmo. Dr. Capistrano de Abreu, tão conhecido e tão estimado entre nós, que basta nomeá-lo para lhe tecer um grande elogio”.

Assim não foi sem verdadeira surpresa que constatei o silêncio do Sacramento Blake, acerca da prioridade do sábio autor dos *Capítulos de História colonial* e tantas mais monografias de extraordinária erudição.

Nas *Retificações essencialíssimas* que Blake anexou ao apêndice do tomo quarto do seu *Dicionário* (volume impresso no ano de 1898) lêem-se estas poucas linhas: “Volume 1.º - *André João Antonil*, pág. 80. – Não é este o nome do autor do livro aí mencionado, e nem seu autor é natural de S. Paulo.

André João Antonil é pseudônimo de João Antônio Andrioni (sic), nascido em Lucques (sic), cidade da Toscana, em 1650 e falecido em 1716.

Aos 17 anos de idade entrou para a Companhia de Jesus e vindo para o Brasil, exerceu em sua ordem cargos importantes, como os (de) mestre de noviços, reitor do colégio e provincial na América portuguesa.

(Veja-se a *Bibliothèque des écrivants* (sic) de la *Compagnie de Jésus*.)

Não se dá aí num caso de *sic vos nos vobis*. De tal seria Blake incapaz, mas não podemos deixar de estranhar haja omitido o nome do desvendador da tão procurada criptonímia.

Tão pouco custaria esta demonstração da mais elementar justiça!

A primeira descrição que da *Cultura* se fez, completa, sob o ponto de vista estritamente bibliográfico, é de J. C. Rodrigues em sua *Biblioteca Brasiliense* (Rio de Janeiro 1917, págs. 44 e 45).

Nela há referências às duas edições e se alude a uma terceira impressão, de que já dera notícia Calógeras n.º *As minas do Brasil*.

Indicações muito valiosas e assim as transcrevemos na íntegra.

199 – ANTONIL – Cultura / e opulência / do Brasil / por suas drogas, e minas / com várias notícias curiosas do modo de fazer o Açúcar, plantar / e beneficiar o Tabaco; tirar o ouro das Minas; e descobrir as de Prata. / E dos grandes emolumentos que esta Conquista da América Meridional / dá ao Reino de Portugal, com estes e outros gene/ros e contratos reais; obra de André João Antonil, oferecida aos que desejam ver glorificado nos Altares ao Venerável Padre José de Anchieta, Sacerdote da Companhia de Jesus, missionário apostólico e novo Tau/maturgo do Brasil. (Gravura em madeira com o dístico *Semper honore meo*) Lisboa. / Na oficina Real Deslandina. ? Com as licenças necessárias. Ano de 1711.

In-8.º; Ante-rostro, título 2 fls; intr. Aos Senhores de Engenho, 3 págs.; no V da 3.ª p. Primeira parte; Proêmio, 3 págs. Licença 4 págs. E 1 pág. em branco. Segue-se o livro I, donde a numeração das págs. Vai até 205, onde acaba *Finis. Laus Deo*. Últ. Pág. em branco.

RARÍSSIMA, só sendo conhecidos três outros exemplares, no máximo. Ex. em belo estado, apesar de emendado o título. A obra foi suprimida, por ordem do Governo, sempre cioso das riquezas de suas colônias. Inocência, referindo-se à sua *extrema raridade*, diz dos ex. que escaparam às chamas há um na Biblioteca Nacional de Lisboa e consta que há outro no Poço das Necessidades – A Bibl. Nac. tem esta obra – Este ex. pertenceu a Henrique Alves de Carvalho; seu irmão Luís tendo pago por ele 385\$ no leilão após a morte de Henrique. Foi-me oferecido pelo Sr. Capistrano de Abreu, a quem deixou em testamento.

A Bibl. Nac. e a de Évora têm cópias manuscritas. Apesar de que Blake diz que o A. era Paulista, não há prova disto. Ao contrário, este conclui em seu Proêmio escrevendo: E se alguém quiser saber o Autor deste curioso e útil trabalho; ele é um Amigo do bem público chamado O *anônimo Toscano*. “Donde parece que trata-se de obra de algum missionário Italiano – sem dúvida de algum que havia residido longos anos em vários pontos do Brasil, que cita e que usava muito bem da nossa língua”.

- É curioso ver que o “Santo Ofício” opinou que se deixa permitir a publicação é porque “saberão os que se quiserem passar ao Estado do Brasil o muito que custam as culturas” de que trata “que são mais doces de se possuir no Reino que cavar no Brasil”.

Entretanto o Paço deu licença porque o livro “muito útil para o Comércio despertará as diligências e incitará a que se procurem tão fáceis interesses”. Divide-se a obra em quatro partes, sobre o Açúcar, o Tabaco, o Ouro e as Minas, e por fim Pastos e o Gado. O A. descreve estas indústrias minuciosamente e inteligentemente e, resumindo,

diz que já em 1910 o Brasil exportava para Portugal 2.535:000\$ de açúcar, 344:650\$ de tabaco, 614:400\$ de ouro, e 201:800\$ de meios de sola de couro. E calcula então o que este comércio rendia à Coroa, não falando contratos do sal, vinhos, baleias, águas ardentes, e das vendas das casas de Moeda, dos dízimos, fazendas, negros, etc.

- É notável o capítulo com que remata a sua descrição do fabrico do açúcar: notando que as cousas as mais úteis aos homens, como o pão, azeite e vinho, se se tornam úteis após os maiores apertos, descreve o que tem de passar a cana até que se reduza ao açúcar comum “sempre doce e vencedor de armaduras”. Tem havido, mas sem razão, quem queira enxergar nisso uma parábola política.

Além da seguinte edição, há outra impressa na China por ocasião da visita do Barão de Ladário.

200 – ANTONIL – Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer açúcar, plantar e beneficiar o tabaco: tirar ouro das Minas e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais. Obra de André João Antonil. Impresso em Lisboa na oficina real deslandesina com as licenças necessárias, no ano de 1711. Novamente reimpresso no Rio de Janeiro, Sousa e Comp., 1837.

In-8.º, 214 – VII páds. – Impresso na Tip. De J. Villeneuve e C.º *Bastante escasso*.

Inocência no Suplemento, vol. VIII, corrige o seu erro de dizer que os exemplares desta edição eram “quase tão raros como os da edição original”.

Exceto as licenças, é reprodução integral e fiel da primeira, e o editor acrescenta-lhe um prólogo em que mostra quão rara é aquela. Blake parece não ter visto mesmo esta 2.ª edição, transcreve este prólogo e a transcrição de Inocência!”

Fato para nós inexplicável é o silêncio do autor da *Biblioteca Brasiliense* em relação ao desvendamento da criptonímia referente a Antonil.

Teria dúvida em aceitar a identificação proposta pelo douto brasilólogo?

Parece-nos ela tão clara, tão forte, tão evidente mesmo, que, francamente a reserva, o mutismo do Dr. J. C. Rodrigues nos causa estranheza, tanto mais quando declara haver recebido do próprio Capistrano, o valiosíssimo presente de um dos quatro exemplares existentes da *Cultura*.

Autoridades como Basílio de Magalhães e Calógeras não puseram a menor dúvida em aceitar a identificação n’*As minas do Brasil* e na *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII*. O mesmo se deu quanto a Rodolfo Garcia na sua *Bibliografia geográfica brasileira (Rev. Do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 85, vol. 139, págs 47-48)* feita com aquele cuidado e segurança que tanto recomendam os trabalhos do erudito pernambucano.

VII

Biografia de Andreoni; escassez de informações. Depoimentos de Antônio Vieira, do biógrafo de Estalisanu de Campos. Alencastre João Lúcio de Azevedo, Capistrano. Nota de diversas procedências.

Desvanecido, graças a Capistrano, o mistério que envolvia a personalidade do autor da *Cultura e opulência do Brasil*, seja-nos dado informar aos leitores alguma cousa sobre a biografia de Andreoni.

Infelizmente é bem pouco o que lhes podemos ministrar.

Graças à obsequiosidade de nosso sábio mestre, conseguimos reunir a maior cópia de dados possível sobre o autor.

Nascido em Lucca, na Toscana, no ano de 1650, abraçou João Antônio Andreoni a vida religiosa a 20 de maio de 1667, entrando para a Companhia de Jesus.

Pouco depois embarcou para o Brasil, onde se lhe escoaria o resto da existência.

Homem de larga inteligência, fizera excelentes estudos, a julgarmos por um depoimento dos mais valiosos, o de Antônio Vieira!

Escrevendo da Bahia ao Marquês de Alegrete, a 15 de julho de 1690, fazia o formidável orador seicentista os maiores gabos a Andreoni, lembrando que no colégio de Roma merecera a primeira láurea de retórica e língua latina.

Mestre de noviços, mais tarde Reitor do Colégio de S. Salvador, Visitador e, afinal, Provincial do Brasil, veio Andreoni a falecer na Bahia, aos sessenta e seis anos de idade, a 13 de março de 1716, segundo informa Sommervogel.

Em 1680 era Visitador, pois naquela admirável carta de felicitações, paradigma do gênero, endereçada da Bahia, por Vieira, a 29 de junho de 1680, ao almotacé mor Luís da Câmara Coutinho, nomeado governador de Pernambuco, expõe o grande jesuíta os diversos motivos do júbilo que lhe vai n'alma pelo ato do Príncipe Regente futuro D. Pedro II, “como religioso da companhia porque além da informação do Padre Visitador João Antônio Andreonias (sic) tenho em muita certeza de quanto V. S. honrou e favoreceu sempre a nossa Religião da qual de V. S. não veste hábito, professa o amor”.

Referências sobre Andreoni encontramos-las ainda na *Vida do Padre Estanislau de Campos*, cujo autor é desconhecido, e escrita em latim, em fins do século XVIII, por um jesuíta da província do Brasil e quiçá paulista.

Traduziu-a para o português Tristão de Alencar Araripe, empregando uma grafia fonética de sua invenção, que é dos mais horríveis desfiguramentos, jamais sofridos por nossa língua, grafia que infelizmente se alastra por diversos tomos da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*.

Refere o biógrafo uma questão havida entre o Padre Estanislau de Campos e o bispo de Olinda, que forçou os superiores do jesuíta a retirá-lo da reitoria do colégio pernambucano.

“A pendência versava – diz-nos o erudito João Lúcio de Azevedo, na sua magnífica *História de Antônio Vieira* (t. II, págs. 278-279) – sobre a prisão de um criminoso refugiado no Colégio, que o Bispo exercendo o poder civil mandara buscar pelos meirinhos, juntamente com o Reitor, que se tinha oposto à violação do recinto privilegiado. O prelado, ardendo em cólera, pela resistência dos que eram duplamente seus subordinados, ordenara que lhe levassem presos, com o delinqüente, *aqueles padrezinhos*.

As palavras referidas ao Visitador ofenderam-no talvez mais que o ato de prepotência, pelo que mandou a Pernambuco um comissário para investigar o caso, e segundo as circunstâncias exigir pública reparação ou dar satisfação ao Bispo.

Era o comissionado o Padre João Antônio Andreoni, autor do livro célebre *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*, publicado sob o pseudônimo de André João Antonil, a qual obra o governo de D. João V mandou recolher, para não terem por ela conhecimento os estrangeiros dos métodos empregados na produção colonial”. Empreendeu Andreoni esta viagem a Pernambuco em 1692 e lá chegando achou melhor a retirada do padre Estanislau de Campos, a quem mandou para o Ceará.

“Entretanto mudara a face dos negócios, acalmou-se o tumulto dos discordantes; o prelado voltando a si abrandara e finalmente desvanecia-se a causa da ofensa que Estanislau pagava com o exílio, embora muito imericadamente”, comenta o anônimo autor da *Vida*.

Por isso os superiores, mudando de parecer, o chamaram da começada viagem, mandando que o Padre João Antônio Andreoni partisse da cidade de Olinda para a Bahia, visitando todos os lugares de missões intermediárias, e designando Estanislau como seu companheiro no ministério apostólico.”

A Andreoni chama o ignoto biógrafo “varão egrégio”, “insigne por sua piedade e seus cargos”.

Desde estes acontecimentos ficara sobremaneira amando a Estanislau de Campos. “Muitas vezes o comparava a um engenho de açúcar, para exprimir a opinião que de sua índole formava”.

Era, em 1697, Andreoni Reitor do Colégio da Bahia quando ali ocorreu, a 20 de julho de 1697, lutuoso acontecimento, que a toda Companhia trouxe o mais profundo pesar.

Desapareceu nesta data o mais ilustre, talvez, dos jesuítas então existentes, e certamente um dos mais gloriosos filhos de S. Inácio, em todos os tempos: Antônio Vieira.

Alto documento, expoente da mentalidade e dos sentimentos nobres de quem o firmou, é a carta tão notável pela elevação de idéias e a unção das palavras em que, na ausência de seu Provincial, noticiou Andreoni ao Geral da Companhia tão doloroso acontecimento. Havia dous dias que o glorioso jesuíta cerra os olhos à luz terrena e a proximidade do seu passamento se reflete na intensidade da dor que assoberba o noticiário.

“Os muitos e sumos dotes que Deus nele reunira, diz com verdadeiro pungir do coração, tornarão por muito tempo sensível a saudade de tão grande homem, e a aumentarão extremamente, todas as vezes que a sua lembrança, que viverá eterna entre nós, despertar em nosso espírito a sua imagem que assiduamente contemplávamos, o seu trato agradabilíssimo e os preclaros dotes do seu ânimo”.

Enumerando-lhe as obras deplora não houvesse podido terminar “a nunca assaz louvada *Chave dos Profetas*”.

“Não puçás cousas podiam consolar-nos desta dor (de o perder) se a mesma dor, próxima do alívio, não recrudescesse com a perda de tanto bem, isto é: a lembrança, assim da sua insigne sabedoria, como da sua vida.”

E a este propósito faz o epistológrafo um apanhado da vida do seu genial consócio, sintético, enérgico; brilhante a exposição dos seus trabalhos no Brasil, no Maranhão.

Descreve-lhe os achaques e a resignação da extrema velhice os episódios dos últimos dias de vida, tudo de modo colorido, patético – como quem realmente sofreu presenciando o padecer de um amigo muito admirado. E ao narrar as honras fúnebres que lhe foram tributadas comenta: “os que choraram sua morte com abundantes lágrimas, nunca assaz para os méritos de tão grande varão, puderam tirar algum alívio das honras que todos lhes prestaram, celebrando as suas exéquias”.

E modestamente termina o futuro Antonil, singelo como sempre: “Estas cousas, que acabo de escrever ao correr da pena, se assim aprouver Vossa Paternidade, serão descritas em estilo mais elegante, e observadas as leis da história, em Latim pelo P. Leopoldo Fuez, confessor de Nossa Sereníssima Rainha, em Português pelo P. Luís Severino, íntimo amigo do P. Vieira, durante a sua vida, e em Italiano pelo P. Antônio Maria Bonustio, o último ajudante que lhe fora dado para terminar a *Chave dos Profetas*; e assim postas as cousas em sua verdadeira luz, e reunidas de um tesouro mais rico outras que foram omitidas, receberão os feitos do Padre Vieira, por meio destes, uma vida melhor e mais duradoura, para lembrança sempiterna dos vindouros e para maior honra e glória de Deus!”

Foi a carta de Andreoni, por ordem cronológica, a primeira homenagem escrita prestada à memória do grande homem que acabara de se extinguir. E sob todos os pontos de vista digna daquele a quem se tributava tal honra.

Um outro escrito de Andreoni existe que também se prende à morte de Antônio Vieira, a “Relação de um caso notável que sucedeu antes da morte do P. José Soares, companheiro do P. Antônio Vieira, autorizado com o testemunho do P. Reitor que então era do Colégio”.

Nele se narra o falecimento do “diligentíssimo amanuense e fidelíssimo companheiro, por mais de trinta anos, do P. Antônio Vieira, desaparecido do mundo a 16 de maio de 1699, aos 74 anos de idade”.

Quinze dias antes de morrer tivera o Padre Soares a visão de um encontro com Vieira, que “com os olhos levantados para o céu, o convidara a partir”, pelo que ficara “repleto de grande alegria”.

Dous dias mais tarde aleitava-se, narrando ao seu confessor e consócios a prodigiosa visita; passados mais alguns dias, estando a conversar “mandou, de repente, no meio da conversa, que se desse o sinal da sua próxima morte tocando-se a sineta, segundo o costume; e apenas recitadas as costumadas preces, imediatamente, depois de recitadas, expirou, invejando piedosamente a sua morte os que se achavam presentes”.

Grande impressão causou na Bahia o acontecimento sobrenatural, refere Andreoni depois de contar que ao enterro do Padre Soares haviam concorrido as primeiras autoridades do Estado do Brasil. “Honrou Deus desse modo, com tão honorífico acompanhamento e ilustre testemunho de sua virtude, ao seu servo que fora tão amante da humildade que, durante a sua vida, fugia do trato e da presença dos magnatas. Todas estas cousas quis ficassem escritas, para testemunho da verdade e para louvor de Deus.

Era em 1711 Reitor do Colégio da Bahia, como se infere de um incidente da entrega do legado enorme de Domingos Afonso Sertão à Companhia de Jesus, os latifúndios colossais do Piauí, hoje fazendas nacionais, graças ao confisco pombalino.

“Morrendo Domingos Afonso, o reitor da Companhia de Jesus da cidade da Bahia, que era então o Rev. Padre João Antônio Andreoni, por ato de 20 de agosto de 1711 nomeou administrador dos bens do falecido ao Padre Manuel da Costa”, diz Alencastre na sua *Memória Cronológica, Histórica e Geográfica da Província do Piauí (Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 20, pág. 32)*.

Durante a longa rivalidade luso-brasileira, chamada a *Guerra dos Mascates*, em que, como todos sabem, se deram sangrentos episódios, aparece, uma vez ou outra, o nome de Andreoni, informa o douto Capistrano, como um dos personagens infensos à causa portuguesa, ou do Recife.

A 13 de março de 1716, diz o erudito biógrafo inacino Sommervogel – falecia o ilustre jesuíta naquele mesmo colégio da Bahia, onde tão longos anos vivera e cuja direção por muitos lustros tivera. Cremos, porém, que nesta data há engano de Sommervogel, como adiante exporemos.

Nada nos é possível informar dos seus últimos anos, nem temos como preencher esta última falha de uma biografia sobremodo lacunosa.

Assim dos arquivos jesuíticos venham novos documentos completar este esforço despretensioso da vida de um benemérito do Brasil como certamente o foi o Padre João Antônio Andreoni.

Como prêmio a tantos serviços à terra brasileira, vira, na sua velhice, consumir-se imensa injustiça, o confisco do livro em cuja vendagem tanto confiava para promover o andamento do processo achietano! Como não lhe terá amargurado os últimos anos tão iníqua demonstração da prepotência régia!

VIII

**A obra de Andreoni. Referências dos irmãos Backer e de Sommervogel
Dúvidas suscitadas pela publicação de extratos das Anuas de 1714, 1716
E 1721, por Studart. Reimpressão de Cultura por João Xavier da Veiga.
A edição de Macau.
Pesquisas de Capristano e Pablo Hernandez sobre “De rebus Brasiliae”.**

Da obra de Andreoni pouco se conhece; o que em seu nome está averbado, encontra-se nos dicionários de Sommervogel.

No seu *Dictionnaire des ouvrages anonymes et pseudonymes publiés par des religieux de la Compagnie de Jesus, depuis sa fondation jusqu'à nos jours* (Paris, 1884, 2 vols.) revela Sommervogel ignorar a existência da Cultura e a ligação existente entre Andreoni e o nosso célebre livro.

Assim na sua pequena notícia (insignificante quanto à parte biográfica, duas linhas apenas: “*Andreoni (Jean Antoine) N. a Lucques em 1650, M. Au Brésil, 13 mars 1716*”) só se refere à tradução da *Sinagoga desenganada*, lembrando então que tal livro antijudaico havia também uma tradução espanhola pelo Padre Cláudio Adolfo Malboan, de que se tinham feito duas edições em Madri (1723 e 1733), dizendo o tradutor que o livro fora traduzido “Del toscano en portugues, en el Brasil, por un anonimo y ahora traducido del toscano y portugues em nuestro idioma castellano”.

A obra dos sábios Padres os irmãos Agostinho e Aloísio de Backer, refundiu-a Sommervogel na sua *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, publicada de 1890 a 1900 em 9 volumes.

A inserção, por Studart, no tomo 36 da *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, a que tão magnificamente opulentou e constantemente opulenta com a revelação de documentos valiosos para a nossa história, a inserção, dizíamos, dos “*Trechos de cartas do Jesuíta Padre João Antônio Andreoni escritos nas cartas anuas de 1714-16-21*” neste volume da excelente *Revista cearense* vem trazer-nos a dúvida de que a data citada por Sommervogel como a do falecimento de Antonil é inexata. E realmente, à pág. 81, se lê que exatamente no dia por Sommervogel indicado como o do falecimento de Andreoni assinara ele a carta anua de 1716 “P. Andreoni, que escreveu estas cousas a 13 de março de 1716”. Enfim podia dar-se ainda o caso de que houvesse falecido exatamente neste dia, mas segundo o depoimento do Padre J. B. van Meurs, jesuíta holandês, a Studart, seu amigo, ainda foi Andreoni quem, na anua de 1721, noticiou a 24 de março: “Neste ano (1721) os nossos Padres que cuidam dos índios residentes na serra do Ibiapaba conduziram das florestas para os aldeamentos um grande número de selvagens (quase 5.000) e se esforçaram por reuni-los aos demais habitantes da povoação”.

Interessante seria a transcrição integral destes escritos de Antonil de que Studart só deu os pequenos extratos relativos às missões cearenses. A 15 de junho de 1714 relatava o Reitor da Bahia a luta que se dera na prefeitura do Cará entre os selvagens que por toda parte faziam incursões e os índios, de um lado, e os portugueses e brasileiros de outro”, luta que exigia constantes sacrifícios dos padres da povoação de Ibiapaba e lhes fizera correr grandes perigos. Dá numerosos pormenores da luta entre os índios selvagens e os catecúmenos confortados pelos missionários. A 24 de dezembro seguinte anunciava Andreoni os resultados da visita do Padre Antônio Guedes à missões de Ibiapaba relatando igualmente fatos curiosos e pitorescos como o que se dera no Ceará com a notícia, aliás falsa, da descoberta do ouro do Jaguaribe, augurando que para os índios seria “nova calamidade, como o fora para as povoações situadas no Rio de Janeiro”.

Depois da identificação de Capistrano a presente edição é a terceira tiragem da *Cultura*. A primeira fez-se em Minas Gerais.

Em 1899, estando à testa do Arquivo Público Mineiro João Pedro Xavier da Veiga, o conhecido erudito, autor das *Efemérides mineiras*, teve a excelente idéia de inserir nas páginas da *Revista do Arquivo Público Mineiro*,

que com o melhor critério redigiu, a transcrição de velhas obras desconhecidas do público pela raridade que haviam atingido. E assim o fez com a *Cultura e opulência do Brasil, o Áureo trono episcopal, o Triunfo eucarístico*, etc.

A *Cultura* publicou-a no tomo IV da valiosa publicação (págs 397-557), por extenso. E explicando os motivos que o tinham levado a assim fazer lembrava que a edição de 1839 (sic), já também desde muito esgotada, ser tornara tão rara quase quanto a de 1711.

“Esta circunstância e o interesse e o valor da obra, especialmente para o Estado de Minas, e tendo ela sido o “primeiro trabalho escrito sobre cousas de Minas Gerais que se publicou, tornam a obra de Antonil singularmente curiosa e importante para nós, que a consideramos verdadeira preciosidade bibliográfica mineira. Por tudo isso reproduzimo-la integralmente da referida segunda edição”, expôs o autor das *Efemérides* num rápido preâmbulo bem pouco correspondente à importância do livro precioso.

Para fazer a impressão pediu o exemplar pertencente a Afonso Arinos, que a pedido seu “cavalheira e patrioticamente o ofertou ao *Arquivo Público Mineiro*, entre cujos cimélios o livro hoje figura”.

Pouco depois, de outro ofertante ilustre, Orville Derby, recebia o *Arquivo Mineiro* um exemplar da *Cultura*.

Grande comodidade trouxe a reimpressão da obra de Antonil, levada a cabo pela *Revista* mineira. A ela se reportaram Basílio de Magalhães na *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII* e Calógeras nas *Minas do Brasil*, como já dissemos, relatando então que do precioso tratado de Andreoni há uma edição feita em Macau.

Insistiu Capistrano em pesquisar a existência do *De rebus Brasiliae*, infrutiferamente porém, como uma carta sua, aqui transcrita, o esclarece:

“Affonso amigo,

Incluo o extrato de Sommervogel; não achei a mão Backer; o último bibliógrafo naturalmente dispensa o primeiro.

Dos livros de Andreoni só conhecia diretamente a *Sinagoga* de que dá o título português, com o número de páginas; dos outros fala por informação, a primeira descrição da *Cultura e opulência* deve ser a de José Carlos Rodrigues.

Nos livros de Andreoni enumera-se um *De rebus Brasiliae*. Que virá a ser? Pablo Hernandez, jesuíta de grande erudição, no relativo à América do Sul, que duas vezes esteve trabalhando aqui, nada me soube informar; acaba de morrer em Roma, segundo me contaram em Santo Inácio e nada me comunicou.

Tenho mais duas notícias sobre Andreoni: uma de que exercia o reitorado da Bahia quando morreu Domingos Afonso Sertão, legando à Companhia as fazendas do Piauí (R. Trim. Instit. Hist. 20, 32; nota de Alencastre).

Outra refere-se à sua atitude na guerra dos Mascates em que parece, não se mostrou simpático à gente do Recife; se caso o interessar, poderei verificar na Biblioteca Nacional. Tive em tempo a idéia de fazer a biografia de Antonil. – Desisto ante a falta de documentos. Continuo pegado com os bacairis e vou regularmente. Para a semana devem tomar o trem de Mato Grosso.

Até os fins de outubro. Respeitos à Senhora. Adeus, nova Geração! Bien à vous – C. –

Rio 1 de agosto de 1921.”

Quanto à edição chinesa sobre ela nos deu ainda o nosso mestre os seguintes apontamentos: “Macau, tip. Noronha e Cia., 1898. Publicada por Horácio Poiães e oferecida ao Conselheiro José da Costa Azevedo, barão do Ladário, 18 cm x 13 cm. No prólogo diz o editor” o manuscrito tem a data de 1711. A edição é feita pelo original, conservando-se-lhe a própria ortografia.”

Ocorreu provavelmente ao editor reimprimir a obra de Antonil como homenagem à missão brasileira diplomática que sob chefia do Barão do Ladário visitava o Extremo Oriente, tocando também na velha colônia portuguesa quinhentista. Mais delicada intenção não podia ter havido e o fato da escolha do livro de Andreoni revela por parte dos ofertantes real prova de avançada cultura.

Reimprime-se agora pela quarta vez o livro do benemérito Andreoni que o despotismo joanino condenara à destruição. Não há, talvez, em toda a nossa bibliografia obra cuja história seja tão cheia de curiosos incidentes. Cabe-lhe com toda a inteireza o famoso dístico do gramático latino *o habent sua fala libelli*. Vingou-se a posteridade da prepotência real desencadeada sobre o humilde jesuíta estrangeiro identificado com o país onde passara meio século a servir a causa do Evangelho e da Civilização. E o seu pobre livro hoje exaltado à altura do grande mérito que o reveste adorna-se agora com o histórico de sua atribulada carreira de perseguido, de exterminado, como de inapagáveis atributos gloriosos, do que pela tradição brasileira sofreu.

S. Paulo, 7 de Setembro de 1921.

AFFONSO DE E. TAUNAY.

CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL
POR SUAS DROGAS E MINAS

Com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar,
plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e
descobrir as da prata
e dos grandes emolumentos que esta conquista da
América Meridional dá ao reino de Portugal com
este e outros gêneros e contratos reais.

Obra de

ANDRÉ JOÃO ANTONIL

Oferecida

Aos que desejam ver glorificado nos altares ao venerável padre José de Anchieta, sacerdote da Companhia de Jesus, missionário apostólico e novo taumaturgo do Brasil.

Lisboa

Na Oficina Real Deslandesiana, com
as licenças necessárias, ano de 1711.

AOS SENHORES DE ENGENHOS E LAVRADORES
DO AÇÚCAR E DO TABACO E AOS QUE SE OCUPAM
EM TIRAR OURO DAS MINAS DO ESTADO DO BRASIL.

Deve tanto o Brasil ao venerável Padre José de Anchieta, um dos primeiros e mais fervorosos missionários desta América Meridional, que à boca cheia chama seu grande apóstolo e novo taumaturgo pela luz evangélica que comunicou a tantos milhares de índios e pelos inumeráveis milagres que obrou em vida e obra continuamente, invocado para benefício de todos. Porém, confessar estas obrigações e não cooperar à glória de tão insigne benfeitor, não basta para um verdadeiro agradecimento, devido justamente e esperado. Para excitar, pois, piedoso afeto nos ânimos de todos os que mais facilmente podem ajudar como agradecidos e liberais obras tão santas, como é a canonização de um varão tão ilustre, procurei acompanhar esta justa petição com alguma dádiva que pudesse agradar, e ser de alguma utilidade aos que nos engenhos de açúcar, nos partidos e nas lavouras de tabaco, e nas minas do ouro experimentam o fervor do céu com notável aumento dos bens temporais. Portanto, com esta limitada oferta provoco aquela generosa liberalidade, que não consente ser rogada, por não parecer que, dando, quer vender

benefícios. E ao mesmo Venerável Padre José de Anchieta peço encarecidamente que queira alcançar de Deus centuplicada remuneração na Terra e no Céu a quem se determinar a promover com alguma esmola as suas honras, para que publicadas nos templos e celebradas nos altares, acrescentem também maior glória àquele Senhor que é honrado na honra dos santos, e glorificado em suas glórias.

PRIMEIRA PARTE

Cultura e Opulência do Brasil
na lavra do açúcar no Engenho Real moente e
corrente

Trata-se

Do senhor do engenho do açúcar, dos feitores e outros oficiais que nele se ocupam, suas obrigações e salários.

Da moenda, fábrica e oficinas do engenho e do que em cada uma delas se faz.

Da planta das canas, sua condução e moagem; e de como se faz, purga e encaixa o açúcar no Recôncavo da Bahia, no Brasil, para o reino de Portugal, e seus emolumentos.

PROÊMIO

Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, *engenhos*, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são um dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável.

Dos engenhos, uns se chamam *reais*, outros, inferiores, vulgarmente *engenhocas*. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes de que se compõem e de todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou, pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente.

E porque algum dia folguei de ver um dos mais afamados que há no Recôncavo, à beira-mar da Bahia, a quem chamam o engenho de Sergipe do Conde, movido de uma louvável curiosidade, procurei, no espaço de oito ou dez dias que aí estive, tomar notícia de tudo o que o fazia tão celebrado, e quase rei dos engenhos reais. E valendo-me das informações que me de quem o administrou mais de trinta anos com conhecida inteligência, e com acrescentamento igual à indústria, e da experiência de um famoso mestre de açúcar que cinqüenta anos se ocupou nesse ofício com venturoso sucesso, e dos mais oficiais de nome, aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia, me resolvi a deixar neste borrão tudo aquilo que na limitação do tempo sobredito apressadamente, mas com atenção, ajuntei e entendi com o mesmo estilo e modo de falar claro e chão que se usa nos engenhos; para que os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra, o conheçam e sintam menos dar por ele o preço que vale; e quem de novo entrar na administração de algum engenho, tenha estas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda ocupação se deve desejar e intentar. E, para maior clareza e ordem, reparti em vários capítulos tudo o que pertence a esta droga e a quem por ela e nela trabalha; começando, depois de relatar as obrigações de cada qual, desde a primeira origem do açúcar da cana, até a sua cabal perfeição nas caixas, conforme o meu limitado cabedal, que pelo menos servirá para dar a outros de melhor capacidade e pena mais ligeira e bem

aparada, algum estímulo de aperfeiçoar este embrião. E se alguém quiser saber o autor deste curioso e útil trabalho, ele é um amigo do bem público, chamado

O Anônimo Toscano.

L I C E N Ç A S

Do Santo Ofício

Ilustríssimo Senhor

Revi este livro, intitulado Cultura e Opulência do Brasil, mencionado na petição acima, e, sendo a obra de engenho,, pela boa disposição com que o seu autor o compôs, é muito merecedora da licença que pede; porque por este meio, saberão os que se quiserem passar ao Estado do Brasil, o muito que custam as culturas do açúcar, tabaco e ouro, que são mais doces de possuir no Reino que de cavar no Brasil. Não contém este livro cousa que seja contra nossa Santa Fé ou bons costumes, e por isso se pode estampar com letras de ouro. Este é o meu parecer, que ponho aos pés de V. Ilustríssima, para mandar fazer o que for servido.

Santa Ana de Lisboa, em oito de novembro de 1710.

FR. PAULO DE SÃO BOAVENTURA

Não contém este Tratado cousa suspeitosa contra nossa Santa Fé e pureza dos bons costumes, e, assim sendo, V. Ilustríssima servido pode conceder a licença que pede o Autor. Trindade, em 30 de novembro de 1710.

FR. MANUEL DA CONCEIÇÃO

Vistas as informações, pode-se imprimir o livro intitulado Cultura e Opulência do Brasil, e, impresso, tornará para se conferir e dar licença que corra e sem ela não correrá. Lisboa, 5 de dezembro de 1710.

MONIZ. HASSE. MONTEIRO. RIBEIRO.
FR. ENCARNAÇÃO. ROCHA. BARRETO.

Do Ordinário

Pode-se imprimir o livro intitulado Cultura e Opulência do Brasil e impresso torne para se conferir e dar licença que corra e sem ela não correrá. Lisboa, 12 de dezembro de 1710.

B.DE TAGASTE

Do Paço

Senhor:

Vi o livro que V. Majestade foi servido remeter-me; seu autor, André João Antonil; e sobre não achar nele cousa que encontre o real serviço de V. Majestade, me parece será muito útil para o comércio, porque despertará as diligências e incitará a que se procurem tão fáceis interesses. Julgo-o muito digno da licença que pede; V. Majestade ordenará o que for servido. São Domingos de Lisboa, 15 de janeiro de 1711.

FR. MANUEL GUILHERME

Que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício e Ordinário e depois de impresso tornará à Mesa, para se conferir e taxar, e sem isso não correrá. Lisboa, 17 de janeiro de 1711.

OLIVEIRA. LACERDA. CARNEIRO.
BOTELHO. COSTA.

L I V R O I

CAPÍTULO I

Do cabedal que há de ter o senhor de um
engenho real.

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a ametade, como qualquer outra, que nele livremente se mói; e com algumas pares, ainda mais que a ametade.

Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho, como cidadãos dos fidalgos; e quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário, afáveis e verdadeiros, tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cana cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso recebem.

Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabancheiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada.

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e farda, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, há mister dous barcos velejados para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas esquipações de bois, querem enxadas e fouces. Querem as serrarias machados e serras. Que a moenda de toda a casta de paus de lei de sobressalente, e muitos quintais de aço e ferro. Quer a carpintaria madeiras seletas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas; e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber, serras, trados, verrumas, compassos, regras, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantis e junteiras, pregos e plainas. Quer a fábrica do açúcar paróis e caldeiras, tachas e bacias e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre, cujo preço passa de oito mil cruzados, ainda quando se vende não tão caro como nos anos presentes. São finalmente necessárias, além das senzalas dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho, com seu quarto separado para os hóspedes que, no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos; e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e a casa de purgar, caixaria, lambique e outras cousas, que, por miúdas, aqui se escusa aponta-las, e delas se falará em seu lugar.

O que tudo bem considerado, assim como obriga a uns homens de bastante cabedal e de bom juízo a quererem antes ser lavradores possantes de cana, com um ou dous partidos de mil pães de açúcar, com trinta ou quarenta escravos de enxada e fouce, do que ser senhores de engenho por poucos anos, com a lida e atenção que pede o governo de toda essa fábrica; assim, é para pasmar, como hoje se atrevem tantos a levantar engenhocas tanto que chegaram a ter algum número de escravos, e acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro, para começar a tratar de uma obra de que não são capazes por falta de governo e de agência, e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados em dívidas, que na segunda ou terceira já se declararam perdidos; sendo juntamente causa que os que fiaram deles dando-lhes fazenda e dinheiro também quebrem e que outros zombem da sua mal fundada presunção, que tão depressa converteu em palha seca aquela primeira verdura de uma aparente mas enganosa esperança.

E ainda que nem todos os engenhos sejam reais, nem todos puxem por tantos gastos quantos até aqui temos apontado, contudo, entenda cada qual que, com as mortes e fugidas de servos, e com a perda de muitos cavalos e bois e com as secas que de improviso apertam e mirram a cana e com os desastres que a cada passo sucedem, crescem os gastos mais do que se cuidava. Entenda também que os pedreiros e carapinas e outros oficiais, desejosos de ganhar à custa alheia, lhe facilitarão tudo de tal sorte que lhe parecerá o mesmo levantar um engenho que uma senzala de negros; e quando começar a ajuntar os aviamentos, achará já ter despendido tudo o que tinha, antes de se pôr pedra sobre pedra, e não terá com que pagar as soldadas, crescendo de improviso os gastos, como por causa das enxurradas os rios.

Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita, na conservação e lavoura das terras que possui, e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito. Por isso, tendo já falado do que pertence ao cabedal que há de ter, tratarei agora de como se há de haver no governo; e primeiramente da compra e conservação das terras e seus arrendamentos aos lavradores que tem; e logo da eleição dos oficiais que há de admitir ao seu serviço, apontando as obrigações e as soldadas de cada um deles, conforme o estilo dos engenhos reais da Bahia; e, ultimamente, do governo doméstico da sua família, recebimento dos hóspedes e pontualidade em dar satisfação a quem deve, do que depende a conservação do seu crédito que é o melhor cabedal dos que se prezam de honrados.

CAPÍTULO II

Como se há de haver o senhor de engenho
na compra e conservação das terras e nos
arrendamentos delas.

SE O SENHOR DO ENGENHO não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapés e apicus por salões. Por isso, valha-se das informações dos lavradores mais entendidos, e atente não somente à barateza do preço, mas também de todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos; e, em falta destes, comodidade para ter a lenha mais perto que puder ser, e para escusar outros inconvenientes que os velhos lhe poderão apontar, que são os mestres a quem ensinou o tempo e a experiência, o que os moços ignoram.

Muitos vendem as terras que têm, por cansadas, ou faltas de lenha; outros, porque não se atrevem a ouvir tantos recados, semelhantes aos que se davam a Jô, do partido queimado, dos bois atolados, dos escravos mortos e do açúcar perdido. Outros, obrigados a vender contra a vontade por causa dos credores que os apertam, bem pode ser que ofereçam terras novas e fortes; porém, o comprador corre então outro risco de comprar demandas eternas, pelas obrigações e hipotecas a que estão repetidas vezes sujeitas. Portanto, nesse caso, fale o comprador com os letrados, pergunte aos acredores que é o que pertendem; e, se for necessário, com autoridade do juiz cite a todos, antes de ver com seus olhos que é o que compra, que títulos de domínio tem o vendedor, e se os ditos bens são vinculados ou livres, e se têm parte neles órfãos, mosteiros ou igrejas, para que não se falte ao fazer da escritura a alguma condição ou solenidade necessária. Veja também as demarcações das terras, se foram medidas por justiça, e se os marcos estão em ser, ou se há mister aviventa-los, que tais são os co-heréus a saber, se amigos de justiça, de verdade e de paz, ou, pelo contrário, trapaceiros desinquietos e violentos; porque não há pior peste que um mau vizinho.

Feita a compra, não falte a seu tempo à palavra que deu, pague e seja pontual nesta parte; e atente à conservação e melhoramento do que comprou, e principalmente use de toda a diligência para defender os marcos e as águas de que necessita para moer o seu engenho; e mostre aos filhos e aos feitores os ditos marcos, para que saibam o que lhes pertence e possam evitar demandas e pleitos que são uma contínua desinquietação da alma e um contínuo sangrador de rios de dinheiro que vai a entrar nas casas dos advogados, solicitadores e escrivães, com pouco proveito de quem promove o pleito, ainda quando alcança, depois de tantos gastos e desgostos, em seu favor a sentença. Nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a Santo Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exhibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o que mais lhe agrada; e o filho mais pequeno tirará algumas da mesa, para pintar caretas, ou para fazer barquinhos de papel, em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente, o vento fará que voem fora da casa sem penas.

Para ter lavradores obrigados ao engenho, é necessário passar-lhes arrendamento das terras, em que hão de plantar. Estes costumam fazer-se por nove anos, e um de despejo, com obrigação de deixarem plantadas tantas tarefas de cana, ou por dezoito anos e mais, com as obrigações e número de tarefas que assentarem, conforme o costume da terra. Porém, há-se de advertir que os que pedem arrendamento sejam fazendeiros e não destruidores da fazenda, de sorte que sejam de proveito e não de dano. E, na escritura do arrendamento, se hão de pôr as condições necessárias, v. g., que não tirem paus reais, que não admitam outros em seu lugar nas terras que arrendam, sem consentimento do senhor delas; e outras que se julgarem necessárias para que algum deles, mais confiado, de lavrador se não faça logo senhor. E para isso seria boa prevenção ter uma fórmula ou nota de arrendamentos, feita por algum letrado dos mais experimentados, com declaração de como se haverão despejando acerca das benfeitorias, para que o fim do tempo do arrendamento não seja princípio de demandas eternas.

CAPÍTULO III

Como se há de haver o senhor do engenho
com os lavradores e outros vizinhos, e estes
com o senhor.

O TER MUITA FAZENDA cria, comumente, nos homens ricos e poderosos, desprezo da gente mais nobre; e, por isso, Deus facilmente lha tira, para que não se sirvam dela para crescer na soberba. Quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servos. E isto principalmente se vê em alguns senhores que têm lavradores em terras do engenho, ou de cana obrigada a moer nele, tratando-os com altivez e arrogância. Donde nasce o serem malquistos e murmurados dos que

os não podem sofrer; e que muitos se alegrem com as perdas e desastres que de repente padecem, pedindo os miseráveis oprimidos a cada passo justiça a Deus, por se verem tão avexados e desejando ver aos seus opressores humilhados, assim como o médico deseja e procura tirar fora a malignidade e abundância do humor pecante que faz o corpo indisposto e doente, para lhe dar esta sorte não somente vida, mas também perfeita saúde.

Nada, pois, tenha o senhor do engenho de altivo, nada de arrogante e soberbo, antes, seja muito afável com todos e olhe para os seus lavradores como para verdadeiros amigos, pois tais são na verdade, quando se desentranham para trazerem os seus partidos bem plantados e limpos, com grande emolumento do engenho, e dê-lhes todo o adjutório que puder em seus apertos, assim com a autoridade como com a fazenda. Nem ponha menor cuidado em ser muito justo e verdadeiro, quando chegar o tempo de moer a cana e de fazer e encaixar os açúcares, porque não seria justiça tomar para si os dias de moer que deve dar aos lavradores por seu turno, ou dar a um mais dias que a outro ou misturar o açúcar que se fez de um lavrador, como o da tarefa de outro, ou escolher para si o melhor e dar ao lavrador o somenos. E, para evitar estas dúvidas e qualquer outra suspeita semelhante, avise ou mande avisar com tempo a quem por direito se segue, para que possa cortar e carrear a cana e tê-la na moenda ao seu dia, e hás nas formas seu sinal para que se distingam das outras. Nem estranhe que os lavradores queiram ver no tendal e casa de purgar, no balcão e na casa de encaixar, ao seu açúcar, pois tanto lhes custou chegá-lo a pôr nesse estado e tanta amargura padeceu a esta limitada doçura.

Também seria sinal de ter ruim coração, fazer má vizinhança aos que moem a cana livre em outros engenhos, só porque a não moem no seu, nem ter boa correspondência com os senhores de outros engenhos só porque cada qual deles folga de moer tanto como outro, ou porque a algum deles lhe vai melhor com menos gasto e sem perdas. E, se a inveja entre os primeiros irmãos que houve no mundo foi tão arrojada que chegou a ensangüentar as mãos de Caim com o sangue de Abel, porque Abel levava a benção do céu e Caim não, por sua culpa, quem duvida que poderia chegar a renovar semelhantes tragédias ainda hoje entre os parentes, pois há no Brasil muitas paragens em que os senhores de engenho são entre si muito chegados por sangue pouco unidos por caridade, sendo o interesse a causa de toda a discórdia, e bastando talvez um pau que se tire ou um boi que entre em um canal por descuido para declarar o ódio escondido e para armar demandas e pendências mortais? O único remédio, pois, para atalhar pesados desgostos é haver-se com toda a urbanidade e primor, pedindo licença para tudo, cada vez que for necessário valer-se do que têm os vizinhos, e persuadir-se que, se negam o que se pede, será porque a necessidade os obriga. E quando ainda conhecesse que o negar-se é por desprimor, a verdadeira e mais nobre vingança será dar logo a quem negou o que se pediu na primeira ocasião, dobrado do que pede, para que desta sorte caia por bom modo na conta de como devia proceder.

Sobre todos, porém, os que se devem haver com maior respeito para com o senhor do engenho são os lavradores que têm partidos obrigados à sua moenda; e muito mais os que lavram em terras em que o senhor lhes tem arrendado. Particularmente quando desta sorte começaram sua vida e chegaram por esta via a ter cabedal, porque a ingratidão e o faltar ao respeito e cortesia devida nota digna de ser muito estranhada, e um agradecimento obsequioso cativa os ânimos de todos com correntes de ouro. Porém, esse respeito nunca há de ser tal que incline a obrar contra justiça, principalmente quando forem induzidos a fazer cousa contrária à lei de Deus; como seria a jurar em demandas crimes, ou cíveis contra a verdade, e pôr-se mal com os que com razão se defendem. E o que tenho dito dos senhores do engenho digo também das senhoras, as quais, posto que mereçam maior respeito das outras, não hão de presumir que devem ser tratadas como rainhas, nem que as mulheres dos lavradores hão de ser suas criadas e aparecer entre elas como a Lua entre as estrelas menores.

CAPÍTULO IV

Como se há de haver o senhor do engenho na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço, e principalmente da eleição do capelão.

SE EM ALGUMA COUSA mais que em outra há de mostrar o senhor do engenho a sua capacidade e prudência, esta sem dúvida é a boa eleição das pessoas e oficiais que há de admitir ao seu serviço para o bom governo do engenho. Porque, sendo a eleição filha da prudência, com razão se argüirá de imprudente quem escolher pessoas ou de ruim vida, ou ineptas para o que hão de fazer. E claro está que uns com a ruim vida desagradarão a Deus e aos homens e serão causa de muitos e bem pesados desgostos e outros com a ineptidão causarão dano não ordinário à fazenda. E isto lhe poderão estranhar com razão, não só os de casa, por mais chegados a queimar-se ou a chamuscar-se com o seu trato, mais também os de fora e principalmente os lavradores, obrigados a experimentar sem culpa os prejuízos que se seguem ao seu malogrado suor, de não saberem os oficiais o que requer o seu ofício.

O primeiro, que se há de escolher com circunspeção e informação secreta ao seu procedimento e saber, é o capelão, a quem se há de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos, não já por um crioulo ou por um feitor que, quando muito, poderá ensinar-lhes vocalmente as orações e os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, mas por quem saiba explicar-lhes o que hão de crer, o que hão de obrar, e como hão de pedir a Deus aquilo de que necessitam. E, para isso, se for necessário dar ao capelão alguma cousa mais do que costuma, entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão.

Tem, pois, o capelão obrigação de dizer missa na capela do engenho aos domingos e dias santos, ficando-lhe livre a aplicação das missas nos outros dias da semana por quem quiser, salvo se se concertar de outra sorte com o senhor da capela, recebendo estipêndio proporcionado ao trabalho. E, nos mesmos domingos e dias santos, ou pelo menos nos domingos, se se admitir com esta obrigação explicará a doutrina cristã, a saber, os principais mistérios da fê e o que Deus e a santa Igreja mandam que se guarde. Quão grande mal é o pecado mortal. Que pena lhe tem Deus aparelhado nesta e na outra vida, aonde a alma vive e viverá imortalmente. Que remédio nos deu Deus na encarnação e morte de Jesus Cristo, seu santíssimo Filho, para que se nos perdoassem assim as culpas, como as penas que pelas culpas se devem pagar. De que modo devemos confessar os pecados e pedir a Deus perdão deles com verdadeiro arrependimento e propósito firme de não tornar a cometê-los, ajudados da graça divina. Quem está no Santíssimo Sacramento do altar; porque está aí e se recebe; com que disposição se há de receber em vida e por viático na doença mortal. Quanto importa ganhar as indulgências, para descontar o que se deve pagar no Purgatório. Como cada qual se há de encomendar a Deus para não cair em pecado e oferecer-lhe pela manhã todo o trabalho do dia. Quanto são dignos de abominação os feiticeiros e curadores de palavras, e os que a eles recorrem, deixando a Deus, de quem vem todo o remédio; os que dão peçonha ou bebidas (como dizem), para abrandar e inclinar as vontades; os borrachos, os amancebados, os ladrões, os vingativos, os murmuradores e os que juram falso, ou por malignidade, ou por interesse, ou por respeito humanos. E, finalmente, que prêmio e que pena há de dar Deus eternamente a cada qual, conforme obrou nesta vida.

Procurará também a aprovação para ouvir de confissão aos seus aplicados e para que, sendo sacerdote e ministro de Deus, lhes possa servir freqüentemente de remédio, não se contentando só com acudir no artigo da morte aos doentes. Mas advirta, na administração deste sacramento, que não é o senhor dele, por muita autoridade que tenha; porque se o penitente não for disposto por causa de estar amancebado ou andar com ódio do próximo ou por não tratar de restituir a fama ou a fazenda que deve, ainda que fosse o mesmo senhor do engenho, o não há de absolver; e nisto poderia haver, por respeito humano, grande encargo de consciência, e culpa bem grave.

Corre também por sua conta pôr todos em paz e atalhar discórdias e procurar que, na capela em que assiste, seja Deus honrado e a Virgem, senhora nossa, cantando-lhe nos sábados as ladainhas, e nos meses em que o engenho não mói, o terço do rosário, não consentindo risadas, nem conversações e práticas indecentes, não só na capela, mas nem ainda no copiar, particularmente quando se celebra o santo sacrifício da missa.

Advirta, além disso, de não receber noivos, nem batizar fora de algum caso de necessidade, nem desobrigar na quaresma pessoa alguma, sem licença *in scriptis* do vigário a quem

pertencer dá-la, nem fazer cousa que toque à jurisdição dos párocos, para que não incorra nas penas e censuras que sobre isso são decretadas, e de balde se queixe do seu descuido ou ignorância.

Finalmente, faça muito por morar fora da casa do senhor do engenho, porque assim convém a ambos, pois é sacerdote, e não criado, familiar de Deus e não de outro homem, nem tenha em casa escrava para o seu serviço, que não seja adiantada de idade, nem se faça mercador ao divino ou ao humano, porque tudo isto muito se opõe ao estado clerical que professa, e se lhe proíbe por vários sumos pontífices.

O que se costuma dar ao capelão cada ano, pelo seu trabalho, quando tem as missas da semana livres, são quarenta ou cinqüenta mil réis; e com o que lhe dão os aplicados, vem fazer uma porção competente, bem ganhada, se guardar tudo o que acima está dito. E se houver de ensinar aos filhos do senhor do engenho, se lhe acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho.

No dia em que se bota a cana a moer, se o senhor do engenho não convidar ao vigário, o capelão benzerá o engenho e pedirá a Deus que dê bom rendimento, e que livre os que nele trabalham de todo o desastre. E quando, no fim da safra, o engenho pejar, procurará que todos dêem a Deus as graças na capela.

CAPÍTULO V

Do feitor-mor do engenho, e dos outros feitores
menores que assistem na moenda, fazendas
e partidos da cana: suas obrigações e soldadas.

OS BRAÇOS DE QUE SE VALE o senhor do engenho para o bom governo da gente e da fazenda, são os feitores. Porém, se cada um deles quiser ser cabeça, será o governo monstruoso e um verdadeiro retrato do cão Cérbero, a quem os poetas fabulosamente dão três cabeças. Eu não digo que se não dê autoridade aos feitores; digo que esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem. Convém que os escravos se persuadam que o feitor-mor tem muito poder para lhes mandar e para os repreende e castigar quando for necessário, porém de tal sorte que também saibam que podem recorrer ao senhor e que hão de ser ouvidos como pede a justiça. Nem os outros feitores, por terem mandado, hão de crer que o seu poder não é coartado nem limitado, principalmente no que é castigar e prender. Portanto, o senhor há de declarar muito bem a autoridade que dá a cada um deles, e mais ao maior, e se excederem, há de puxar pelas rédeas com a repreensão que os excessos merecem; mas não diante dos escravos, para que outra vez se não levantem contra o feitor, e este leve o mal de ser repreendido diante deles e se não atreva a governa-los. Só bastará que por terceira pessoa se faça entender ao escravo que padeceu e a alguns outros dos mais antigos da fazenda que o senhor estranhou muito ao feitor o excesso que cometeu e que, quando se não emende, o há de despedir certamente.

Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro, e perde-lo. Repreende-os e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. Prender os fugitivos e os que brigaram com feridas ou se embebedaram, para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor. Porém, amarrar e castigar com cipó até correr o sangue e meter no tronco, ou em uma corrente por meses (estando o senhor na cidade) a escrava que não quis consentir no pecado ou ao escravo que deu fielmente conta da infidelidade, violência e crueldade do feitor que para isso armou delitos fingidos, isto de nenhum modo se há de sofrer, porque seria ter um lobo carniceiro e não um feitor moderado e cristão.

Obrigação do feitor-mor do engenho é governar a gente e reparti-la a seu tempo, como é bem, para o serviço. A ele pertence saber do senhor a quem se há de avisar para que corte a cana e mandar-lhe logo recado. Tratar de aviar os barcos e os carros para buscar a cana, formas e lenha. Dar conta ao senhor de tudo o que é necessário para o aparelho do engenho, antes de começar a moer, e, logo acabada a safra, arrumar tudo em seu lugar. Vigiar que ninguém falte à sua obrigação, e acudir depressa a qualquer desastre que suceda, para lhe dar, quando puder ser, o remédio. Adoecendo qualquer escravo, deve livra-lo do trabalho e pôr outro em seu lugar e dar parte ao senhor para que trate de o mandar curar, e ao capelão para que o ouça de confissão, e o disponha, crescendo a doença, com os mais sacramentos para

morrer. Advirta que não se metam no carro os bois que trabalham muito nos dias antecedentes, e que em todo o serviço assim como se dá algum descanso aos bois e aos cavalos, assim se dê, e com maior razão, por suas esquipações aos escravos.

O feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a cana e a manda vir e meter bem nos eixos e tirar o bagaço, atentando que as negras não durmam, pelo perigo que há de ficarem presas e moídas, se lhes não cortarem as mãos, quando isto suceda, e mandando juntamente divertir a água da roda, para que pare. Procura que de vinte e quatro em vinte e quatro horas se lave a moenda e que o caldo vá limpo e se guinde para o parol. Pergunta quanto caldo há mister nas caldeiras, para que saiba com este aviso se há de moer mais cana ou parar até que se dê vazão, para que não azede o que já está no parol.

Os feitores que estão no partidos e nas fazendas têm à sua conta defender as terras e avisar logo ao senhor se há quem se meta dentro das roças, canaviais e matos, para tomar o que não é seu. Assistir aonde os escravos trabalham, para que se faça o serviço com é bem. Saber os tempos de plantar, limpar e cortar a cana e de fazer roças. Conhecer a diversidade das terras que há para servir-se delas para o que forem capazes de dar. Tomar a cada escravo a tarefa e as mãos que é obrigado entregar. Atentar para os caminhos dos carros que sejam tais que por eles se possa conduzir a cana e a lenha de sorte que não fiquem na lama, e que também os carros se consertem quando for necessário. Ver que cada escravo tenha sua fouce e enxada e o mais que há mister para o serviço. E esteja muito atento que se não pegue o fogo nos canaviais por descuido dos negros boçais, que às vezes deixam ao vento o tição de fogo que levaram consigo para usarem do cachimbo; e, em vendo qualquer lavareda, acuda-lhe logo com toda a gente e corte com fouces o caminho à chama que vai crescendo, com grande perigo de se perderem em meia-hora muitas tarefas de cana.

Ainda que se saiba a tarefa da cana que um negro há de plantar em um dia, e a que há de cortar, quantas covas de mandioca há de fazer e arrancar e que medida de lenha há de dar, como se dirá em seu lugar, contudo, não de atentar os feitores à idade e às forças de cada qual, para diminuir o trabalho aos que eles manifestamente vêem que não podem com tanto, como são as mulheres pejadas depois de seis meses, e as que há pouco que pariram e criam, os velhos e as velhas e os que saíram ainda convalescentes de alguma grave doença.

Ao feitor-mor dão nos engenhos reais sessenta mil réis. Ao feitor da moenda, aonde se moí por sete e oito meses, quarenta ou cinquenta mil réis, particularmente se se lhe encomenda algum outro serviço, mas, aonde há menos que fazer, e não se ocuparem outra cousa, dão trinta mil réis. Aos que assistem nos partidos fazendas, também hoje, aonde a lida é grande, dão quarenta ou quarenta e cinco mil réis.

CAPÍTULO VI

Do mestre do açúcar e soto-mestre, a quem chamam
banqueiro e do seu ajudante, a quem chamam
ajuda-banqueiro.

A QUEM FAZ O AÇÚCAR, com razão se dá o nome de mestre, porque o seu obrar pede inteligência, atenção e experiência, e esta, não basta que seja qualquer, mas é necessária a experiência local, a saber, do lugar e qualidade da cana, aonde se planta e se moí; por que os canaviais, de uma parte, dão cana muito forte, e de outra, muito fraca. Diverso sumo tem a cana das várzeas do que tem a dos outeiros: as das várzeas vem muito aguacenta e o caldo dela tem muito que purgar nas caldeiras, e pede mais decoada; a dos outeiros vem bem açucarada e o seu caldo pede menos tempo e menos decoada para se purificar e clarificar. Nas tachas há melado, que quer maior cozimento e há outro de menor; um, logo se condensa na batedeira, outro, mais devagar. Das três têmperas que se hão de fazer para encher as formas, depende o purgar-se o açúcar bem ou mal, conforme elas são. Se o mestre se fiar dos caldeireiros e dos tacheiros, umas vezes cansados, outras sonolentos e outras alegres mais do que convém, e com a cabeça esquentada, acontecer-lhe-á ver perdida uma e outra meladura, sem lhe poder dar remédio. Por isso, vigie em cousa de tanta importância; e se o banqueiro e o ajuda-banqueiro não tiverem a inteligência e a experiência necessária para suprirem em sua ausência, não descanse sobre eles, ensine-os, avise-os e, se for necessário, repreenda-os, pode-lhes diante dos olhos o prejuízo do senhor do engenho e dos lavradores, se se perder o melado nas tachas ou se for mal temperado para as formas.

Veja que o feitor da moenda modere de tal sorte o moer, que lhe não venha ao parol mais caldo do que há mister, para poder lhe dar vazão antes que se comece azedar, purgando-o, cozendo-o e batendo-o quando é necessário.

Antes de se botar a decoada nas caldeiras do caldo, experimente que ela é, e depois veja como os caldeireiros a botam, e quando hão de parar, nem consinta que a meladura se coe antes de se ver se o caldo está purificado, como há de ser; e o mesmo digo da passagem de uma para outra tacha, quando se há de cozer e bater, sendo a alma de todo bom sucesso a diligente atenção.

A justiça e a verdade o obrigam a não misturar o açúcar de um lavrador com o do outro; e, por isso, nas formas que manda pôr no tendal, faça que haja sinal com que se possam distinguir das outras que pertencem a outros donos para que o *meu e o teu*, inimigos da paz, não sejam causa de bulhas. E, para que a sua obra seja perfeita, tenha boa correspondência com o feitor da moenda, que lhe envia o caldo, com o banqueiro e o soto-banqueiro, quer lhe sucedem de noite no ofício, e com o purgador do açúcar, para que vejam juntamente donde nasce o purgar bem ou mal em as formas, e sejam entre si como os olhos que igualmente vigiam e como as mãos que unidamente trabalham.

O que até agora está dito, pertence em grande parte ao banqueiro também, que é o soto-mestre e ao soto-banqueiro, seu ajudante. E, além disso, pertence a estes dous oficiais ter cuidado do tendal das formas, de tapar-lhes os buracos, cavar-lhes as covas de bagaço com cavadores, endireita-las e botar nelas o açúcar feito com as três têmperas, das quais se falará em seu lugar; e, depois de três dias, envia-las para a casa de purgar, ou sobre paviolas, ou às costas dos negros para que o purgador trate delas.

Devem também procurar que se faça a repartição justa dos claros entre os escravos, conforme o senhor ordenar, e que nesta casa haja toda a limpeza e claridade, água, decoada e todos os instrumentos dos quais nela se usa. E ao mestre pertence ver, antes de começar o engenho a moer, se os fundos das caldeiras e das tachas têm necessidade de se refazerem, e se os assentos delas pedem novo e mais firme conserto.

A soldada do mestre de açúcar nos engenhos que fazem quatro ou cinco mil pães, particularmente se ele visita também a casa de purgar, é de cento e trinta mil réis; em outros dão-lhe só cem mil réis. Ao banqueiro, nos maiores, quarenta mil réis; nos menores, trinta mil réis. Ao soto-banqueiro (que comumente é algum mulato ou crioulo escravo de casa) dá-se também no fim da safra algum mimo, se serviu com satisfação no seu ofício, para que a esperança deste limitado prêmio o alente suavemente para o trabalho.

CAPÍTULO VII

Do purgador de açúcar.

AO PURGADOR DO AÇÚCAR pertence ver o barro que vem para o girao a secar-se sobre o cinzeiro, se é qual deve ser, como se dirá em seu lugar; olhar para o amassador, se anda como deve, com o rodo no cocho, furar os pães nas formas e levantá-las. Conhecer quando o açúcar está enxuto e quando é tempo de lhe botar o primeiro barro; e como este se há de estender e quanto tempo se há de deixar, antes de lhe botar o segundo; com se lhe hão de dar as umidades ou lavagens e quantas se lhe hão de dar; e quais são os sinais de purgar ou não purgar bem o açúcar, conforme as diversas qualidades e têmperas. A ele também pertence ter cuidado dos meles, ajuntá-los, cozê-los e fazer deles batidos, ou guardá-los para fazer água ardente. Deve, juntamente, usar de toda a diligência para que não se sujem os tanques do mel, e de alguma indústria para afugentar os morcegos que comumente são a praga quase de todas as casas de purgar.

Ao purgador de quatro mil pães de açúcar, dá-se soldada de cinqüenta mil réis. Aos que têm menos trabalho dá-se também menos, com a devida proporção.

CAPÍTULO VIII

Do caixeiro do engenho.

O QUE AQUI SE DIRÁ não pertence ao caixeiro da cidade, porque este trata só de receber o açúcar, já encaixado, de o mandar ao trapiche, de vender ou embarcar, conforme o senhor do engenho o ordenar, e tem livro da razão de dar e haver, ajusta as contas e serve de agente, contador, procurador e depositário de seu amo, ao qual, se a lida é grande, dá-se soldada de quarenta ou cinqüenta mil réis. Falo

aqui do caixeiro que encaixa o açúcar, depois de purgado. E sua obrigação é mandar tirar o açúcar das formas, estando já purgado e enxuto, em dias claros e de sol; assistir quando se mascava e quando se beneficia no balcão de secar, partindo-o, quebrando-o como se dirá em seu lugar. Ele é que pesa o açúcar e que o reparte com fidelidade entre os lavradores e o senhor do engenho; e tira o dízimo que se deve a Deus e a vintena ou quinto que pagam os que lavram em terras do engenho, conforme o concerto feito nos arrendamentos e o estilo ordinário da terra, o qual em vários lugares é diverso; e tudo assenta, para dar conta exatamente de tudo. A ele também pertence levantar as caixas e mandá-las barrear nos cantos, encaixar e mandar pillar o açúcar e, finalmente, pregar e marcar as caixas e guardar o açúcar que sobejou para seus donos em lugar seguro e não úmido, e os instrumentos de que usa. Entrega as caixas, quando se hão de embarcar, com ordem de quem as recada ou como dono delas, ou porque as alcançou por justiça, como muitas vezes acontece, fazendo os acredores penhora do açúcar dos devedores, antes que saia do engenho; e de tudo pedirá recibo e clareza, para poder conta de si a quem lha pedir.

A soldada do caixeiro nos engenhos maiores é de quarenta mil réis; e se feitoriza alguma parte do dia ou de noite, dão-se-lhe cinqüenta mil réis; nos menores, dão trinta mil.

CAPÍTULO IX

Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos.

OS ESCRAVOS são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não à cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus das Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantes industriosos e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio da casa.

Uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida e para se lhes encomendar um barco, para levarem recados e fazerem qualquer diligência das que costumam ordinariamente ocorrer. As mulheres usam de fouce e de enxada, como os homens; porém, nos matos, somente os escravos usam de machado. Dos ladinos, se faz escolha para caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros e marinheiros, porque estas ocupações querem maior advertência. Os que desde novatos se meteram em alguma fazenda, não é bem que se tirem dela contra sua vontade, porque facilmente se amofinam e morrem. Os que nasceram no Brasil, ou se criaram desde pequenos em casa dos brancos, afeiçoando-se a seus senhores, dão boa conta de si; e levando bom cativo, qualquer deles vale por quatro boçais.

Melhores ainda são, para qualquer officio, os mulatos; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmo senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus. E não é fácil cousa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre eles e elas quem se deixe governar de mulatos, que não são os melhores, para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas; salvo quando, por alguma desconfiança ou ciúme o amor se muda em ódio e sai armado de todo o gênero de crueldade e rigor. Bom é valer-se de suas habilidades quando quiserem usar bem delas, como assim o fazem alguns; porém não se lhes há de dar tanto a mão que peguem no braço, e de escravos se façam senhores. Forrar mulatas desinquietas é perdição manifesta, porque o dinheiro que dão para se livrarem, raras vezes sai de outras minas que dos seus mesmo corpos, com repetidos pecados; e, depois de forras, continuam a ser ruína de muitos.

Opõem-se alguns senhores aos casamentos de escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo:

Tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como seja fossem recebidos por marido e mulher; e dizem que os não casam porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou com feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte, por anos, que ficam como se fossem solteiros, o que não podem fazer em consciência. Outros, são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho, sem batismo; e, dos batizados, muitos não sabem quem é o seu Criador, o que hão de crer, que lei hão de guardar, como se hão de encomendar a Deus, a que vão os cristãos à igreja, porque adoram a hóstia consagrada, que vão a dizer ao padre, quando ajoelham e lhe falam aos ouvidos, se têm alma, e se ela morre, e para onde vai, quando se aparta do corpo. E, sabendo logo os mais boçais como se chama e que é seu senhor, quantas covas de mandioca hão de plantar cada dia, quantas mãos de cana hão de cortar, quantas medidas de lenha hão de dar, e outras cousas pertencentes ao serviço ordinário de seu senhor, e sabendo também pedir-lhe perdão, quando erraram e encomendar-se-lhe para que os não castigue, com prometimento de emenda, dizem os senhores que estes não são capazes de aprender a confessar-se, nem pedir perdão a Deus, nem de rezar pelas contas, nem de saber os dez mandamentos; tudo por falta de ensino, e por não considerarem a conta grande que de tudo isto hão de dar a Deus, pois, (como diz S. Paulo), sendo cristãos e descuidando-se dos seus escravos, se hão com eles pior do que se fossem infiéis. Nem os obrigam os dias santos a ouvir missa, antes talvez se ocupam de sorte que não têm lugar para isso; nem encomendam ao capelão doutriná-los, dando-lhes por este trabalho, se for necessário, maior estipêndio.

O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está, que se lhes não deve negar, porque a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e vista, como pede o estado do servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas; e deve também moderar o serviço de sorte que não seja superior às forças dos que trabalham, se quer que se possam aturar. No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.

Dos escravos novos se há ter maior cuidado, porque ainda não têm modo de viver, como os que tratam de plantar suas roças; e os que as têm por sua indústria, não convém que sejam só reconhecidos por escravos na repartição do trabalho e esquecidos na doença e na farda. Os domingos e dias santos de Deus, eles os recebem, e quando seu senhor lhos tira e os obriga a trabalhar, como nos dias de serviço, se amofinam e lhe rogam mil pragas. Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor, para que se não descuidem; e isto serve para que não padeçam fome nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a razão de farinha. Porém, não lhes dar farinha, nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo? Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede é nega-la a Cristo Senhor nosso, como Ele o diz no Evangelho, que será negar o sustento e o vestido ao seu escravo? E que razão dará de si quem dá serafina e seda e outras galas, as que são ocasião de sua perdição, e depois nega quatro ou cinco varas de algodão e outras poucas de pano da serra, a quem se derrete em suor para o servir e apenas tem tempo para buscar uma raiz e um caranguejo para comer? E se, em cima disto, o castigo for freqüente e excessivo, ou se irão embora, fugindo para o mato, ou se matarão per si, como costumam, tomando a respiração ou enforcando-se, ou procurarão tirar a vida aos que lha dão tão má, recorrendo (se for necessário) a artes diabólicas, ou chamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios, quando avexavam com extraordinário trabalho aos hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas e filhos, que se lêem na Sagrada Escritura, ou permitirá que, assim como os hebreus foram levados cativos para a Babilônia, em pena do duro cativo que davam aos seus escravos, assim algum cruel inimigo leve esses senhores para suas terras, para que nelas experimentem quão penosa é ávida que eles deram e dão continuamente aos seus escravos.

Não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve, porém estes se hão de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se hão de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoitamentos moderados ou com os meter em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar

com ímpeto,, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos. O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. E se, depois de errarem como fracos, vierem por si mesmos a pedir perdão ao senhor ou buscarem padrinhos que os acompanhem, em tal caso é costume, no Brasil, perdoar-lhes. E bem é que saibam que isto lhes há de valer, porque, de outra sorte, fugirão por uma vez para algum mocambo no mato, e se forem apanhados, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor chegue a açoutá-los ou que algum seu parente tome à sua conta a vingança, ou com feitiço, ou com veneno.

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depôs de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juizes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juizes e juizas da festa houverem de gastar do seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que o podem licitamente ajuntar.

O que se há de evitar nos engenhos é o emborracharem-se com garapa azeda, ou água ardente, bastando conceder-lhes a garapa doce, que lhes não faz dano, e com ela fazem seus resgates com o que a troca lhes dão farinha, feijões, aipins e batatas.

Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma cousa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos é acusa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem.

CAPÍTULO X

Como se há de haver o senhor do engenho no governo da sua família e nos gastos ordinários de casa.

PEDINDO A FÁBRICA do engenho tantos e tão grandes gastos quantos acima dissemos, bem se vê a parcimônia que é necessária nos particulares de casa. Cavalos de respeito mais dos que bastam, chameleiros, trombeteiros, tangedores e lacaios mimosos não servem para ajuntar fazenda, para diminuí-la em pouco tempo com obrigações e empenhos. E muito menos servem as recreações amiudadas, os convites supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo. E, por este caminho, alguns em poucos anos do estado de senhores ricos chegaram ao de pobres e arrastados lavradores, sem terem que dar de dote às filhas, nem modo para encaminhar honestamente aos filhos.

Mau é ter nome de avarento, mas não é glória digna de louvor o ser pródigo. Quem se resolve a lidar com engenho, ou se há de retirar da cidade, fugindo das ocupações da república, que obrigam a divertir-se, ou há de ter atualmente duas casas abertas, com notável prejuízo aonde quer que falte a sua assistência, e com dobrada despesa. Ter os filhos sempre consigo no engenho, é criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra cousa mais que do cão, do cavalo e do boi. Deixá-los sós na cidade, é dar-lhes liberdade para se fazerem logo viciosos e encherem-se de vergonhosas doenças, que se não podem facilmente curar. Para evitar, pois, um e outro extremo, o melhor conselho será pô-los em casa de algum parente ou amigo grave e honrado, onde não haja ocasiões de tropeçar, o qual folgue de dar boa conta de si, e com toda a fidelidade avise do bom ou mau procedimento e do proveito ou negligência no estudo. Nem consinta que a mãe lhes remeta dinheiro ou mande secretamente ordens para isso ao seu correspondente ou ao caixeiro, nem creia que o que pedem para livros não possa ser também para jogos. E, por isso, avise ao procurador e ao mercador de quem se vale, que lhes não dê cousa alguma sem sua ordem. Porque, para pedirem, serão muito especulativos e saberão excogitar razões e pretextos verossímeis, principalmente se forem dos que já andam no curso e têm vontade de levar três anos de boa vida à custa do pai ou do tio, que não sabem o que se passa na cidade, estando nos seus canaviais, e quando se jactam nas conversações de ter um Aristóteles nos pátios, pode ser que tenham na praça um Asínio ou um Aprício. Porém, se se resolver a ter filhos em casa, contentando-se com que saibam ler,

escrever e contar e ter alguma tal qual notícia de sucessos e histórias, para falarem entre gente, não se descuide de vigiar sobre eles, quando a idade o pedir, porque também o campo largo é lugar de muita liberdade e pode dar abrolhos e espinhos. E se se faz cercado aos bois e aos cavalos, para que não vão fora do pasto, por que se não porá também algum limite aos filhos, assim dentro como fora de casa, mostrando a experiência ser assim necessário? Contando que a circunspeção seja prudente, e a demasia não acrescente malícia. O melhor ensino, porém, é o exemplo do bom procedimento dos pais, e o descanso mais seguro é dar a seu tempo estado assim às filhas como aos filhos; e se se contentarem com a igualdade, não faltarão casas aonde se possam fazer trocas e receber recompensas.

CAPÍTULO XI

Como se há de haver o senhor do engenho no recebimento dos hóspedes, assim religiosos como seculares.

A HOSPITALIDADE é uma ação cortês, e, também, virtude cristã, e no Brasil muito exercitada e louvada; porque, faltando fora da cidade as estalagens, vão necessariamente os passageiros a dar consigo nos engenhos, e todos, ordinariamente acham de graça o que em outras terras custa dinheiro; assim os religiosos que buscam suas esmolas, que não são poucos, e os missionários que vão pelo Recôncavo e pela terra dentro com grade proveito das almas, a exercitar seus ministérios, como os seculares que, ou por necessidade, ou por conhecimento particular, ou por parentes, buscam de caminho agasalho.

Ter casa separada para hóspedes é grande acerto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que hão de guardar as mulheres e as filhas e as moças de serviço interior, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia.

O tratamento não há de exceder o estado das pessoas que se recebem, porque no discurso do ano são muitas. A criação miúda, ou alguns peixes do mar ou rio vizinho, com algum marisco dos mangues e o que dá o mesmo engenho para doce, basta para que ninguém se possa queixar com razão. Avançar-se a mais (salvo num caso particular por justos respeitos) é passar dos limites e impossibilitar-se a poder continuar igualmente pelo tempo futuro.

Dar esmolas, é dar juro a Deus, que paga cento por um; mas, em primeiro lugar, está pagar o que se deve de justiça, e depois estender-se piamente as esmolas, conforme o cabedal e o rendimento dos anos. E, nesta parte, nunca se arrependerá o senhor de engenho de ser esmoler e aprenderão os filhos a imitar o pai; e deixando-os inclinados às obras de misericórdia, os deixará muito ricos, e com riquezas seguras.

Para os vadios, tenha enxadas e fouces, e se quiserem deter no engenho, mande-lhes dizer pelo feitor que, trabalhando, lhes pagarão seu jornal. E, desta sorte, ou seguirão seu caminho, ou de vadios se farão jornaleiros.

Também não convém que o mestre do açúcar, o caixeiro e os feitores tenham em suas casas, por tempo notável, pessoas da cidade ou de outras partes, que vêm a passar tempo ociosamente; e muito mais se forem solteiros e moços, porque estes não servem senão para estorvar aos mesmos oficiais que hão de atender ao que lhes pertence, e para desinquietar as escravas do engenho, que facilmente se deixam levar do seu pouco moderado apetite a obrar mal. E isto se lhes deve intimar ao princípio, para que não acarretem atrás de si sobrinhos ou primos, que com seus vícios lhes dêem pesados desgostos.

Os missionários, que desinteressadamente vão fazer seu officio, devem ser recebidos com toda a boa vontade, para que, vendo esquivanças, não venham a entender que o senhor do engenho, por pouco afeiçoado às cousa de Deus, ou por mesquinho, ou por outro qualquer respeito, não folga com a missão, na qual se ajustam as consciências com Deus, se dá instrução aos ignorantes, se atalham inimizades e ocasiões escandalosas de anos e se procura que todos tratem da salvação de suas almas.

CAPÍTULO XII

Como se há de haver o senhor do engenho com os mercadores e outros seus correspondentes na praça; e de alguns modos de vender e comprar o açúcar, conforme o estilo do Brasil.

O CRÉDITO de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas. E, assim como o hão de experimentar fiel os lavradores nos dias que se lhes devem dar para moer a sua cana, e na repartição do açúcar que lhes cabe, os oficiais nas pagas das soldadas, os que dão a lenha para as fornalhas, madeira para a moenda, tijolos e formas para a casa de purgar, tábuas para encaixar, bois e cavalos para a fábrica, assim também se há de acreditar dom os mercadores e correspondentes na praça, que lhe deram dinheiro, para comprar peças, cobre, ferro, aço, enxárcias, breu, velas e outras fazendas fiadas. Porque, se ao seu tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelharem para a safra vindoura, nem se achará quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de quem lha não há de pagar, ou tão tarde e com tanta dificuldade que se arrisque a quebrar.

Há anos em que, pela muita mortalidade dos escravos, cavalos, éguas e bois, ou pelo pouco rendimento da cana, não podem os senhores de engenho chegar a dar satisfação inteira do que prometeram. Porém, não dando sequer alguma parte, não merecem alcançar as esperas que pedem, principalmente quando se sabe que tiveram para desperdiçar e para jogar o que deviam guardar para pagar aos seus acredores.

Nos outros anos de rendimentos suficiente, e com perdas moderadas, ou sem elas, não há razão para faltar aos mercadores ou comissários, que negociam por seus amos, aos quais devem dar conta de si e, por isso, não é muito para se estranhar se, experimentando faltar-se por tanto tempo à palavra com lucro verdadeiramente cessante e dano emergente, levantam com justa moderação o preço da fazenda, que vendem fiada, e que Deus sabe quando poderão arrecadar.

Comprar antecipadamente o açúcar por dous cruzados, v. g., que a seu tempo comumente vale doze tostões e mais, tem sua dificuldade, porque o comprador está seguro de ganhar, e o vendedor é moralmente certo que há de perder, particularmente quando o que dá o dinheiro antecipado não o havia de empregar em outra cousa, antes do tempo de o embarcar para o Reino.

Quem compra ou vende antecipadamente pelo preço que valerá o açúcar no tempo da frota, faz contrato justo, porque assim o comprador, como o vendedor, estão igualmente arriscados. E isto se entende pelo maior preço geral que então o açúcar valer, e não pelo preço particular, em que algum se acomodar, obrigado da necessidade de vendê-lo.

Comprar a pagamentos é dar logo de contado alguma parte do preço, e depois pagar por quartéis, ou tanto por cada ano, conforme o concerto, até se inteirar de tudo. E poderá pôr-se a pena de tantos cruzados mais, se se faltar a algum pagamento, mas não se poderá pretender que se pague juro dos juros vencidos, porque o juro só se paga do principal.

Quem diz: vendo o açúcar cativo, quer dizer: vendo-o com obrigação de o comprador pagar todas as custas, tirando os três tostões que se pagam na Bahia, porque estes correm por conta de quem o carrega.

Vender o açúcar livre a dez tostões, v. g., por cada arroba, quer dizer: que o comprador há de dar ao vendedor dez tostões por cada arroba, e há de fazer todos os gastos à sua custa.

Quem comprou o açúcar cativo e o despachou, o vende depois livre, e o comprador faz os gastos que se seguem.

Comprar o açúcar por cabeças quer dizer: comprar as caixas de açúcar pelo número das arrobas que tem na marca, com meia arroba menos de quebra.

Quando se pesa uma caixa de açúcar para pagar os direitos, se o pesador pesa favorável diz, v. g., que a caixa de trinta arrobas tem vinte e oito. E isto, el-rei o sofre, e consente, de favor. Porém, esta caixa não se vende por este peso, mas pelo que na verdade se achar quando vai a pesar-se na balança fora da alfândega, que aí está, para se tirar toda a dívida.

Comprar um senhor de engenho a um lavrador, que tem cana livre para a moer aonde quiser, a obrigação de a moer no seu engenho, enquanto lhe não restituir o dinheiro que para isso lhe deu quando comprou a dita obrigação, pratica-se no Brasil muitas vezes, e os letrados o defendem por contrato justo, porque isto não é dar dinheiro emprestado com obrigação de moer, mas é comprar a obrigação de moer no seu engenho para ganhar a metade do açúcar, ficando a porta aberta ao lavrador para se livrar desta obrigação todas as vezes que tornar a entregar ao comprador o dinheiro que recebeu.

LIVRO II

CAPÍTULO I

Da escolha da terra para plantar canas-de-açúcar e para os mantimentos necessários e provimentos do engenho.

AS TERRAS BOAS OU MÁAS são o fundamento principal para ter um engenho real bom ou mau rendimento. As que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta da cana. Seguem-se, atrás destas, os salões, terra vermelha, capaz de poucos cortes, porque logo enfraquece. As areíscas, que são uma mistura de areia e salões servem para mandioca e legumes, mas não para canas. E o mesmo digo das terras brancas, que chamam terras de areia, como são as do Camamu e da Saubara.

A terra que se escolhe para o pasto ao redor do engenho há de ter água e há de ser cercada, ou com plantas vivas, como são as de pinhões, ou com estacas e varas do mato. O melhor pasto é o que tem muita grama, parte em outeiro e parte em várzea, porque, desta sorte, em todo o tempo, ou em uma ou em outra parte, assim os bois como as bestas acharão que comer. O pasto se há de conservar limpo de outras ervas, que matam a grama, e no tempo do inverno se hão de botar fora dele os porcos, porque o destroem fossando. Nele há de haver um ou dous currais, aonde se metam os bois para comerem olhos da cana e para estarem perto do serviço dos carros. E também as bestas se recolhem no seu curral, para as não haver de buscar espalhadas.

Andam no pasto, além das éguas e bois, ovelhas e cabras; e ao redor do engenho a criação miúda, como são perus, galinhas e patos, que são o remédio mais pronto para agasalhar os hóspedes que vêm de improviso. Mas, porque as ovelhas e os cavalos chegam muito com o dente à raiz da grama, são de prejuízo ao pasto dos bois, e por isso se o destes fosse diverso, seria melhor.

Os matos dão as madeiras e a lenha para as fornalhas. Os mangues dão caibros e marisco. E os apicus (que são as coroas que faz o mar entre si e a terra firme e as cobre de maré) dão o barro, para purgar o açúcar nas formas e para a olaria, que na opinião de alguns se não escusa nos engenhos reais.

De todas estas castas de terras tem necessidade um engenho real, porque umas servem para canas, outras para mantimento da gente e outras para o aparelho e provimento do engenho, além do que se procura do reino. Porém, nem todos os engenhos podem ter esta dita; antes, nenhuma achará a quem não falte alguma destas cousas. Porque, aos que estão à beira-mar, comumente faltam as roças e a lenha, a aos que estão pela terra dentro faltam outras muitas conveniências que têm os que estão à beira-mar, no Recôncavo. Contudo, de ter ou não ter o senhor do engenho cabedal e gente, fatores fiéis e de experiência, bois e bestas, barcos e carros, depende o menear e governar bem ou mal o seu engenho. E, se não tiver gente para trabalhar e beneficiar as terras a seu tempo, será o mesmo que ter mato bravo com pouco ou nenhum rendimento, assim como não basta para a vida política ter bom natural, se não houver mestre que com o ensino trate de o perfeioar, ajudando-o.

CAPÍTULO II

Da planta e limpas das canas e da diversidade que há nelas.

FEITA A ESCOLHA da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se e alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de embaraço, e logo abre-se em regos, altos palmo e meio e largos dous, com seu camalhão no meio, para que nascendo, a cana não se abafe; e nestes regos ou se plantam os olhos em pé, ou se deitam as canas em pedaços, três ou quatro palmos compridos; e se for cana pequena, deita-se também inteira, uma junto à outra, ponta com pé: cobrem-se com a terra moderadamente. E, depois de poucos dias, brotando pelos olhos, começam pouco a pouco a mostrar sua verdura à flor da terra, pegando facilmente e crescendo mais, ou menos, conforme a qualidade da terra ou o favor ou contrariedade dos tempos. Mas, se forem muito juntas, ou se na limpa lhes chegarem muito a terra, não poderão filhar, como é bem.

A planta da cana, nos lugares altos da Bahia, começa desde as primeiras águas no fim de fevereiro ou nos princípios de março e se continua até o fim de maio; e nas baixas e várzeas (que são mais frescas e úmidas), planta-se também nos meses de julho e agosto, e por alguns dias de setembro. Toda cana que não for seca ou viciada, nem de canudos muito pequenos, serve para plantar. De ser a terra nova e forte, segue-se o crescer nela a cana muito viçosa, e a esta chamam cana brava, a qual, a primeira e segunda vez que se corta, não costuma fazer bom açúcar, por ser muito aguacenta. Porém, daí por diante, depois de esbravejar a terra, ainda que cresça extraordinariamente, é tão boa no rendimento como fermosa

na aparência; e destas, às vezes se acham algumas altas sete, oito e nove palmos, e tão bem postas no canavial como os capitães nos exércitos.

A melhor cana é a de canudo comprido e limpo, e as que têm canudos pequenos e Barbados são as piores. Nasce o terem canudos pequenos, ou da seca, ou do frio, porque uma e outra cousa as apertam, e o terem barbas procede de lhes faltarem com alguma limpa, a seu tempo. No inverno, a erva que se tira, torna logo a nascer, e as limpas mais necessárias são aquelas primeiras que se fazem para que a cana possa crescer e o capim não a afogue, porque, depois de crescidas, vence melhor as ervas menores. E assim vemos que os primeiros vícios são os que botam a perder um bom natural. As canas que se plantam nos outeiros são ordinariamente mais limpas que as que se plantam nas várzeas, porque assim como o correr a água do outeiro é causa que se não criem nele tão facilmente outras ervas, assim o ajuntar-se ela na várzea é acua de se ter esta sempre muito úmida e, conseqüentemente, muito disposta para criar de novo o capim.

Por isso, em umas terras às vezes não bastam três limpas e em outra o lavrador, com a segunda descansa, conforme os tempos mais ou menos chuvosos. Assim como há filhos tão dóceis que com a primeira admoestação se emendam e para outros não bastam repetidos castigos.

As socas também (que são as raízes das canas cortadas a seu tempo ou queimadas por velhas ou por caídas de sorte que se não possam cortar, ou por desastre) servem para planta porque, se não morrerem pelo muito frio, ou pela muita seca, chegando-lhes a terra, tornam a brotar e podem desta sorte renovar ao canavial por cinco ou seis anos e mais. Tanto vale a indústria para tirar proveito, ainda do que pareceria inútil e se deixaria por perdido. Verdade é que, descansando a terra, perde também a soca o vigor, e depois de seis ou sete anos a cana se acanha e facilmente se murcha até ficar seca e azougada. E por isso não se há de pertender da terra nem da soca mais do que pode dar, particularmente se não for ajudada com algum benefício, e a advertência do bom lavrador consiste em plantar de tal sorte sucessivamente a cana que, cortando-se a velha para a moenda, fique a nova em pé para a safra vindoura, e desta sorte alimente com a sua verdura a esperança do rendimento que se prepara, que é o prêmio do seu continuado trabalho. Plantar uma tarefa de canas é o mesmo que plantar no espaço de trinta braças de terra em quadra. Finalmente, porque a diversidade das terras e dos climas pede diversa cultura, é necessário informar-se e seguir o conselho dos velhos, aos quais ensinou muito o tempo e a experiência, perguntando em tudo o que se duvidar, para obrar com acerto.

CAPÍTULO III

Dos inimigos da cana, enquanto está
no canavial.

AS INCLEMÊNCIAS DO CÉU são o principal inimigo que têm as canas, assim como os outros frutos e novidades da terra, querendo Deus, com muita razão, que se armem contra nós os elementos, por castigo das nossas culpas, ou para o exercício da paciência ou para que nos lembremos que Ele é o autor de todas as cousas, e a Ele recorramos em semelhantes apertos.

Os canaviais nos outeiros resistem mais às chuvas, quando são demasiadas, porém são os primeiros a queixar-se da seca. Pelo contrário, as várzeas não sentem tão depressa a força do excessivo calor, mas na abundância das águas choram primeiro suas perdas. A cana da Bahia quer água nos meses de outubro, novembro e dezembro e para a planta nova em fevereiro, e quer também, sucessivamente, sol, o qual comumente não falta; assim não faltassem nos sobreditos meses as chuvas. Porém, o inimigo mais molesto e mais contínuo e doméstico da cana é o capim, pois, mais ou menos até o fim, a persegue. E, por isso, tendo o plantar e o cortar seus tempos certos, o alimpar obriga aos escravos dos lavradores a irem sempre com a enxada na mão; e acabada qualquer outra ocupação fora do canavial, nunca se mandam de balde a alimpar. Exercício que deveria ser também contínuo nos que tratam da boa criação dos filhos e na cultura do ânimo. E, ainda que só este inimigo baste por muitos, não faltam outros de não menor enfado e moléstia. As cabras, tanto que a cana começa a aparecer fora da terra, logo a vão investir; os bois e os cavalos, ao princípio, lhe comem os olhos e depois a derrubam e a pisam; os ratos e os porcos a roem; os ladrões a furtam a feixes, nem passa rapaz ou caminhante que se não queira fartar e desenfadar à custa de quem a plantou. E, posto que os lavradores se acomodem de qualquer modo a sofrer os furtos pequenos dos frutos do seu suor, vêm-se às vezes obrigados, de uma justa dor, a matar porcos, cabras e bois, que outros não tratam de divertir e guardar nos pastos cercados, ou em parte mais remota ainda, depois de rogados e avisados que ponham cobro a este dano; donde se seguem queixas, inimizades e ódios, que se

rematam com mortes ou com sanguinolentas e afrontosas vinganças. Por isso, cada qual trate de defender os seus canaviais e de evitar ocasiões de outros se queixarem justamente do seu muito descuido, medindo os danos alheios com o sentimento dos próprios.

CAPÍTULO IV

Do corte da cana e sua condução para o engenho.

COMEÇANDO O ENGENHO A MOER (o que no Recôncavo da Bahia costuma ter seu princípio em agosto), começa também o tempo de meter a fouce na cana que disto é capaz; e para bem, antes de se cortar, há de estar dezassete ou dezoito meses na terra e daí por diante, se a muita seca não a apertar, pode seguramente estar na mesma terra sete ou oito meses. Tanto, pois, que estiver de vez, se mandará pôr nela a fouce, tendo já certo o dia em que se há de moer, para que não fique depois de cortada a murchar-se no engenho, ou se não seque, exposta ao sol no porto, se este for distante da moenda; preferindo o lavrador que, avisado, trouxe primeiro a cana para o engenho, até se acabar inteiramente a sua tarefa, e perdendo o vagaroso o lugar que lhe cabia, se por seu descuido deixou passar o dia sinalado. E o senhor do engenho é o que reparte os dias, assim para moer a sua cana, como a dos lavradores, conforme cabe a cada qual por seu turno, e manda aviso pelo feitor a seu tempo.

Quando se corta a cana, se metem doze até dezoito fouces no canavial, conforme a cana grande ou pequena. E a que se manda a moer de uma vez chama-se uma tarefa, que vem a ser vinte e quatro carros de cana, tendo cada carro a justa medida de oito palmos de alto, e sete de largo, capaz de mais ou menos feixes de cana, conforme ela for grande ou pequena, porque menos feixes de cana grande bastam para fazer a tarefa e mais hão de ser necessários se for cana pequena, pois a pequena ocupa menor lugar assim no carro como no barco, e a grande ocupa em uma e outra parte, maior espaço, pelo que tem de maior comprimento e grossura. Raro, porém, será o carro que traga mais de cento e cinqüenta feixes de cana, e os senhores dos partidos, pelos cortes antecedentes, sabem muito bem quantas tarefas têm nos seus canaviais.

A primeira cana que se há de cortar é a velha, que não pode esperar, costume que não guarda a morte, cuja fouce corta indiferentemente moços e velhos. E esta, corte-se a tempo, que se não faça prejuízo à soca, conforme as terras, mais ou menos frias, e os dias de maior ou menor calor, e sem chuva. E disto procede não se poder cortar a cana em umas terras depois do fim de fevereiro, e em outras cortar-se ainda em março e abril. Quanto ao corte da cana nova: se o lavrador for muito ambicioso, se achar-se-á com pouco ou nada na outra. Por isso, o corte da nova há de ter sua conta e se há de atentar ao futuro, conforme o que se tem plantado, usando de uma repartição considerada e segura, que é o que dita, em qualquer outra obra ou negócio, a boa economia e prudência.

Assim, os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes. Consta o feixe de doze canas, e tem por obrigação cada escravo cortar num dia sete mãos de dez feixes por cada dedo, que são trezentos e cinqüenta feixes e a escrava há de amarrar outros tantos com os olhos da mesma cana; e, se lhes sobejar tempo, será para o gastarem livremente no que quiserem. O que não se concede na limpa da cana, cujo trabalho começa desde o sol nascido até o sol posto, como também em qualquer outra ocupação que se não dá por tarefa. E o contar a tarefa do corte, como está dito, por mãos e dedos, é para se acomodar à rudeza dos escravos boçais, que de outra sorte não entendem, nem sabem contar.

O modo de cortar é o seguinte: pega-se com a mão esquerda em tantas canas quanto pode abarcar, e com a direita armada de fouce se lhe tira a palha, a qual depois se queima ou pela madrugada, ou já de noite, quando, acalmando, o vento der para isso lugar, e serve para fazer a terra mais fértil; logo, levantando mais acima a mão esquerda, botam-se fora com a fouce os olhos da cana, e estes dão-se aos bois a comer; e, ultimamente, tornando com a esquerda mais abaixo, corta-se rente ao pé, e quanto a fouce for mais rasteira à terra, melhor. Quem segue ao que corta (que comumente é uma escrava) ajunta as canas limpas, como está dito, em feixes, a doze por feixe, e com os olhos dela os vai atando; e, assim atados, vão nos carros ao porto, ou se o engenho for pela terra dentro, chega-se o carro à moenda.

A condução da cana por terra faz-se nos carros; e, para bem, cada fazenda há de ter dous, e, se for grande, ainda mais. Por mar, vem nas barcas sem vela, com quatro varas, que servem em lugar de remos nas mãos de outros tantos negros marinheiros e o Arrais, que vai no leme; e, para isso, há mister duas barcas capazes, como as que chamam rodeiras. O lavrador tem obrigação de cortar a cana e de a

conduzir à sua custa até o porto, aonde o barco do senhor do engenho a recebe e leva de graça até a moenda por mar, pondo-a no dito barco os escravos do lavrador e arrumando-a no barco os marinheiros. Mas, se for engenho pela terra adentro, toda condução por terra até a moenda corre por conta do dono da cana, quer seja livremente dada, quer obrigada ao engenho.

Conduzir a cana por terra em tempo de chuvas e lamas é querer matar muitos bois, particularmente se vierem de outra parte magros e fracos, estranhando o pasto novo e o trabalho. O que muito mais se há de advertir na condução das caixas, como se dirá em seu lugar. Por isso, os bois, que vêm do sertão cansados e maltratados no caminho, para bem não se hão de pôr no carro, senão depois de estarem pelo menos ano e meio no pasto novo, e de se acostumarem pouco a pouco ao trabalho mais leve, começando pelo tempo do verão, e não no do inverno; de outra sorte, sucederá ver o que se viu em um destes anos passados, em que morreram, só em um engenho, duzentos e onze bois, parte nas lamas, parte na moenda e parte no pasto. E se moendo com água e usando de barcos para a condução da cana, é necessário ter no engenho quatro ou cinco carros com doze ou catorze juntas de bois muito fortes, quantos houverá mister quem mói com bestas e bois e tem cana própria para se conduzir de longe à moenda? Advirta-se muito nisso, para se comprarem a tempo os bois e tais quais são necessários, dando antes oito mil réis por um só boi manso e redondo, do que outro tanto por dous pequenos e magros, que não têm forças para aturarem no trabalho.

CAPÍTULO V

Do engenho ou casa de moer a cana, e como se move a moenda com água.

AINDA QUE O NOME DE ENGENHO compreenda todo o edificio, com a oficina e casas necessárias para moer a cana, cozer e purgar o açúcar, contudo, tomado mais em particular, o mesmo é dizer casa do engenho que casa de moer a cana, com artifício que engenhosamente inventaram. E tendo nós já chegado a esta casa com a cana conduzida para a moenda, daremos alguma notícia do que ela é e do que nela se obra, para espremer o açúcar da cana, valendo-me do que vi no engenho real de Sergipe do Conde, que entre todos os da Bahia é o mais afamado.

Levanta-se à borda do rio sobre dezassete grandes pilares de tijolo, largos quatro palmos, altos vinte e dous, e distantes um do outro quinze, uma alta e espaçosa casa, cujo teto coberto de telha assenta sobre tirantes, frechais e vigas de paus, que chamam de lei, que são dos mais fortes que há no Brasil, a quem nenhuma outra terra leva nesta parte vantagem, com duas varandas ao redor: uma para receber cana e lenha, outra para guardar madeiras usuais de sobressalente. E a esta chamam casa da moenda, capaz de receber comodamente quatro tarefas de cana sem perturbação e embaraço dos que necessariamente hão de lidar na dita casa, e dos que por ela passam, sendo caminho aberto para qualquer outra oficina, e particularmente para as casas imediatamente contíguas das fornalhas e das caldeiras, contando de comprimento todo este edificio cento e noventa e três palmos e oitenta e seis de largo. Mói-se nesta casa cana com tal artifício de eixos e rodas que bem merece particular reflexão e mais distinta notícia.

Tomam para mover a moenda do rio acima, aonde faz a sua queda natural, a que chamam levada, que vem a ser uma porção bastante de água do açude ou tanque, que para isso tem, divertida com represas de pedra e tijolo do seu curso, e levada com declinação moderada por um rego capaz e forte nas margens, para que a água vá unida e melhor se conserve, cobrando na declinação cada vez maior ímpeto e força, com seu sangrador para a divertir, se for necessário, quando por razão das chuvas ou cheias viesse mais do que se pertende e com outra abertura para duas bicas, uma que leva água para casa das caldeiras, e outra que vai refrescar o aguilhão, de uma tábua, e assim vai a entrar no cano de pau, que chamam caliz, sustentado de pilares de tijolo e na parte superior descoberto, cujo extremo inclinado sobre os cubos da roda se chama feridor, porque por ele vai a água a ferir os ditos cubos, donde se origina e continua o seu moto. Assentam os agulhões no eixo desta roda, uma pela parte de fora e outro pela parte de dentro da casa da moenda, sobre seus chumaceiros de pau, com chapa de bronze, e a estes sustentam duas virgens, ou esteios de fora, e duas de dentro, com seu brinquete, que é a travessa em que os agulhões se encostam. E, sobre estes, como dissemos, vai sempre caindo uma pequena porção de água, para os refrescar, de sorte que pelo contínuo moto não ardam, temperando-se com a água suficientemente o calor.

As aspas da roda larga e grande sustentam os arcos ou círculos dela, e dentro aparecem os cubos ou covas feitas no meio da roda e unidos um ao outro com o fundo fechado do forro interior da

mesma roda entre os dous arcos dela, assegurados com muitas cavilhas de ferro, e com suas arruelas e chavetas metidas e atravessadas para enchavetar as pontas das cavilhas, causa de não bulirem os arcos nem os cubos ao cair da água e de ir a roda com suas voltas segura. Perto da roda, pela banda de fora, estão dous esteios, altos e grossos, com três travessas, asseguradas também de outra parte, uma das quais sustenta a extremidade do caliz, duas ao feridor e outra ao pejador do engenho. É o pejador uma tábua, pouco mais larga que a roda, de dez ou doze palmos de comprimento; com suas bordas, semelhante a um grande tabuleiro, debaixo do feridor, com uma cavilha chavetada, de sorte que se possa jogar e bulir com ela sem resistência e, por isso, se faz o buraco da cavilha bastantemente largo; e na parte inferior tem, no lado que se vai encostar à parede da moenda, um espigão de ferro, preso também com uma argola de ferro que, entrando por uma abertura pela dita parede, com sua mão ou cabo, em o qual se encavilha sobre um esteio que chamam mourão, à maneira de engoços, fica à disposição de quem está na moenda o mandá-lo parar ou andar como quiser, empurrando ou puxando pelo pejador, o qual, pondo-se sobre os cubos, impede ao feridor o dar-lhe o moto com a queda da água; e tornando a descobrir aos cubos, torna a mover-se a roda e com a roda a moenda. E isto é muito necessário em qualquer desastre que pode acontecer, para lhe acudir depressa e atalhar os perigos. E chamam a esta tábua pejador, porque também ao parar do engenho chamam pejar; porventura, por se pejar um engenho real de ser retardado ou impedido, ainda por um instante e de não ser sempre, como é razão, moente e corrente. E isto quanto à parte exterior da moenda, donde principia o seu movimento.

Entrando, pois, na casa interior, o modo com que se comunica o moto por suas partes à moenda é o seguinte. O eixo da roda grande que, como temos dito, pela parte de fora se mete dentro da casa do engenho, tem no seu remate interior, chegado aonde assenta o aguilhão sobre o brinquete e esteios, um rodete fixo e armado de dentes, que o cerca; e este, virado ao redor pelo caminho do dito eixo, apanha sucessivamente na volta que dá com seus dentes, outros de roda superior, também grande, que chamam volanteira, porque o seu modo de andar circularmente no ar sobre a moenda se parece com o voar de um pássaro, quando dá no ar seus rodeios. Os dentes do rodete que eu vi eram trinta e dous, e os da volanteira, cento e doze. E porque as aspas da volanteira passam pelo pescoço do eixo grande da moenda, por elas se lhe comunica o impulso, e este, recebido do dito eixo grande, cercado de entrosas e dentes, se comunica também a dous outros eixos menores que têm, de ambas as ilhargas, dentados e abertos igualmente, com suas entrosas do mesmo modo que temos dito do grande; e com estes dentes e entrosas se causa o moto, com que uniformemente o acompanham.

As aspas da volanteira são oito, quatro superiores e quatro inferiores, e as inferiores têm suas contraspas, para maior segurança. Os três eixos da moenda são três paus redondos de corpo esférico, alto nos menores iguais cinco palmos e meio, e no maior, que é o do meio, alto seis palmos e também de esfera maior que os outros, e por eleição o melhor, porque, jogando com os dous, que nas ilhargas continuamente o apertam, gasta-se mais que os outros, e, por isso, por boa regra, os menores têm nove dentes e o maior onze e só este (para falarmos com a língua dos oficiais) tem seu pescoço e cabeça alta, conforme a altura do engenho e, comumente, a todo vem a ter o dito eixo doze palmos de alto, cuja cabeça de dous palmos e meio, mais delgada que o pescoço, entra por um pau furado que chamam porca, sustentado de duas vigas de quarenta e dous palmos, as quais assentam sobre quatro esteios altos dezassete palmos e grossos quatro, com suas travessas proporcionadamente distantes. E, ainda que os outros dous eixos menores não têm pescoço, contudo, pela parte de cima, entram quanto basta com sua ponta ou aguilhão, por uns paus furados, que chamam mesas ou gatos, com que ficam direitos e seguros em pé. Os corpos dos três eixos, da ametade para baixo, são vestidos igualmente de chapas de ferro unidas e pregadas com pregos feitos para este fim com a cabeça quadrada e bem entrante, para se igualarem com as chapas, debaixo das quais os corpos dos eixos são torneados com tornos de pau de lei para que fique a madeira mais dura e mais capaz de resistir ao contínuo paerto que há de padecer no moer. Sobre as chapas aparece um círculo ou faixa de pau, que é a outra parte do corpo dos mesmos eixos, despida de ferro; e logo imediatamente se segue o círculo dos dentes de pau de lei, encaixados no eixo com suas entrosas (que são umas cavaduras ou vãos repartidos entre dente e dente) para entrarem e saírem delas os dentes dos outros eixos colaterais, que para isso são em tudo iguais os dentes e entrosas, a saber: os dentes na grossura e na altura e as entrosas na largura e profundidade do encaixamento ou vazio que comumente saem do corpo do eixo, comprimento de cinco ou seis dedos, de largura de uma mão, e de quatro ou cinco dedos de costa, de forma quase chata e nos extremos redonda. E, ainda que entre dente e dente dos eixos menores haja espaço medido por compasso de igual medida, que é um palmo grande, os do eixo maior têm de mais a mais tanto espaço além do palmo, quanto ocuparia a grossura de uma moeda de dous cruzados, e isto se faz para que estejam em sua conta e não entrem ao mesmo tempo os dentes dos eixos

colaterais, mas um se siga atrás de outro e desta sorte se continue em todos os três o moto que se pertende. E, por isso, também os dentes e as entrosas de um eixo se hão de desencontrar dos dentes e entrosas de outro, a saber, ao dente do eixo grande há de corresponder a entrosa do pequeno, e ao dente do pequeno a entrosa do grande. São os dentes (como dizia) na parte que sai fora do eixo algum tanto chatos, e no fim quase redondos, largos quatro ou cinco dedos, e outro tanto grossos, e entram quase outros quatro dedos pela sua raiz no eixo, aonde se asseguram, além da parte com que fazem parede às entrosas, que são na mesma conta quatro ou cinco dedos profundas. Sobre os dentes dos eixos menores fica a terceira parte do pau descoberta e se remata a modo de degraus em dous círculos menores, vestidos de duas argolas de ferro da grossura de um dedo e meio, largura de três dedos; e na ponta do pau se vaza de tal sorte que entre nele uma bucha quadrada de dous ou três palmos, de sapupira-mirim, a qual bucha também em parte se vaza e nela se encaixa o aguilhão de ferro, comprimento de três palmos, grossura de um caibro, à força de pancadas, com um vaivém de ferro. E, para melhor segurança do aguilhão e da bucha, se abre na cabeça dos quatro lados da bucha, com uma palmeta de ferro, à força de pancadas do vaivém, e se lhe metem umas palmetas ou cunhas menores de pau de lei, para na aluir. E, pelo mesmo estilo de degraus e argolas, bucha e aguilhão, com que temos dito, se remata a parte superior dos dous eixos menores, se rematam também as partes inferiores de todos três, ajuntando, demais, a cada aguilhão, seu pião de ferro, calçado de aço da grossura de uma maçã, que também se encaixa pela parte superior até dous dedos dentro do aguilhão e pela parte inferior põem a ponta sobre outro ferro chato, que chamam mancal, de comprimento de um palmo, também calçado de aço, para que se não fure com o contínuo virar que sobre ele faz o pião. E todos estes três eixos ou corpos da moenda, aonde chega o pião ao mancal, assentam sobre um pau, que chamam ponte, de comprimento de quinze ou dezasseis palmos, e para sustentar toda a moenda forte e segura, servem quatro virgens, que são quatro esteios, altos da terra nove palmos, e grossos sete, semelhantes no seu ofício de suster aos que sustentam as vigas grandes e a porca ou pau furado, por onde passa a ponta do eixo grande que sobre os outros colaterais se levanta a te a dita altura, como parte principal da moenda. Sobre estas virgens, de ponta a ponta, vão uns paus, que chamam mesas, quase um palmo de grossura, e vinte de comprimento, sobre as quais descansam as travessas, que chamam gatos, em que se movem os eixos pela parte superior; e sobre estes vai outro andar ao comprido, de tábuas, que chamam agulhas, as quais servem para segurar as cunhas, com que se aperta a moenda.

O lugar aonde se põem os feixes de cana, que imediatamente há de passar para se espremer entre os eixos, são dous tabuleiros, um de uma parte, e outro de outra, que têm seus encaixos ou meio-círculos ao redor dos eixos da moenda, afastados deles tanto quanto basta para não lhes impedir suas voltas. E o estarem os tabuleiros chegados aos eixos é para que não caia a cana, ou o bagaço dela, perto dos aguilhões e retarde de algum modo aos piões, e para que se não suje o caldo que sai da cana moída.

CAPÍTULO VI

Do modo de moer as canas, e de quantas
pessoas necessita a moenda.

MOEM-SE AS CANAS metendo algumas delas, limpas da palha e da lama (que para isso, se for necessário, se lavam), entre dous eixos, aonde, apertadas fortemente, se espremem, metendo-se na volta que dão os eixos, os dentes da moenda nas entrosas, para mais as apertar e espremer entre os corpos dos eixos chapeados, que vêm a unir-se nas voltas; e, depois delas passadas, torna-se de outra parte a passar o bagaço, para que se esprema mais, e de todo o sumo, ou licor que conserva. E este sumo (ao qual depois chamam caldo) cai da moenda em uma cocha de pau, que está deitada debaixo da ponte dos aguilhões, e daí corre por uma bica a um parol metido na terra, que chamam parol do caldo, donde se guinda com dous caldeirões ou cubos para cima, com roda, eixo e correntes, e vai para outro parol, que está em um sobradinho alto, a quem chamam guinda, para daí passar para a casa das caldeiras, aonde se há de alimpar.

No espaço de vinte e quatro horas, mói-se uma tarefa redonda de vinte e cinco até trinta carros de cana, e em uma semana das que chamam solteiras (que vem a ser, sem dia santo) chegam a moer sete tarefas, e o rendimento competente é uma forma ou pão de açúcar por fouce, a saber, quanto corta um negro em um dia. Nem o fazer mais açúcar depende de moer mais cana, mas ser a cana de bom rendimento, a saber, bem açucarada, não aguacenta, nem velha. Se meterem mais cana ou bagaço do que convém, haverá risco de se quebrar o rodete, se a moenda dará de si e rangerá na parte de cima, e poderá ser que se quebre algum aguilhão. Se a água que move a roda for muita, moerá tanta cana que não se lhe poderá dar vazão na casa das caldeiras, e o caldo azedará no paol de coar, por não se poder cozer em tanta

quantidade, nem tão depressa nas tachas. E, por isso, o feitor da moenda e o mestre do açúcar hão de ver o que convém, para que se não perca a tarefa.

O lugar de maior perigo que se há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentadamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se não lhe cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros para fazer parar a moenda, divertindo com o pejador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece, de algum modo, o remédio. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia, posto que se revezem as que metem a cana por suas equiparações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou costumadas a se emborracharem.

As escravas de que necessita a moenda, são sete ou oito, a saber: três para trazer cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para consertar e acender as candeias, que na moenda são cinco, e para limpar o cocho do caldo (a quem chamam cocheira ou calumbá) e os aguilhões da moenda e refrescá-los com água para que não ardam, servindo-se para isso do parol da água, que tem debaixo do rodete, tomada da que cai do aguilhão, como também para lavar a cana enlodada, e outra, finalmente, para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo. E, se for necessário botá-lo em parte mais adiante, não bastará uma só escrava, mas haverá mister outra que a ajude, porque, de outra sorte, não se daria vazão a tempo, e ficaria embaraçada a moenda.

Sobre o parol do caldo que, como temos dito, está metido na terra, há uma guindadeira, que continuamente guinda para cima com dous cubos o caldo, e todas as sobreditas escravas têm necessidade de outras tantas, que as revezem depois de encherem o seu tempo, que vem a ser a ametade de um dia, e a ametade da noite, e todas juntas lavam de vinte e quatro em vinte e quatro horas com água e vasculhos de piaçaba toda a moenda. A tarefa das guindadeiras é guindar cada uma das três paróis de caldo, quando for tempo, para encher as caldeiras, e logo outra outros três, sucedendo desta sorte uma à outra, para que possam aturar no trabalho. E para o bom governo da moenda, além do feitor que atende a tudo, neste lugar mais que em outros, parte de dia e parte de noite, há um guarda ou vigiador da moenda, cujo officio é atentar, em lugar do feitor, que a cana se meta e passe bem entre os eixos, que se despeje e tire o bagaço, que se refresquem e alimppem os aguilhões e a ponte; e, sucedendo algum desastre na moenda, ele é o que logo acode e manda parar.

CAPÍTULO VII

Das madeiras de que se faz a moenda, e todo o mais madeiramento do engenho, canoas e barcos e do que se costuma dar aos carpinteiros e outros semelhantes officiais.

ANTES DE PASSAR DA MOENDA para as fornalhas e casa das caldeiras, parece-me necessário dar notícia dos paus e madeiras de que se faz a moenda e todo o mais madeiramento do engenho, que no Brasil se pode fazer com escolha, por não haver outra parte do mundo tão rica de paus seletos e fortes, não se admitindo nesta fábrica pau que não seja de lei, porque a experiência tem mostrado ser assim necessário. Chamam paus de lei aos mais sólidos, de maior dura e mais aptos para serem lavrados, e tais são os de sapucaia, de sapupira, de sapupira-cari, de sapupira-mirim, de sapupira-açu, de vinhático, de arco, de jetaí amarelo, de jetaí preto, de messetaúba, de maçaranduba, pau-brasil, jacarandá, pau-de-óleo, picai e outros semelhantes a estes. O madeiramento da casa do engenho, casa das fornalhas e casa das caldeiras e a de purgar, para bem há de ser de maçaranduba, porque é de muito dura e serve para tudo, a saber, para tirantes, frechais, sobrefrechais, tesoura ou pernas de asna, espigões e terças, e desta casta de pau há em todo Recôncavo da Bahia e em toda a costa do Brasil. Os tirantes e frechais grandes valem três a quatro mil réis, e às vezes mais, conforme o seu comprimento e grossura, assim toscos como vêm do mato, só com a primeira lavradura. Os eixos da moenda se fazem de sapucaia ou de sapupira-cari; a ponta, ou cabo do eixo grande, de pau-d'arco ou de sapupira, os dentes dos três eixos da moenda, do rodete e da volandeira são de messetaúba. As rodas da água, de pau-d'arco, ou de sapupira ou de vinhático. Os arcos do rodete e volandeira e as aspás e contraspas, de sapupira. As virgens e mais esteios e vigas, de qualquer pau de lei. Os carros, de sapupira-mirim, ou de jetaí, ou de sapucaia. A caliz, de vinhático. As canoas, de picai, joiarana, utussica e Angelim. As cavernas e braços dos barcos, de sapupira ou de landim-carvalho, ou de sapupira-mirim; a quilha, de sapupira ou de peroba; os forros e cosrados, de utim, peroba, burabhém

e unhuíba; os mastros, de inhuibatan; as vergas, de camaçari; o leme, de averno ou Angelim; as curvas e as rodas da proa e popa, de sapupira, com seus corais metidos; as varas, de mangue-branco, e os remos de lindirana ou de jenipapo.

As caixas em que se mete o açúcar, se fazem de jequitibá e camaçari; e, não, havendo destas duas castas de pau quanto basta, se poderão valer de burissica para fundos e tampos. E estas tábuas para as caixas vêm da serraria já serradas, e no engenho só se levantam, endireitam e aparam e hão de ter nos lados, para bem, dous palmos e meio de largo, e o mesmo de comprimento. Valia uma caixa, nos anos passados, dez ou doze tostões, agora subiram a maior preço.

Um eixo da moenda, tosco no mato, e torado só nas pontas, ou ainda, oitavado, vale quarenta, cinqüenta e sessenta mil-réis e mais, conforme a qualidade do pau e a necessidade que há dele. Os que vêm de Porto Seguro e Patipe, são somenos, por serem criados em várzeas; os melhores são os que vêm da Pitanga e da Terra Nova acima de Santo Amaro. Toda a moenda importa mais de mil cruzados, além da roda grande da água, que, por ser cheia de cavilhas e cubos, vale mais de duzentos mil-réis.

Ao carapina da moenda, se dão cinco tostões cada dia a seco e, se lhe derem de comer, dá-se-lhe um cruzado e ainda mais nestes anos, em que todos os preços subiram. Quase o mesmo se dá aos carapinas de obra branca. Aos carapinas de barcos e aos calafates se dão a seco sete tostões e meio e seis tostões ou duas patacas, se lhes derem de comer. Um barco, velejado para carregar lenha e caixas, custa quinhentos mil-réis; um barco para conduzir cana, trezentos mil-réis; e uma rodeira, quatrocentos mil-réis. As canoas vendem-se conforme a sua grandeza e qualidade do pau. Por isso, sendo as de que comumente se usam nos engenhos, umas pequenas e outras maiores, maior ou menor também será o preço delas, a saber, de vinte, trinta, quarenta e cinqüenta mil-réis.

Cortam-se os paus no mato com machados no discurso de todo o ano, guardando as conjunções da Lua, a saber, três dias antes da Lua nova, ou três dias depois dela cheia, e tiram-se do mato diversamente, porque nas várzeas uns os vão rolando sobre estivas; e outros os arrastam a poder de escravos, que puxam; e nos outeiros, também se arrastam puxando. Isto se entende aonde não há lugar de usar os bois, por ser a paragem ou muito a pique, ou muito funda e aberta em covões. Mas, aonde podem puxar os bois, se tiram do mato com tiradeiras, amarrando com cordas ou com cipós ou couros a tiradeira, segurada bem com chavelha; e, na lama, em tempo de chuva, dizem que se arrastam melhor que em tempo de seca, porque com a chuva mais facilmente escorregam.

CAPÍTULO VIII

Da casa das fornalhas, seu aparelho e lenha que há mister,
e da cinza e sua decoada.

JUNTO À CASA DA MOENDA, que chamam casa do engenho, segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere do fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. Nem faltam perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Vêem-se aí, também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste

trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda.

Nos engenhos reais, costuma haver seis fornalhas e nelas outros tantos escravos assistentes, que chamam metedores da lenha. As bocas das fornalhas são cercadas com arcos de ferro, não só para que sustentem melhor os tijolos, mas para que os metedores, no meter da lenha, não padeçam algum desastre. Tem cada fornalha sobre a boca dous bueiros, que são como duas ventas, por onde o fogo resfolega. Os pilares que se levantam entre uma e outra, hão de ser muito fortes, de tijolo e cal, mas o corpo das fornalhas faz-se de tijolo com barro, para resistir melhor à veemente atividade do fogo, ao qual não resistiria nem a cal, nem a pedra mais dura; e as que servem para as caldeiras são alguma cousa maiores que as que servem para as tachas. O alimento do fogo é a lenha, e só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar, como fartou por tantos anos, e fartará nos tempos vindouros, a tantas fornalhas, quantas são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que comumente moem de dia e de noite, seis, sete, oito e nove meses do ano. E, para que se veja quão abundantes são estes matos, só os de Jaguaripe bastam para dar lenha a quantos engenhos há à beira-mar no Recôncavo da Bahia, e, de fato, quase todos desta parte só se provêem. Começa o cortar da lenha em Jaguaripe nos princípios de julho, porque na Bahia os engenhos começam a moer em agosto.

Tem obrigação cada escravo de cortar e arrumar, uma medida de lenha, alta sete palmos e larga oito, e esta é também a medida de um carro, e de oito carros consta a tarefa. O cortar, carregar, arrumar e botar a lenha no barco, pertence a quem vende; o arrumá-la no barco corre por conta dos marinheiros. Há barcos capazes de cinco tarefas, há de quatro, há de três e custa cada tarefa dous mil e quinhentos réis, quando o senhor do engenho a manda buscar com o seu barco; e, se vier no barco do vendedor, ajustar-se-á, demais, o frete, conforme a maior ou menor distância do porto. Um engenho real, que mói oito ou nove meses, gasta, um ano por outro, dous mil cruzados na lenha; e houve ano em que o engenho de Sergipe do Conde gastou mais de três mil cruzados, por moer mais tempo, e por custar a lenha mais caro. Vem a lenha em barcos à vela, com quatro marinheiros e o Arrais, e, para bem, o senhor do engenho há de ter dous barcos, para que, em chegando um, volte o outro. O melhor sortimento da lenha é aquele cuja ametade consta de rolos grandes e travessos, que são menores, e outra de lenha miúda, porque a grossa serve para armar as fornalhas e para cozer o açúcar nas tachas, aonde é necessário maior fogo, para se coalhar; a mediana serve para fazer liga com a grossa e a miúda serve para alimpar bem o caldo da cana nas caldeiras, porque, para se levantar bem a escuma, demandam continuamente lavaredas de chama. E, por isso, a grossa se chama lenha de tachas, e a miúda, lenha de caldeiras.

Chegada a lenha ao porto do engenho, arruma-se na sua bagaceira, e sempre é bem que, diante, ou perto das fornalhas, estejam arrumadas cinco ou seis tarefas de lenha. Gastam dous barcos de cana, ordinariamente, um de lenha, se for lenha sortida, porque, se for miúda, na basta. O primeiro aparelho da lenha, para se botar fogo à fornalha, chama-se armar, e isto vem a ser empurrar rolos e estende-los no lastro (o que se faz com varas grandes, que chamam trasfogueiros) e sobre eles cruzar travessos e lenha miúda, para que, levantada, chegue mais facilmente com a chama aos fundos das caldeiras e tachas. E o metedor há de estar atento ao que lhe mandam os caldeireiros, botando precisamente a lenha, que os de cima conhecem e avisam ser necessária, assim para que não transborde o caldo ou melado dos cobres, como para que não falte o ferver. Porque, se não ferver em sua conta, não se poderá alimpar bem da imundícia que há de vir acima, para se tirar e escumar das caldeiras. Porém, para as tachas, quanto mais fogo, melhor.

A cinza das fornalhas serve para fazer decoada, e esta para alimpar ao caldo da cana nas caldeiras, e para que saia o açúcar mais forte. Para isso, arrasta-se com rodo de ferro até a boca das fornalhas, pouco a pouco, a cinza e borralho, e daí, com uma pá de ferro, se tira e se leva sobre a mesma pá para o cinzeiro, que é um tanque de tijolo sobre pilares de pedra e cal, de figura quadrada, com suas paredes ao redor, e aqui se conserva quente e assim quente se põe nas tinas, que para isso estão levantadas da terra sobre uns esteios de três palmos. Aí, depois de bem caldeada e arrumada, se lhe bota água, tirada de um tacho grande, que está fervendo sobre a sua proporcionada fornalha, perto do cinzeiro. E para isso serve a água que passa pela bica e vai à casa das caldeiras; e coando esta água pela cinza, até passar pelos buracos que têm as tinas no fundo cobra o nome de decoada e vai a cair nas formas ou vasilhas enterradas até a ametade, e daí se tira com um coco e se passa em um tacho para a casa das caldeiras, aonde se reparte pelas formas que estão postas entre as caldeiras e serve para os caldeireiros ajudarem com ela ao caldo, como se dirá em seu lugar.

Há-se porém de advertir que nem toda a lenha é boa para se fazer decoada, porque nem os paus fortes, nem a lenha seca servem para isso. E a razão é porque os paus fortes fazem mais carvão do

que cinza, e a lenha miúda dá pouca cinza e sem força. A melhor é a dos mangues-brancos e de paus-moles, a saber, a de cajueiros, aroeiras e gameleiras. E para se conhecer se a decoada é perfeita, há-se de provar, tocando a língua com uma pinga dela sobre a ponta do dedo, e se arder será boa; se não arder, será fraca. Também, se sobejar cinza de um ano para outro nas caixas aonde a costumam guardar, antes de se pôr nas tinhas, deve tornar a aquecer-se no cinzeiro, ou misturar-se com a primeira que se tirar das fornalhas com borralho, porque, se antes enfraqueceu, com este benefício torna a cobrar seu vigor.

CAPÍTULO IX

Das caldeiras e cobres, seu aparelho, oficiais e gente que nelas há mister, e instrumentos de que usam.

A TERCEIRA PARTE deste edificio superior às fornalhas é a casa dos cobres; porque, ainda que esta se chame comumente a casa das caldeiras não só elas que têm lugar nesta parte, mas outros grandes vasos de cobre, como são paróis, bacias e tachas; e destes vasos têm os engenhos reais dous ternos sempre em obra, porque de outra sorte não poderiam dar vazão ao caldo que vem da moenda. Estes são cobres postos sobre a abóbada das fornalhas em assentos ou encostadores de tijolo e cal ao redor, abertos de tal sorte que, com o fundo, que metem dentro da mesma fornalha, tapa cada qual a abertura em que se recebe; e entra por ela proporcionadamente ao corpo que tem, a saber, menos as tachas e muito mais as caldeiras. E assim como tem sua parede, que divide uma de outra, e outra parede que divide esta casa da outra contígua do engenho, assim tem diante de si um ou dous degraus, por onde se sobe a obrar neles com os instrumentos necessários nas mãos, e com bastante espaço para dominar sobre eles com ajustada altura e distância; e, ao redor de toda a parede dianteira, com caminho desafogado no meio, está o tendal das formas em que se bota o açúcar já cozido a coalhar e é capaz de oitenta e mais formas.

Consta um termo ou ordem de cobres (além do parol do caldo e do parol da guinda, que ficam na casa da moenda), de duas caldeiras, a saber, da do meio e da outra de melar, de um parol da escuma, de um parol grande, que chamam parol do melado, e de outro menor, que se chama parol de coar, de um terno de tachas, que são quatro, a saber: a de receber, a da porta, a de cozer e a de bater; e, finalmente, de uma bacia, que serve para repartir o açúcar nas formas. E de outros tantos cobres de igual ou pouco menor grandeza, consta outro andar semelhante.

Leva o parol do caldo de um engenho real vinte arrobas de cobre; o parol da guinda, outras vinte arrobas; as duas caldeiras, sessenta arrobas; o parol da escuma, doze arrobas; o parol do melado, quinze arrobas; o parol de coar, oito arrobas; o terno das quatro rachas, a nove arrobas cada uma, trinta e seis arrobas; a bacia, quatro arrobas, que em tudo são cento e setenta e cinco arrobas de cobre, o qual, vendendo-se lavrado, quando é barato, a quatrocentos réis a libra, importa dous contos e duzentos e quarenta mil-réis, que são cinco mil e seiscentos cruzados. E se se acrescentar outro terno de cobres menores, ou iguais, crescerá proporcionadamente o seu valor.

A parte em que as caldeiras e as tachas mais padecem é o fundo; e, se este for de ruim cobre, e não tiver a grossura necessária, não se poderá alimpar o caldo como é bem, nas caldeiras, e o fogo queimarás nas tachas ao açúcar, antes de se cozer e bater. Por isso, nos engenhos reais, que moem sete e oito meses do ano, se tornam refazer todos os fundos das caldeiras e tachas.

As pessoas que assistem nesta casa, são o mestre do açúcar, o qual preside a toda a obra; e corre por sua conta julgar se o caldo está já limpo, e o açúcar cozido e batido quanto pede, para estar em sua conta; assiste às têmperas e ao repartimento delas nas formas, além do que lhe cabe fazer na casa de purgar, de que falaremos no seu próprio lugar. A sua assistência principal é de dia, e, ao chegar da noite, entra a fazer o mesmo o banqueiro, que é como o contramestre da casa; e da inteligência, experiência e vigilância de um de outro depende em grande parte o fazer-se bom ou mau açúcar. Porque, ainda que a cana não seja qual deve ser, muito pode ajudar a arte, no qual faltou à natureza. E, pelo contrário, pouco importa que a casa seja boa, se o fruto dela e o trabalho de tanto custo se botar a perder por descuido, com não pequeno encargo de consciência para quem recebe avantajado estipêndio. Tem mais, por obrigação, o banqueiro, repartir de noite o açúcar pelas formas, assentá-las no tendal e consertá-las com cipó. E, para lhe diminuir o trabalho nestas últimas obrigações, tem um ajudante de dia, a quem chamam ajudante-banqueiro, o qual também reparte o açúcar pelas formas, assenta-as e conserta-as, como está dito.

Revezam-se nas caldeiras oito caldeireiros, divididos em duas equipações, um em cada uma, de assistência contínua até entregá-la ao seu sucessor, escumando o caldo que ferve, com cubos e tachos. Obrigação de cada caldeireiro é escumar três caldeiras de caldo, que chamam três meladuras; e a

última se chama de entrega, porque a deve dar meio limpa ao caldeireiro que o vem render. E, para estas três meladuras, lhe há de dar a guindadeira o caldo que há mister, a seu tempo, a saber, acabado de escumar e alimpar uma meladura, dar-lhe outra.

Nas tachas trabalham quatro tacheiros por equipações de assistência, um em cada terno de tachas; e tem por obrigação, cada um deles, cozer e bater tanto açúcar quanto é necessário para se encher uma venda de formas, que vem a ser quatro ou cinco formas.

Serve, finalmente, para varrer a casa e para consertar e acender as candeias (que são seis e ardem com azeite de peixe), e para tirar as segundas e terceiras escumas do seu próprio parol e torná-las a botar na caldeira, uma escrava, a quem chamam, por alcunha, a *calcanha*.

É também esta casa lugar de penitentes, porque comumente se vêem nela uns mulatos e uns negros crioulos exercitar o ofício de tacheiros e caldeireiros, amarrados com grandes correntes de ferro a um cepo, ou por fugitivos, ou por insignes em algum gênero de maldade, para que desta sorte o ferro e o trabalho os amanse. Mas, entre eles, há também às vezes alguns menos culpados e, ainda, inocentes, por ser o senhor ou demasiadamente fácil a crer o que lhe dizem, ou muito vingativo e cruel.

Os instrumentos de que se usa na casa das caldeiras são escumadeiras, pombas, reminhoís, cubos, passadeiras, repartideiras, tachos, vasculhos, batedeiras, bicas, cavadores, espátulas e picadeiras. Das escumadeiras e pombas grandes usam os caldeireiros; servem as escumadeiras para alimpar; as pombas, para botar o caldo de uma caldeira para outra, ou da caldeira para o parol; e, por isso os cabos, assim de umas como de outras, têm caorze ou quinze palmos de comprido, para se poderem menear bem. Os reminhoís servem para botar água e decoada nas caldeiras, e para ajudar aos tacheiros a botar o açúcar na repartideira, para ir às formas. Das escumadeiras mais pequenas, batedeiras e passadeiras, picadeiras e vasculhos, usam os tacheiros, da repartideira, cavador e espátulas o banqueiro e o ajuda-banqueiro; e dos tachos, cubos e bica usa a calcanha, para tirar a escuma do seu próprio parol e torná-la a pôr na caldeira. Serve o vasculho para tirar alguma imundícia ao redor das tachas, a picadeira para tirar o açúcar que está como frudado nas mesmas tachas e o cavador para fazer no bagaço do tendal as covas, aonde se põem as formas.

CAPÍTULO X

Do modo de alimpar epurificar o caldo da cana nas caldeiras e no parol de coar, até passar para as tachas.

GUINDANDO-SE O SUMO DA CANA (que chamam caldo) para o parol da guinda, daí vai por uma bica a entrar na casa dos cobres; e o primeiro lugar em que cai é a caldeira, que chamam do meio, para nela ferver e começar a bota fora a imundícia com que vem da moenda. O fogo faz neste tempo o seu ofício, e o caldo bota fora a primeira escuma, a que chamam cachaça, e esta, por ser imundíssima, vai pelas bordas das caldeiras bem ladrilhadas fora da casa, por um cano enterrado, que a recebe por uma bica de pau, metida dentro do ladrilho que está ao redor da caldeira, e vai caindo pelo dito cano em um grande cocho de pau e serve para as bestas, cabras, ovelhas e porcos; e em algumas partes também os bois a lambem, porque tudo o que é doce, ainda que imundo, deleita. E, para que o fogo não levante a escuma mais do que é justo, e dê lugar de se alimpar o caldo, como é bem, botam-lhe os caldeireiros, de quando em quando, água com um reminhol, e desta sorte se reprime a demasiada força da fervura, e o caldo ainda imundo se alimpa.

Saída a primeira escuma por si mesma, começam os caldeireiros, com grandes escumadeiras de ferro, a escumar o caldo e ajudá-lo, e chamam ajudar o caldo o botar-lhe de quando em quando já um reminhol de decoada, já outro de água, que aí têm perto: a água nas tinas e a decoada nas formas. Serve a água para lavar o caldo e a decoada, para que toda a imundícia que resta na caldeira venha mais depressa arriba, e não assente no fundo. Serve também para condensar o açúcar e fazê-lo mais forte, incorporando-se com o caldo, do modo que se incorpora o sal com a água. Esta segunda escuma se guarda e cai por outra bica da mesma borda do ladrilho para o parol mais baixo e afastado do fogo, que se chama parol da escuma; e daí, com cubo e tacho torna a botá-lo a negra calcanha, que tem isto por ofício, na mesma caldeira para purificar, que chamam repassar; e vai por uma bica de pau, encavilhada sobre um esteio de igual altura das caldeiras (a que chamam viola, por imitar no feitio a este instrumento), larga no corpo ou parte em que recebe a escuma, e estreita no cano, por onde cai na caldeira. E tanto que o caldo aparece bem limpo (o que se conhece pela escuma e pelos olhos e empolas que levanta, cada vez menores e mais claros) com uma pomba grande (que é um vaso côncavo de cobre, com seu pau de cobre comprido

doze ou quinze palmos), o botam na segunda caldeira, que chamam de melar, e aqui se acaba de purificar, com o mesmo benefício de água e decoada, até ficar totalmente limpo. Deixa-se alimpar o caldo na caldeira do meio, comumente pelo espaço de meia hora; e, já meio purgado, passa a cair na caldeira de melar por uma hora, ou cinco quartos, até acabar de se escumar; e nunca se tira todo o caldo das caldeiras, por razão dos cobres, que padeceriam detrimento do fogo, mas se lhes deixa dous ou três palmos de caldo e sobre este se bota o novo. A espuma, também, desta segunda caldeira vai ao parol da espuma, e daí torna para a primeira ou segunda caldeira, até o fim da tarefa, e desta espuma tomam os negros para fazerem sua garapa, que é a bebida de que mais gostam e com que resgatam de outros seus parceiros farinha, bananas, ainpins e feijões, guardando-a em potes até perder a doçura e azedar-se, porque então dizem que está em seu ponto para se beber, oxalá com medida e não até se emborracharem. À derradeira espuma da última meladura, que é a última purificação do caldo, chamam claros, e estes, misturados com água fria, são uma regalada bebida, para refrescar e tirar a sede nas horas em que se faz maior calma. Finalmente, tanto que o mestre do açúcar julgar que a meladura está limpa, o caldeireiro, com uma pomba, bota o caldo, a que já chamam mel, no parol grande, que chamam parol do melado, e está fora do fogo, mas junto à mesma caldeira, donde o coam para outro parol mais pequeno, que chamam parol de coar, com panos coadores estendidos sobre uma grade. E, para que não caia alguma parte dele na passagem de um parol para outro, e se perca, botam-lhe uma telha, de forma de purgar, que, com o seu arco e volta abarca os beiços de ambos os paróis por onde corre o caldo que cai no passar da pomba e vai dar em um ou em outro parol, e, desta sorte, nem uma só pinga se perde daquele doce licor, que bastante suor, sangue e lágrimas custa para se ajuntar.

CAPÍTULO XI

Do modo de cozer e bater o melado nas tachas.

ESTANDO JÁ O CALDO purificado e coado, passa a cozer-se nas tachas, ajudadas de maior fogo e chama da que hão mister as caldeiras, contando que os fundos tenham a grossura bastante para resistir à maior atividade que neste lugar se requer. E se o melado se levantar de sorte que ameace tresbordar, botando-lhe um pouco de sebo, logo amaina e se cala O que talvez também faria uma boa razão, se houvesse quem a sugerisse no tempo em que a indignação quer sair fora de seus limites. Dizem que, se se botasse qualquer licor azedo nas caldeiras ou nas tachas como, v. g., sumo de limão ou outro semelhante, o melado nunca se poderia coalhar nem condensar, como se pretende, e alegam casos seguidos. Porém, isto não parece ser certo, falando de qualquer casta de licor azedo, senão do de limão, porque já houve quem botou no caldo cachaça azeda em quantidade bastante, ou por fazer peça, ou por enfado ou impaciência, e, contudo, coalhou muito bem a seu tempo. Só de alguns ânimos se verifica que, por um leve desgosto, botam a perder um grande cúmulo, e não de quaisquer benefícios. O certo é que, em passando o melado ou mel para as tachas, pede maior vigilância e atenção dos tacheiros, banqueiro e soto-banqueiro e mestre, porque este propriamente é o lugar em que obra como mestre inteligente e aonde é necessário todo o cuidado e artifício.

Passando, pois, o melado do parol de coar para o terno das tachas, corre por cada uma delas, ordenadamente, e Pará em cada uma quanto for necessário, e não mais, para o fim que em cada qual se pertence. Na primeira tacha, que se chama a de receber, ferve e começa a cozer-se, e se lhe tiram as escumas mais finas, que chamam netas, e se botam com uma pequena escumadeira numa forma que aí está posta, e se as quiserem aproveitar, como é bem, farão delas, no fim da semana, um pão de açúcar somenos, porque esta espuma não torna à tacha, como torna a do caldo às caldeiras. Da tacha de receber, aonde está pouco tempo, passa-se o melado com uma passadeira de cobre (que é do feitio de uma pomba pequena) para a segunda tacha, que chamam da porta, e aqui, continuando a ferver e engrossar; se lançar de si para a borda alguma imundícia, tira-se e alimpa-se ao redor com um vasculho, que é como um pincel ou escova de embira, amarrado na ponta de uma vara; e nesta tacha se deixa estar mais tempo, até ficar já meio cozido. Daqui, com a mesma passadeira, se bota na terceira tacha, que chamam de cozer, porque ainda que nas outras também se coza, contudo, aqui acaba de se cozer e de se condensar perfeitamente, até estar em seu ponto para se bater, e isto o há de julgar o mestre, ou em seu lugar o banqueiro, pelo corpo e grossura que tem. E estando desta sorte, chama-se mel em ponto, grosso suficientemente e compacto, e já disposto para passar à quarta tacha, que chamam tacha de bater, aonde se meche com uma batedeira, que é semelhante à escumadeira, mas com seu beiço e sem furos; e bate-se, para se não queimar, e quando o tem bem batido, e com bastante cozimento, o levantam com a mesma batedeira sobre a tacha ao alto, que pode

ser; e a isso chamam desafogar, no que os tacheiros mostram destreza singular, e continuam assim, mais ou menos, conforme pedem as três têmperas que hão de fazer do açúcar, que há de ir para as formas. Das quais têmperas, por serem tão necessárias e diferentes, será bem falar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO XII

Das três têmperas do melado e sua justa repartição pelas formas.

ANTES DE PASSAR O MELADO para as formas, estando ainda na tacha de bater, se há de ajustar o cozimento às têmperas que pede a lei de bem repartir. E três são elas, e entre si diferentes, e cada uma leva cozimento diverso. Assim, por diversos modos, e com repetidas razões, procuramos temperar os ânimos alterados de qualquer paixão veemente.

Chama-se a primeira, têmpera de principiar, ou têmpera de bacía, a qual consta de mel solto, porque tem menos cozimento; e é o primeiro que se tira da tacha de bater logo no princípio, e se bota em uma bacía fora do fogo, a par das tachas com a batedeira, aonde se mexe com espátula ou com reminhol virado com a boca para baixo. E tendo já o banqueiro ou o ajuda-banqueiro aparelhado quatro ou cinco formas no tendal, dentro de umas covas de bagaço, com seu buraco fechado, e igualmente altas, às quais chamam venda, se passa esta têmpera com reminhol dentro de uma repartideira, e a reparte pelas ditas quatro ou cinco formas o banqueiro ou o ajuda-banqueiro, ou algum tacheiro, porém, com ordem do mestre, botando igualmente em cada uma delas a sua porção, de sorte que fique lugar para receber as outras duas têmperas que logo se hão de seguir.

A segunda chama-se têmpera de igualar, e tem maior cozimento porque o mel que traz esteve mais tempo na tacha de bater e, aí, mexido e engrossado, foi mais batido. E esta, também tirada da tacha e posta e mexida com reminhol na bacía, passa para as ditas quatro formas na repartideira, e com igual porção se reparte por elas, aonde com espátulas se mexe mais que a primeira.

Segue-se, por último, a terceira, que chamam têmpera de encher, a qual tem já todo o cozimento e grossura necessária, e com ela passada para a bacía e mexida ainda mais com o reminhol e levada na repartideira para o tendal, se enchem as formas, continuando com a espátula a mexer nelas todas as três têmperas, de sorte que perfeitamente se incorporem e de três se faça um só corpo. Este benefício é tão necessário que, sem ele, o açúcar posto nas ditas formas não se poderia depois branquear e purgar. Porque, se se botasse nas formas só a têmpera que tem cozimento perfeito, coalharia e se condensaria de tal sorte que não poderia passar por ele a água que o há de lavar, depois de ser barreado. E se a têmpera fosse totalmente solta, escorreria todo o açúcar das formas na casa de purgar e se desfaria todo em mel. E assim, com a mistura das três têmperas, se coalha de tal sorte que fica lugar à água de passar pouco a pouco, conservando-se o açúcar denso e forte; e recebe o benefício de se branquear, sem o prejuízo de se derreter, senão quando basta para perfeitamente se purgar. E achar este meio, com acertar bem nas têmperas, é a melhor indústria e artifício do mestre, assim como esta é a maior dificuldade no exercício das virtudes, que estão no meio de dous extremos viciosos.

O melado que se dá em pratos e vasilhas para comer, é o da primeira e segunda têmpera. Do da terceira, bem batido na repartideira, se fazem as rapaduras, tão desejadas dos meninos, e vem a ser melado coalhado sobre um quarto de papel, com todas as quatro partes levantadas como se fossem paredes dentro das quais endurece esfriando-se, de comprimento e largura da palma da mão. E bem-aventurado o rapaz que chega a ter um par delas, fazendo-se mais de boa vontade lambedor destes doces papéis do que escrevão nos que lhe dão para trasladar alfabetos.

Com isso se entenderá donde nasce o ter esta doce droga tantos nomes diversos, ante de lograr o mais nobre e o mais perfeito de *açúcar*; porque, conforme o seu princípio, melhoria e perfeição, e conforme os estado diversos pelos quais passa, vai também mudando de nomes. E assim, na moenda, chama-se sumo da cana; nos paróis do engenho, até entrar na caldeira do meio, caldo; nesta, caldo fervido; na caldeira de melar, clarificado; na bacía, coado; nas tachas, melado; ultimamente, têmpera; e nas formas, açúcar, de cujas diversas qualidades falaremos, quando chegarmos a vê-lo posto nas caixas.

Os claros, ou última escuma das meladuras, que, como temos dito, servem para a garapa dos negros, se lhes repartem alternadamente por esta ordem. No fim de uma tarefa, se dão aos que assistem na casa das caldeiras e nas fornalhas; no fim de outra tarefa, se dão às escravas que trabalham na casa da moenda; e depois desta, se dão aos que buscam caranguejos e mariscos, para se repartirem, e aos barqueiros que trazem a cana e a lenha ao engenho. E sempre se repete a distribuição com a mesma

ordem, para que todos os que setem o peso do trabalho cheguem também a ter o seu pote, que é a medida com que se reparte este seu desejado néctar e ambrosia.

Quando se manda parar ou pejar o engenho aos domingos e dias santos, tira-se dos fundos das tachas, com uma picadeira de ferro, o melado que ficou neles grudado, porque com este não poderiam esfriar-se; e, além disto, se lhes bota água, para que se não queimem os cobres, e serve justamente para os lavar, e assim se deixam as ditas tachas, até entrar nelas o mel que se há de cozer.

LIVRO III

CAPÍTULO I

Das formas do açúcar e sua passagem do tendal para a casa de purgar.

SÃO ASFORMAS DO AÇÚCAR uns vasos de barro queimado na fornalha das telhas, e têm alguma semelhança com os sinos, altas três palmos e meio, e proporcionadamente largas, com maior circunferência na boca, e mais apertadas no fim, aonde são furadas, para se lavar e purgar o açúcar por este buraco. Vendiam-se por quatro vinténs, salvo se a falta delas e o descuido de as procurar a seu tempo lhes acrescentasse o valor.

O serem de ruim barro, e mal queimadas, é defeito notável, como também o serem pequenas. As boas são capazes de dar pães de três arrobas e meia. Têm na casa das caldeiras seu tendal, cheio de bagaço de cana que vem da bagaceira, o qual cavado com um cavador de ferro ou de pau, serve de cama ou cova, para nele se assentarem as formas direitas em duas fileiras iguais; e, como temos dito acima, de cada quatro ou cinco formas consta uma venda. Antes de botar nelas o açúcar, se lhes tapa o buraco que têm no fundo, com seus tacos de folha de banana, e se asseguram com arcos de cipó e cana brava, para que com a demasiada quantidade do açúcar não arrebentem. Logo se lhes bota o açúcar por tâmpas, como já temos dito, o qual no espaço de três dias, endurece diversamente, uns mais, outros menos; e ao que mais se endurece e dificultosamente se quebra, chamam açúcar de cara fechada; e ao que facilmente com qualquer pancada se quebra, chamam açúcar de cara quebrada. Metáforas, que também exprimem as diversas naturezas e condições dos homens, uns são vidrentos, e outros tão tolerantes. E, de ser bom ou mau açúcar, depende o fazer as vendas de mais ou menos formas. Porque para o bom, que coalha depressa, basta tomar quatro formas; e, para que coalha mais devagar, tomam-se seis, sete e oito formas, para que crie com o maior tempo que é necessário para encher todas, mais grão. Daí passa às costas dos negros, ou sobre paviolas, para a casa de purgar, da qual logo falaremos.

Faz um engenho real, de dous ternos de tachas, se a cana render bem, cada semana solteira, perto e passante de duzentos pães de açúcar; mas, se não render, apenas dá cento e vinte. E o render pouco nasce ou de ser a cana muito velha, ou por ser muito aguacenta, prova bem clara de serem os extremos, quaisquer que sejam, viciosos.

CAPÍTULO II

Da casa de purgar o açúcar nas formas.

A CASA DE PURGAR é comumente separada do edificio do engenho, e a melhor de quantas há no Recôncavo da Bahia é, sem dúvida, a do engenho do Sergipe do Conde, fabricada de pedra e cal e emadeirada com paus de maçaranduba, e coberta com todo o asseio de telhas, de comprimento de quatrocentos e quarenta e seis palmos e oitenta e seis de largura, dividida em três carreiras de andainas, com vinte e seis pilares de tijolo no meio, altos quinze palmos e meio, e largos quatro, para sustentarem o teto, que assenta ao redor sobre paredes largas e fortes. Recebe esta casa a luz e ar necessário por cinqüenta e duas janelas, alta oito palmos e largas seis, vinte e três de cada banda, três na fachada com sua porta e três na testada. Repartem-se as andainas por quartéis de tábua abertas em redondo sobre pilares de tijolo, altos da terra sete palmos; e leva cada tábua dez destas aberturas, para receber outras tantas formas, de sorte que por todas são capazes de purgar, comodamente, no mesmo tempo, até a dous mil pães. Debaixo das ditas tábuas assim abertas, há outras tantas tábuas do mesmo comprimento, cavadas à maneira de regos, e inclinadas na parte dianteira, que servem de bicas ou correntes, por onde corre o mel que cai dos buracos das formas, em que se purga o açúcar, aos tanques enterrados; e há no fim uma

fornalha para o cozer e tornar a fazer dele açúcar; com seu tendal, capaz de quarenta formas. Há também na entrada, à mão esquerda da porta, uma casinha de madeira, para nela guardar o açúcar que sobejou ao encaixar, e quantos instrumentos são necessários para barrear, mascavar, secar e encaixar; e o primeiro espaço da casa de purgar, capaz de trezentas caixas, antes de chegar às andainas das formas, serve de caixaria mais resguardada e segura, com a porta ao poente, para que, gozando toda a tarde do sol, defenda com o seu calor ao açúcar do maior inimigo que tem, depois de feito e encaixado, que é a umidade.

Diante da porta da casa de purgar, levanta-se, sobre seis pilares, um alpendre de oitenta e dous palmos de comprimento e vinte e quatro de largo, debaixo do qual está o balcão de mascavar; e da outra parte está o cocho para amassar o barro, que se bota nas formas, para purgar o açúcar; e, mais adiante, o balcão para o secar, comprido oitenta palmos e largo cinqüenta e seis, sustentado de vinte e cinco pilares de tijolo, mais alto no meio, e com bastante inclinação nos lados, para escorrer melhor a água que cair do céu, e ser de mais dura. E, para isso, serve também ser feito de pau de lei, a saber, de maçaranduba, de vinhático, capaz de sessenta toldos e de secar no mesmo tempo outros tantos pães de açúcar.

CAPÍTULO III

De pessoas que se ocupam em purgar, mascavar,
secar e encaixar o açúcar, e dos instrumentos
que para isso são necessários.

AONDE NÃO HÁ PURGADOR (que sempre seria bem tê-lo), preside também na casa de purgar o mestre de açúcar, a quem pertence julgar quando se há de botar o primeiro e o segundo barro nas formas, quando se há de umedecer e borrifar mais ou menos, conforme a qualidade do açúcar, e quando se há de tirar o barro e o açúcar das formas. Mas, ainda que haja purgador distinto, com sua soldada, sempre será bem que este se aconselhe com o mestre, para obrar com maior acerto, e que tenham ambos entre si toda a boa correspondência, para que fiquem melhor servidos assim o senhor do engenho como os lavradores, e eles mais acreditados em seus ofícios.

Preside ao balcão de mascavar e de secar e ao peso e ao encaixar do açúcar, o caixeiro, e corre por sua conta repartir e assentar com toda a verdade e fidelidade o que cabe a cada qual de sua parte: pregar e marcar as caixas e entregá-las aos donos.

Trabalham na casa de purgar quatro escravas, e são as que entaipam e botam barro nas formas do açúcar e lhe dão suas lavagens. No balcão de mascavar assistem duas negras das mais experimentadas, que chamam mães do balcão, e com outras o mascavam e apartam o inferior do melhor uns negros, que trazem e aventam as formas e tiram delas os pães de açúcar, e o amassador do barro de purgar, que é também outro negro.

No balcão de secar trabalham as mesmas duas mães, com as suas companheiras, que são até dez, estendendo os toldos e quebrando com toletes as lascas e os torrões grandes em outros menores, atrás dos quebradores dos pães. E, na caixaria, ajudam ao caixeiro no peso e encaixamento do açúcar as negras e negros que são necessários, como também no pilar, igualar, pregar e marcar.

Os instrumentos de que se usa na casa de purgar são furadores de ferro, para furar os pães em direitura do buraco das formas, cavadores também de ferro, para cavar o pão no meio da primeira cara,

antes de lhe botar o primeiro e segundo barro, e macetes, para o entaipar. No balcão de mascavar, usam de couros para aventar sobre eles as formas, de facões e machadinhos, para mascavar, e de toletes, para quebrar o açúcar mascavado. No balcão de secar são necessários facões, toletes e rodos e o pau quebrador de quatro lados de costa para quebrar os pães de açúcar. No peso, balanças, pesos de duas arrobas e outros menores, com o da tara, pás e panacas. Na caixaria, pilões, rodo, pau de assentar, ao qual uns chamam moleque-de-assentar, e outros, juiz; enxó, verrumas, martelos e pregos, pé-de-cabra, para tirar pregos das caixas e o gualho, que serve para unir as tábuas e os dentes ou braços do gualho, que a abraça por cima e desce pelas ilhargas; e as marcas de ferro, com que se marca e declara a qualidade do açúcar, o número das arrobas e o sinal do engenho, em que se fez e encaixou. E, desta sorte, qualquer arte se vale de seus instrumentos, para facilitar o trabalho, e sair com suas obras perfeitas, o que sem eles não poderia alcançar, nem esperar.

CAPÍTULO IV

Do barro que se bota nas formas do açúcar:
qual deve ser, e como se há de amassar, e se é bom ter no engenho olaria.

O BARRO, com que se purga o açúcar, tira-se dos apicus que, como temos dito, são as coroas que faz o mar entre si e a terra firme, e as cobre a maré. Vem este em barcos, canoas, ou balsas, que são duas canoas juntas, com paus atravessados, e sobre eles tábuas, nas quais se amontoa o barro. Chegado ao engenho, põem-se em lugar separado; e, daí passa a secar-se dentro da casa das fornalhas, sobre um andar de paus segurados com esteios, que chamam girao, sobre o cinzeiro, quando tem seu borralho, que é a cinza misturada com brasas. E, ainda que se seque em quinze dias, contudo aí se deixa, tomando a seu tempo a quantidade que for necessária para barrear as formas já cheias, como se dirá em seu lugar. Seco, se desfaz com macetes, que são paus para pisar, e daí se bota em uma canoa velha, ou cocho grande, de pau, e se vai desfazendo com água, movendo-o e amassando-o com seu rodo o negro amassador, que se ocupa neste triste trabalho, pois os outros escravos, que cortam e trazem cana, e os que obram na moenda, nas caldeiras, nas tachas, na casa de purgar e nos balcões, sempre têm em que petiscar, e só este miserável, e os que metem lenha nas fornalhas, passam em seco. E, ainda que depois todos tenham sua parte na repartição da garapa, contudo, sentem muito o trabalho sem este limitado alívio entre dia. Mas, não faltam parceiros que se compadeçam da sua sorte, dando-lhes já uma cana, já um pouco de mel ou açúcar; e quando faltasse nos outros a compaixão, não faltaria a eles a indústria, para buscarem seu remédio, tirando donde que quanto podem.

O sinal de estar bem amassado o barro, é não ter já godilhões, que são uns torrõesinhos ainda não desfeitos; então está em seu ponto, quando, botam-lhe um pedaço de telha, ou um caco de forma, se sustém na superfície, sem ir ao fundo. Do cocho se tira com uma cuia, e se bota em tachos de cobre, e neles o levam para a casa de purgar, aonde, com um reminhol de cobre, se tira dos tachos e se reparte pelas formas, quando for tempo, do modo que se dirá mais abaixo.

Ter olaria no engenho, uns dizem que escusa maiores gastos, porque sempre no engenho há necessidade de formas, tijolo e telhas. Porém, outros entendem o contrário, porque a fornalha da olaria gasta muita lenha de armar, e muita de caldear, e a caldear há de ser de mangues, os quais, tirados, são a destruição do marisco, que é o remédio dos negros. E, além disso, a olaria quer serviço de seis, ou sete peças, que melhor se empregam no canavial ou no engenho, quer oleiro com soldada, roda e aparelho, e quer apicus, ou barreiro, donde se tire bom barro, e tudo isto pede muito gasto, e com muito menos se compram as formads e as telhas que são necessárias. O melhor conselho é meter um crioulo em alguma olaria, porque este ganha a ametade do que faz, e em um ano chega a fazer três mil formas, das quais o

senhor se pode valer com pouco dispêndio. Tendo, porém, o senhor do engenho muita gente, lenha e mangues para mariscar de sobejo, poderá também, ter olaria, e servirá esta oficina para grandeza, utilidade e comodidade do engenho.

CAPÍTULO V

Do modo de purgar o açúcar nas formas,
e de todo o beneficio que se lhe faz na casa
de purgar, até se tirar.

ENTRANDO AS FORMAS na casa de purgar, se deitam sobre as andainas, e se lhes tira o taco que lhes meteram no tendal; e logo com um furador agudo de ferro, de comprimento de dous palmos e meio, se furam os pães à força de pancadas, usando para isso um macete; e, furados, se levantam e endireitam as formas sobre as tábuas, que chamam de furos, entrando por eles quanto basta para se susterem seguras; e assim se deixam por quinze dias sem barro, começando logo a purgar, e pingando pelo buraco que têm, o primeiro mel, o qual, recebido debaixo, nas bicas, corre até dar no seu tanque. Este mel é inferior, e dá-se no tempo do inverno aos escravos do engenho, repartindo a cada qual cada semana um tacho, e dous a cada casal, que é o melhor mimo e o melhor remédio que têm. Outros, porém, o tornam a cozer, ou o vendem para isso aos que fazem dele açúcar branco batido, ou estilam água ardente.

Passados os quinze dias, daí por diante se pode barrear seguramente, o que se faz deste modo. Cavam primeiro as quatro escravas purgadeiras, com cavadeiras de ferro, no meio da cara da forma (que é a parte superior) o açúcar já seco, e logo o tornam a igualar e entaipar muito bem, com macetes; botam-lhe, então, o primeiro barro, tirando-o com um reminhol dos tachos que vieram cheios dele do seu cocho, estando já amassado em sua conta, e com a palma da mão o estendem sobre toda a cara da forma, alto dous dedos. Ao segundo ou terceiro dia, botam em riba do mesmo barro meio reminhol, ou uma cuia e meia de água, e para que não caia no barro de pancada, e caindo faça covas no açúcar, recebem sobre a mão esquerda, chegada ao barro, a água que botam com a direita, mexem levemente o barro de sorte que, com os dedos, não cheguem a bulir na cara do açúcar. E a este beneficio chamam umedecer, borrifar e dar lavagens, ou também, dar umidades, e destas o primeiro barro não leva mais que uma, e está na forma seis dias, donde se tira já seco, e cava-se outra vez o açúcar no meio, como se fez ao princípio e entaipar-se; e, com a mesma diligência, se lhe bota o segundo barro, o qual está na forma quinze dias, e leva seis, sete e mais umidades, conforme a qualidade do açúcar, porque, o que é forte quer mais umidades, resistindo à água que há de correr por ele, purgando-o, às vezes até nove e dez umidades. E, se for fraco, logo a recebe, e fica em menos tempo lavado, mas disso não se alegra o dono do açúcar, porque antes o quisera mais forte do que ta depressa purgado. Também no verão é necessário repetir as lavagens mais vezes, a saber, de dous em dous, ou de três em três dias, conforme o calor do tempo, advertindo de lhe dar estas lavagens antes que o barro chegue a abrir-se em gretas por seco. No tempo do inverno, também se deixa o primeiro barro seis dias, e alguns não lhe dão outra umidade mais que a traz consigo, principalmente se forem dias de chuva. Porém, tirado o primeiro e posto o segundo, dão-lhe seis, sete e oito umidades, de três em três dias, conforme a qualidade do açúcar, e conforme obedecer às ditas lavagens.

Como o açúcar vai purgando, assim se vai branqueando por seus graus, a saber, mais na parte superior, menos na do meio, pouco na última, e quase nada nos pés das formas, aos quais chamam cabuchos, e este menos purgado é o que se chama mascavado. Também, como vai purgando, vai descendo o barro pouco a pouco dentro da forma, e, se purgar bem devagar, descendo só meia mão, que chamam medida de chave, e vem a ser desde a raiz do dedo polegar até a ponta do dedo mostrador, a purgação será boa, e de rendimento de mais açúcar, e forte; mas, se purgar apressadamente, renderá pouco.

O purgar mais depressa ou mais devagar o açúcar nas formas, nasce, parte da qualidade da cana boa ou má, e parte do cozimento feito e temperado em seu ponto. Porque, se o cozimento for mais do que é justo, ficará o açúcar empanturrado, e nunca se poderá purgar bem, resistindo às lavagens, não por forte, mas por demasiadamente cozido, e isto se conhecerá de não purgar e não descer o barro nas formas. Pelo contrário, se o açúcar levar pouco cozimento, e a têmpera for muito solta, irá pela maior parte desfeito em mel para as correntes. O fazerem os pães do açúcar olhos, isto é, terem entre o açúcar branco veias de mascavado, uns dizem que procede de botar mal as unidades no barro das formas, e outros das têmperas mais ou menos quentes, ou desigualmente botadas.

O mel que cai das formas, depois de lhes botarem barro, torna a cozer-se, e a bater-se nas tachas, que para isto estão destinadas, com sua bacia; e se faz dele açúcar, que chamam branco batido; e dá também seu mascavado, que chamam mascavado batido. Ou se estila dele água ardente, que eu nunca aconselharia ao senhor do engenho, para não ter uma contínua desinquietação na senzala dos negros, e para que os seus escravos não sejam com a água ardente mais borrachos do que os faz a cachaça.

O primeiro barro que se pôs na forma, alto dous dedos, quando se tira já seco, tem só altura de um dedo, que é depois de seis dias; quando se tira o segundo (que se botou com a mesma altura de dous dedos), depois de quinze dias, tem só meio dedo de altura. Acabando o açúcar de purgar, param também as lavagens; e, três ou quatro dias depois da última, tira-se o segundo barro, já seco, e, depois do barro fora, dão-lhe mais oito dias para acabar de enxugar e escorrer, e então se pode tirar. Nem carece de admiração o ser o barro, que da sua natureza é imundo, instrumento de purgar o açúcar com suas lavagens, assim como com a lembrança do nosso barro, e com as lágrimas se purificam e branqueiam as almas, que antes eram imundas.

CAPÍTULO VI

Do modo de tirar, mascavar e secar o açúcar.

CHEGANDO O TEMPO de tirar o açúcar das formas, se passarão em um dia muito claro tantas quantas pode receber o balcão de secar; e passam às costas dos negros, ou em pavioas, da casa de purgar para o balcão de mascavar. E, quanto ao ser o dia muito claro, é ponto de grande advertência, porque se o açúcar se umedecer, ainda que o tornem pôr ao sol, nunca mais torna a ser perfeito como era, assim como o que ficou de um ano para outro perde tal sorte o vigor e alvura que nunca mais a torna a cobrar; propriedade também da pureza que, uma vez ofendida, nunca torna a ser o que foi. Preside a todo este benefício o caixeiro, e corre por sua conta o que agora direi. Ao pé do balcão, que chamam de mascavar, se aventam as formas sobre um couro, que vem a ser bulir nelas devagar com as bocas viradas para o dito couro, para que saiam bem os pães, os quais, postos sucessivamente por um negro sobre um toldo que está estendido neste balcão, por mão de uma negra (à qual chamam mãe do balcão) se lhes tira com um facão todo aquele açúcar mal purgado, e de cor parda, que têm na parte inferior, e isto se diz mascavar, e ao tal açúcar chamam depois mascavado. E, entretanto, outra sua companheira, que é das mais práticas, tira com um machadinho do mesmo mascavado o mais úmido, que chamam pé da forma, ou cabucho, e este torna para a casa de purgar em outras formas, até acabar de se enxugar; e logo outras negras quebram com toletes os torrões do mascavado sobre um toldo, que também há de ir ao balcão de secar.

A perfeição dos pães consiste em terem pouco mascavado, e darem duas arrobas e meia de açúcar branco, que, conforme a medida das formas da Bahia, é muito bom rendimento. Se quiserem fazer caras de açúcar para mimos, o caixeiro cortará aqui mesmo com um facão a primeira parte do pão, de sorte que, endireitada e aplainada, tenha uma arroba de peso; e estas, depois de estarem ao sol, empalham-se ou encouram-se e vão para o reino. Também, se quiser fazer lascas, cortará ao pão (depois de se tirar o mascavado) em seis ou oito partes, e as endireitará todas de quatro cantos em quadra, para irem tão vistosas como doces. E, querendo fazer fechos ou caixas de encomenda, escolherá da parte do açúcar que couber a quem as manda fazer, o mais fino, que é o das caras das formas, até dez arrobas por fecho, e trinta até trinta e cinco pr caixa. E, do que temos dito até agora, se entenderá bem o querem dizer estes nomes, que significam várias repartições de açúcar, a saber: caixa, fecho, pão, cara, lasca, torrão e migalhas, guardando para outro capítulo o dar notícia de várias qualidades e diferenças de açúcar.

Passando, pois, do balcão de mascavar para o balcão de secar; levam-se, em primeiro lugar, para ele, tantos quantos são necessários para o açúcar que naquele dia se há de secar. E, se for de diversos donos, que conhecerá a repartição que cabe a cada qual, pelos toldos continuados na mesma fileira, se pertencerem ao mesmo, ou descontinuados, se forem de diversos senhores; e o que se diz do

açúcar branco, se há de dizer também do mascavado, repartido pelo mesmo estilo nas suas próprias fileiras. Isto feito, levam os pães para os toldos, e, com um pau grande e redondo no cabo, em que se pega, e no remate de feitio chato, como uma lança sem ponta (ao qual chamam de quebrador, ou moleque de quebrar), quebram em quatro partes os pães, e cada uma destas em outras quatro; e logo outros, com facões, dividem as mesmas em torrões; e estes sucessivamente se tornam a partir com toletes em outros torrões menores; e, finalmente, depois de estarem já por algum tempo ao sol, acabam-se de quebrar em torrões pequenos. E guarda-se de propósito esta ordem em quebrar ao açúcar para que, tendo alguma umidade, quebrado pouco a pouco, se entese e não se faça logo em migalhas ou em pó. Estando assim estendido, pegam nas pontas dos toldos, e, levantando-as, fazem em cada toldo um montão, e entretanto aquecem-se as tábuas e os toldos, e logo tornam a abrir aqueles montes com rodos, e, desta sorte, as partes que eram interiores ficam expostas ao sol, e as outras estendidas sobre as pontas dos toldos, sentem o calor que eles e as tábuas ganharam. Espalhado, torna-se a mexer com rodos de camboá, como eles dizem, a saber: um de uma banda e outro de outra, empurrando cada um da sua parte o açúcar, e puxando por ele por modo oposto ao que faz no mesmo toldo o negro fronteiro, até acabar de secar. E, se de repente aparecer alguma nuvem, que ameace dar chuva, logo acode toda a gente ainda (se for necessário) a que trabalha na moenda, peçando o engenho até se recolher nos mesmos toldos o açúcar dentro da casa de encaixar, ou em outra parte coberta; e daqui torna outra vez para o balcão, em outro dia claro, estando as tábuas enxutas. Que, se o tempo der lugar de enxugar perfeitamente o açúcar no mesmo dia no balcão, passará logo (do modo que agora direi) ao peso, e se encaixará com sua regra.

CAPÍTULO VII

Do peso, repartição e encaixamento do açúcar.

DO BALCÃO DE SECAR vai o açúcar em toldos ao peso, estando presente o caixeiro, que tudo assenta com fidelidade e verdade, para que se dê justamente a cada um o que é seu. E, para isso, há balanças grandes e pesos de duas arrobas, e outros menores, de libras, com peso também de tara do panacu, em que vai o açúcar ao peso, usando de pá pequena para tirar o que sobeja, ou ajuntar o que falta. E, assim como as duas mãos do balcão ajudam ao peso, para dar lugar ao caixeiro, que está assentando o que pesa, assim dous negros levam o açúcar pesado para as caixas, enxutas e bem aparelhadas, a saber, barreadas por dentro nas untas com barro, e folhas secas de bananeira sobre o barro, pondo igualmente tanto açúcar na caixa do senhor do engenho quanto na caixa do lavrador cuja cana se moeu no mesmo engenho, sendo lavrador de suas próprias terras e não das do engenho, porque se as terras forem do engenho, paga também o lavrador vintena, ou quinto, que vem a ser, além da metade de cada cinco pães um, ou um de cada vinte, conforme o uso das terras, porque, em Pernambuco, paga quinto e na Bahia vintena, ou quindena, que vem a ser de quinze um, conforme o que se ajustou nos arrendamentos, por serem as terras já de rendimento, ou por necessitarem de menos limpas. E, assim como se pesa e reparte igualmente o branco, assim se pesa e reparte do mesmo modo o mascavado entre o senhor do engenho e o lavrador que mói, como temos dito, de meias; e só ficam os meles por em cheio ao senhor do engenho, por razão dos muitos gastos que faz. Tira-se também o dízimo que se deve a Deus, o que vem a ser de dez um, e este fica no engenho, e põe-se nas caixas que antecipadamente manda o contratador dos dízimos ao caixeiro vazias, e dele as torna a cobrar cheias.

O açúcar que se bota nas caixas, ao princípio somente se iguala com rodo e pilões, e não se pila, para que se não quebrem as caixas. Porém, depois de botar nelas dous ou três pesos, que vêm a ser quatro ou seis arrobas, então se pila com oito ou dez pilões, quatro ou cinco de cada banda, para que assente unido igualmente. E, ainda que a derradeira porção do açúcar, que se chama cara da caixa, é bem que seja do mais escolhido; contudo, seria grande descrédito do engenho, engano e manifesta injustiça, se no meio se botassem batidos e na cara açúcar mais fino, para encobrir com bom o ruim, e fazer também ao açúcar hipócrita.

Acabado de encher a caixa, iguala-se com rodo e com um pau chato e grosso, que uns chamam-lhe moleque-de-assentar, outros juiz; e logo se prega, usando de verruma, pregos e martelo e do galhalho ou gato, para apertar alguma tábua rachada do modo que acima está dito. Leva uma caixa oitenta e seis pregos, e ultimamente se marca do modo que diremos, conforme a diferença do açúcar, que agora se há de explicar.

CAPÍTULO VIII

De várias castas de açúcar, que separadamente se encaixam;
marcas das caixas e sua condução ao trapiche.

ANTES DE MARCAR AS CAIXAS, é necessário falar de várias castas de açúcar, que separadamente se encaixam, porque também nesta droga há sua nobreza, há casta vil, há mistura. Há, primeiramente, açúcar branco e mascavado; o branco toma este nome da cor que tem, e muito se louva e estima no açúcar mais admirável, porquanto se lhe comunica do barro. O mascavado de cor parda é o que se tira do fundo das formas, a que chamam pés ou cabuchos. Do branco há fino, há redondo e há baixo; e todos estes são açúcares machos. O fino é mais alvo, mais fechado e de maior peso, e tal é ordinariamente a primeira parte, que chamam cara da forma. O redondo é algum tanto menos alvo, e menos fechado; e tal é comumente o da segunda parte da forma; e digo comumente porque não é esta regra infalível, podendo acontecer que a cara de algumas formas seja menos alva e menos fechada que a segunda parte de outra forma. O baixo é ainda menos alvo e quase trigueiro na cor; e ainda que seja fechado e forte, contudo, por ter menos alvura, chama-se baixo ou inferior.

Além destas três castas de branco, há outro, que chamam branco batido, feito do mel que escorreu das formas do macho na casa de purgar, cozido e batido outra vez; e sai às vezes tão alvo e forte como o macho. E, assim como há mascavado macho, que é o pé das formas do branco macho, assim há o mascavado batido, que é o pé das formas do branco batido. O que pinga das formas do macho, quando se purga, chama-se mel; e o que escorre do batido branco chama-se remel. Do mel, uns fazem água ardente, estilando-o, outros, o tornam a cozer, para fazerem batidos, e outros o vendem a panelas aos que o estilam ou cozem; e o mesmo digo do remel.

Vista a diversidade dos açúcares, segue-se falar das marcas que se hão de pôr com a mesma distinção nas caixas. Marcam-se as caixas com ferro ardente ou com tinta; três são as marcas que há de levar cada caixa, a saber: a das arrobas, a do engenho e a do senhor ou mercador por cuja conta se embarca. A marca de fogo do número das arrobas se põe em cima, na cabeça da caixa, junto ao tampo, começando do canto da banda direita, de tal sorte que abarque juntamente a cabeça da caixa e o tampo. E isto se faz para que, se depois se abrisse a caixa, se conheça mais facilmente, pelas partes da marca, que estão na cabeça, e não correspondem às outras partes, que estão na borda do tampo.

A marca do engenho, também de fogo, se põe na mesma testa da caixa, junto ao fundo, no canto da banda direita, para que se possam averiguar as faltas que poderiam haver no encaixamento do açúcar. Porque, assim como às vezes nas pipas de breu que vêm de Portugal se acham pedras breadas, e nas peças de linho fino por fora, no meio se acha pano de estopa, ou menor número de varas que as que se apontam na face da peça, assim se poderiam mandar nas caixas de açúcar menos arrobas das que se apontam nas marcas, e no meio da caixa açúcar mascavado por branco, como já tem acontecido, por culpa de algum caixeiro infiel.

A marca do senhor do açúcar ou do mercador, por cuja conta se embarca, se for de fogo, se põe no meio da dita testa da caixa; e, se não for de fogo, põe-se no mesmo lugar com tinta o seu nome, o qual se poderá tirar com uma enxó, quando se vendesse a caixa a outro mercador, pondo na dita parte o nome de quem a comprou.

Leva a marca do branco macho um só “B”; o branco batido, dous “BB”. O mascavado macho um “M”; o mascavado batido um “M” e um “B”. A marca, v. g., do engenho de Sergipe do Conde leva um “S”, da Pitanga um “P”. E a marca, v. g., do colégio da Companhia de Jesus, leva uma cruz dentro de um círculo desta figura: +

Nos engenhos à beira-mar, levam-se as caixas ao porto desta sorte. Com rolos e espeques passam uma atrás de outra da casa da caixaria para uma carreta, feita para isso mesmo mais baixa, e sobre esta se leva cada caixa até o porto, puxando pelas cordas os negros de quem a manda embarcar por sua conta.

Dos engenhos, pela terra dentro, vem cada caixa sobre um carro, com três ou quatro juntas de bois, conforme as lamas que hão de vencer; e nisto custa caro o descuido, porque, por não as trazerem no tempo do verão, depois do inverno, estazam-se e matam-se os bois.

Do porto passam sobre tábuas grossas a pique para o barco; e, ao entrar, hão de ter mão nela com socairo, para que não caia de pancada e padeça algum detrimento. No barco se hão de arrumar as caixas muito bem, para que vão seguras nem se metam mais, antes menos das que o barco pode receber e levar; e seja forte e bem velejado, e com arrais prático das coroas e pedras e com marinheiros não atordoados da água ardente, saindo com bom tempo e maré.

Do engenho até o trapiche, ou até a nau em que se embarca, paga cada caixa que vem por mar uma pataca de frete. Ao entrar e sair do trapiche, meia pataca. No primeiro mês, quer começado só, quer acabado, ainda que não fossem mais que dous dias, paga dous vinténs; nos outros meses seguintes, um vintém cada mês. E, se o trapicheiro ou o caixeiro do trapiche vender por comissão do dono algum açúcar, ganha uma pataca por cada caixa.

E, com isso, temos levado o açúcar do canavial, aonde nasce, até os portos do Brasil, donde navega para Portugal, para se repartir por muitas cidades da Europa. Falta agora dizer alguma cousa dos preços antigos e modernos por que são hoje tão excessivos.

CAPÍTULO IX

Dos preços antigos e modernos do açúcar.

DE VINTE ANOS a esta parte mudaram-se muito os preços, assim do açúcar branco como do mascavado e batido. Porque o branco macho, que se vendia por oito, nove e dez tostões a arroba, subiu depois a doze, quinze e dezasseis, e ultimamente a dezoito, vinte e vinte e dous e vinte e quatro tostões; e depois tornou a dezasseis. Os brancos batidos, que se largavam por sete e oito tostões, subiram a doze e a catorze. O mascavado macho, que valia cinco tostões, vendeu-se por dez e onze e ainda mais. E o mascavado batido, cujo preço era um cruzado, chegou a seis tostões.

A necessidade obriga a vender barato e a queimar (como dizem) o açúcar fino, que tanto custa aos servos, aos senhores de engenho e aos lavradores da cana, trabalhando e gastando dinheiro. Também a falta de navios é causa de se não dar por ele o que vale. Mas, o ter crescido tanto nestes anos o preço do cobre, ferro e pano, e do mais de que necessitam os engenhos, e particularmente o valor dos escravos que os não querem largar por menos de cem mil réis, valendo antes quarenta a cinquenta mil-réis os melhores, é a principal causa de haver subido tanto o açúcar depois de haver moeda provincial e nacional e depois de descobertas as minas de ouro, que serviram para enriquecer a poucos e para destruir a muitos, sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e as malhadas, em que planta o tabaco.

Se se atentar para o valor intrínseco que o açúcar merece ter pela sua mesma bondade, não há outra droga que o iguale. E, se tanto sabe a todos a sua doçura quando o comem, não há razão para que se não lhe dê tal valor extrínseco quando se compra e vende, assim pelos senhores de engenho e pelos mercadores, como pelo magistrado a quem pertence ajustá-lo, que possa dar por tanta despesa algum ganho digno de ser estimado. Portanto, se se reduzirem os preços das cousas que vêm do Reino e dos escravos que vêm de Angola e costa de Guiné, a uma moderação competente, poderão também tornar os açúcares ao preço moderado de dez e doze tostões, parecendo a todos impossível o poderem continuar de uma a outra parte tão demasiados excessos, sem se perder o Brasil.

CAPÍTULO X

Do número das caixas de açúcar que se fazem cada ano ordinariamente no Brasil.

CONTAM-SE NO TERRITÓRIO DA BAHIA, ao presente, cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento. Os de Pernambuco, posto que menores, chegam a duzentos e quarenta e seis, e os do Rio de Janeiro, a cento e trinta e seis.

Fazem-se, um ano por outro, nos engenhos da Bahia, catorze mil e quinhentas caixas de açúcar. Destas, vão para o Reino, catorze mil, a saber: oito mil de branco macho, três mil de mascavado macho, mil e oitocentas de branco batido, mil e duzentas de mascavado batido; e quinhentas de várias castas se gastam na terra.

As que se fazem nos engenhos de Pernambuco, um ano por outro, são doze mil e trezentas. Vão doze mil e cem para o Reino, a saber: sete mil de branco macho, duas mil e seiscentas de mascavado macho, mil e quatrocentas de branco batido, mil e cem de mascavado batido; e gastam-se na terra duzentas de várias castas.

No Rio de Janeiro, fazem-se, um ano por outro, dez mil e duzentas e vinte. As dez mil e cem vão para o Reino, a saber: cinco mil e seiscentas de branco macho, duas mil e quinhentas de mascavado

macho, mil e duzentas de branco batido, oitocentas de mascavado batido; e ficam na terra cento e vinte de várias castas, para o gato dela.

E juntas todas estas caixas de açúcar que se fazem um ano por outro no Brasil, vêm a ser trinta e sete mil e vinte caixas.

CAPÍTULO XI

Que custa uma caixa de açúcar de trinta e cinco arrobas,
posta na alfândega de Lisboa e já despachada,
e do valor de todo o açúcar que cada ano se faz no Brasil.

DO ROL QUE SE SEGUE, constará primeiramente, com exata distinção, o custo que faz uma caixa de açúcar branco macho de trinta e cinco arrobas, desde que se levanta em qualquer engenho da Bahia, até se pôr na alfândega de Lisboa, e pela porta dela fora; e logo o que custa uma de mascavado macho, uma de branco batido e uma de mascavado batido. Em segundo lugar, o resumo do valor de todo o açúcar que cada ano se faz nas safras da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Custos de uma caixa de açúcar branco macho de trinta e cinco arrobas

Pelo caixão no engenho, ao menos	1\$200
Por se levantar o dito caixão	\$050
Por 86 pregos para o dito caixão	\$320
Por 35 arrobas de açúcar a 1\$600	56\$000
Por carroto à beira-mar	2\$000
Por carroto do porto do mar até o trapiche	\$320
Por guindaste no trapiche	\$080
Por entrada no mesmo trapiche	\$080
Por aluguel do mês no dito trapiche	\$020
Por se botar fora do trapiche	\$160
Por direitos do subsídio da terra	\$300
Por direito para o forte do mar	\$080
Por frete do navio a 20\$	11\$520
Por descarga em Lisboa, para a alfândega	\$200
Por guindaste na ponte da alfândega	\$040
Por se recolher da ponte para o armazém	\$060
Por se guardar na alfândega	\$050
Por cascavel de arquear, por cada arco	\$080
Por obras, taras e marcas	\$060

Por avaliação e direitos grandes, a 800 réis, e a 20 por 100	5\$600
Por consulado a 3 por 100	\$840
Por combói a 140 réis por arroba	4\$900
Por maioria	\$600
O que tudo importa	<u>84\$560</u>

Custos de uma caixa de açúcar mascavado macho
de trinta e cinco arrobas

Por 35 arrobas do dito açúcar a 1\$000	35\$000
Por avaliação e direitos, a 450 réis e a 20 por 100	3\$150
Por consulado a 3 por 100	\$472
Por todos os mais gastos	22\$120
O que tudo importa	<u>60\$742</u>

Custos de uma caixa de açúcar branco batido
de trinta e cinco arrobas

Por 35 arrobas do dito açúcar a 1\$200	42\$000
Por avaliação e direitos a 600 réis e a 20 por 100	4\$720
Por consulado a 3 por 100	\$648
Por todos os mais gastos	22\$120
O que tudo importa	<u>69\$488</u>

Custos de uma caixa de açúcar mascavado batido
de trinta e cinco arrobas

Por 35 arrobas do dito açúcar a 640 réis	22\$400
Por avaliação e direitos, a 300 réis e a 20 por 100	2\$100
Por consulado a 3 por 100	\$315
Por todos os mais gastos	22\$120
O que tudo importa	<u>46\$935</u>

Caixas de açúcar que ordinariamente se tiram cada ano da Bahia;
e o que importa o valor delas a 35 arrobas

Por 8.000 caixas de branco macho a 84\$560	676:480\$000
Por 3.000 caixas de mascavado macho a 60\$742	182:226\$000
Por 1.800 caixas de branco batido a 69\$488	125:078\$400
Por 1.200 caixa de mascavado batido, a 46\$935	56:322\$000
Por 500 caixas que se gastam na terra, a 60\$200	30:100\$000
São 14.500 caixas, e importam	<u>1.070:206\$400</u>

Caixas de açúcar que ordinariamente se tiram cada ano de Pernambuco;
e o que importa o valor delas, a 35 arrobas

Por 7.000 caixas de branco macho a 78\$420	548:940\$000
--	--------------

Por 2.600 caixas de mascavado macho a 54\$500	141:700\$000
Por 1.400 caixas de branco batido a 63\$200	88:480\$000
Por 1.100 caixas de mascavado batido a 39\$800	43:780\$000
Por 200 caixas que se gastam na terra, a 56\$200	11:240\$000
São 12.300 caixas, e importam	<u>834:140\$000</u>

Caixas de açúcar que ordinariamente se tiram cada ano do Rio de Janeiro;
e o que importa o valor delas a 35 arrobas

Por 5.600 caixas de branco macho a 72\$340	405:104\$000
Por 2.500 caixas de mascavado macho a 48\$220	120:550\$000
Por 1.200 caixas de branco batido a 59\$640	71:568\$000
Por 800 caixas de mascavado batido a 34\$120	27:296\$000
Por 120 caixas para o gasto da terra, a 52\$320	6:278\$400
São 10.220 caixas, e importam	<u>630:796\$100</u>

Resumo do que importa todo o açúcar

O da Bahia, mil e setenta contos, duzentos e seis mil e quatrocentos réis	1.070:206\$400
O de Pernambuco, oitocentos e trinta e quatro contos, cento e quarenta mil-réis	834:140\$000
O do Rio de Janeiro, seiscentos e trinta contos, setecentos e noventa e seis e quatrocentos réis	630:796\$400
Soma todo dous mil, quinhentos e trinta e cinco contos, cento e quarenta e dous mil e oitocentos réis	<u>2.535:142\$800</u>

CAPÍTULO XII

Do que padece o açúcar desde o seu nascimento
na cana, até sair do Brasil.

É REPARO SINGULAR dos que contemplam as cousas naturais ver que as que são de maior proveito do gênero humano não se reduzem à sua perfeição sem passarem primeiro por notáveis apertos; isto se vê bem na Europa no pano de linho, no pão, no azeite e no vinho, frutos da terra tão necessários, enterrados, arrastados, pisados, espremidos e moídos antes de chegarem a ser perfeitamente o que são. E nós muito mais o vemos na fábrica do açúcar, o qual, desde o primeiro instante de se plantar, até chegar às mesas e passar entre os dentes a sepultar-se no estômago dos que o comem, leva uma vida cheia de tais e tantos martírios que os que inventaram os tiranos lhes não ganham vantagem. Porque se a terra, obedecendo ao império do Criador, deu liberalmente a cana para regalar com a sua doçura aos paladares dos homens, estes, desejosos de multiplicar em si deleites e gostos, inventaram contra a mesma cana, com seus artificios, mais de cem instrumentos para lhe multiplicarem tormentos e penas.

Por isso, primeiramente fazem em pedaços as que plantam e as sepultam assim cortadas na terra. Mas, tornando logo quase milagrosamente a ressuscitar, que não padecem dos que a vêem sair com novo alento e vigor? Já abocanhadas de vários animais, já pisadas das bestas, já derrubadas do vento, e alfim descabeçadas e cortadas com fouces. Saem do canavial amarradas; e, oh!, quantas vezes antes de saírem são vendidas! Levam-se, assim presas, ou nos carros ou nos barcos à vista das outras, filhas da mesma terra, como os réus, que vão algemados para a cadeia, ou para o lugar do suplício, padecendo em si confusão e dando a muitos terror. Chegadas à moenda, com que força e aperto, postas entre os eixos, são obrigadas a dar quanto têm de substância? Com que desprezo se lançam seus corpos esmagados e despedaçados ao mar? Com que impiedade se queimam sem compaixão no bagaço? Arrasta-se pelas bicas quanto humor saiu de suas veias e quanta substância tinham nos ossos; trateia-se e suspende-se na

guinda, vai a ferver nas caldeiras, borrifado (para maior pena) dos negros com decoada; feito quase lama no cocho, passa à fartar às bestas e aos porcos, sai do parol escumado e se lhe imputa a bebedice dos borrachos. Quantas vezes o vão virando e agitando com escumadeiras medonhas? Quantas, depois de passado por coadores, o batem com batedeiras, experimentando ele de tacha em tacha o fogo mais veemente, às vezes quase queimado, e às vezes desafogueado algum tanto, só para que chegue a padecer mais tormentos? Crescem as bateduras nas têmeperas, multiplica-se a agitação com as espátulas, deixa-se esfriar como morto nas formas, leva-se para a casa de purgar, sem terem contra ele um mínimo indício de crime, e nela chora, furado e ferido a sua tão malograda doçura. Aqui, dão-lhe com barro na cara; e, para maior ludíbrio, até as escravas lhe botam, sobre o barro sujo, as lavagens. Correm suas lágrimas por tantos rios quantas são as bicas que as recebem; e tantas são elas, que bastam para encher tanques profundos. Oh, crueldade nunca ouvida! As mesmas lágrimas do inocente se põem a ferver e a bater de novo nas tachas, as mesmas lágrimas se estilam à força de fogo em lambique; e, quanto mais chora sua sorte, então tornam a dar-lhe na cara com barro, e tornam as escravas a lançar-lhe em rosto as lavagens. Sai desta sorte do purgatório e do cárcere, tão alvo como inocente; e sobre um baixo balcão se entrega a outras mulheres, para que lhe cortem os pés com facões; e estas, não contentes de lhes cortarem, em companhia de outras escravas, armadas de toletes, folgam de lhes fazer os mesmos pés em migalhas. Daí, passa ao último teatro de seus tormentos, que é outro balcão, maior e mais alto, aonde, exposto a quem quiser maltratar, experimenta o que pode o furor de toda a gente sentida e enfadada do muito que trabalhou andando atrás dele; e, por isso, partido com quebradores, cortado com facões, despedaçado com toletes, arrastado com rodos, pisado dos pés dos negros sem compaixão, farta a crueldade de tantos algozes quantos são os que querem subir ao balcão. Examina-se por remate na balança do maior rigor o que pesa, depois de feito em migalhas; mas os seus tormentos gravíssimos, assim como não têm conta, assim não há quem possa bastantemente ponderá-los ou descrevê-los. Cuidava eu que, depois de reduzido ela a este estado tão lastimoso, o deixassem; mas vejo que, sepultado em uma caixa, não se fartam de o pisar com pilões, nem de lhe dar na cara, já feita em pó, com um pau. Pregam-no finalmente e marcam com fogo ao sepulcro em que jaz; e, assim pregado e sepultado, torna por muitas vezes a ser vendido e revendido, preso, confiscado e arrastado; e, se livra das prisões do porto, não livra das tormentas do mar, nem do degredo, com imposições e tributos, tão seguro de ser comprado e vendido entre cristãos como arriscado a ser levado para Argel entre mouros. E, ainda assim, sempre doce e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mezinhas aos enfermos e grandes lucros aos senhores de engenho e aos lavradores que o perseguiram e aos mercadores que o compraram e o levaram degradado nos portos e muito maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas.

SEGUNDA PARTE

Cultura e Opulência do Brasil
na lavra do tabaco

CAPÍTULO I

Como se começou a tratar no Brasil da planta do tabaco,
e a que estimação tem chegado.

SE O AÇÚCAR DO BRASIL o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura. Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia; e vendo o primeiro que a plantou o lucro, posto que moderado, que então lhe deram umas poucas arrobas, mandadas com alguma esperança de algum retorno a Lisboa, animou-se a plantar mais, não tanto por cobiça de negociante, quanto por se lhe pedir dos seus correspondentes e amigos que a repartiam por preço acomodado, porém já mais levantado. Até que, imitado por vizinhos, que com ambição a plantaram e enviaram em maior quantidade, e, depois, de grande parte dos moradores dos campos, que chamam da Cachoeira, e de outros do sertão da Bahia, passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação que, hoje saem desta América meridional para o Reino de Portugal e para os outros reinos e repúblicas de nações estranhas. E, desta sorte, uma folha antes desprezada, e quase desconhecida, tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incríveis emolumentos aos erários dos príncipes.

Desta, pois, falaremos agora, mostrando primeiramente como se semeia e planta, como se alimpa e colhe, como se beneficia e cura, como se enrola e despacha na alfândega. 2. Como se pisa e se lha dá o cheiro, qual é melhor para mascar, qual para o cachimbo e qual para se pisar, e se o granido ou o em pó. 3. Do uso moderado dele para a saúde, e do imoderado e vicioso na quantidade, no lugar e no tempo. 4. Dos rolos que cada ano ordinariamente se embarcam do Brasil para Portugal, do valor dele na Bahia e no Reino, das penas para se não mandar ou introduzir sem despacho, e dos artificios para se passar de contrabando, não obstante a vigilância dos guardas, assim dentro, como fora de Portugal. E, finalmente, do rendimento deste contrato e da repartição do tabaco por todas as partes do mundo. Tudo conforme as notícias certas que procurei e me deram os mais inteligentes e mais versados nesta lavra, aos quais, no que direi, me reporto.

CAPÍTULO II

Em que consiste a lavra do tabaco, e de como se semeia,
planta e alimpa, e em que tempo se há de plantar.

TODA A LAVRA E CULTURA DO TABACO consiste, por sua ordem, em se semear, plantar, alimpar, capar, desfólar, colher, espinicar, torcer, virar, ajuntar, enrolar, encourar e pisar; e de tudo isto iremos falando nos capítulos seguintes. E, começando neste pela planta: semeia-se esta em canteiros bem esterçados, ou em queimadas feitas no mato, aonde há terra conveniente para isso e aparelhadas no mesmo ano em que há de semear. O tempo em que comumente se semeia são os meses de maio, junho e julho; e, depois de nascida a semente, nasce também com ela algum capim, o qual se tira com tento, que se não arranque por descuido com o capim vicioso a planta inocente.

Tento a planta já um palmo, ou pouco menos, de altura, se passa dos canteiros, aonde nasceu, para os cercados ou currais, aonde se há de criar, cuja terra, quanto mais esterçada, é melhor. Mas, se nos ditos currais morou por muito tempo o gado, há-se de tirar antes alguma parte do esterco, para que a força dele, ainda não curtido do tempo, não queime a planta, em vez de a ajudar.

Distribui-se a dita terra em regos, com riscador, para que a planta fique vistosa. A distância de um rego de outro é de cinco palmos, e a das plantas entre si é de dous palmos e meio, para que se possam estender e crescer folgadamente, sem uma ser de embaraço à outra. Plantam-se em covas de um palmo, quando cava a enxada metida; e estas se enchem de terra bem esterçada e com vigilância e cuidado se corre a dita planta todos os dias para ver se tem lagarta, e esta logo se mata, para a não comer, sendo

tenra. Os inimigos da planta são, ordinariamente, além da lagarta, a formiga, o pulgão e o grilo. A lagarta, em pequena, corta-lhe o pé ou raiz debaixo da terra, e, em crescendo, corta-lhe as folhas. O mesmo faz também a formiga, e por isso se põem nos regos, onde esta aparece, outras folhas de mandioca ou aroeira, para que delas comam as formigas e não cheguem a cortar e comer as do tabaco que, sendo cortadas desta sorte, não servem. O pulgão, que é um mosquito preto, pouco maior que uma pulga, faz buracos nas folhas e estas, assim furadas, não prestam para se fazer delas torcida. O grilo, enquanto a planta é pequena, a corta rente da terra, e, sendo já crescida, também se atreve a corta-lhe as folhas.

Sendo a folha já bastante crescida, se lhe chega ao pé aquela terra que se tirou das covas em que foi plantada, daquela parte que ficou arrumada mais alta; porém, em tempo de inverno, não se aperta muito, porque toda está úmida; no verão, aperta-se mais, para que a terra a defenda e a umidade, posto que menor, lhe dê o primeiro alimento. E isto faz quem a planta.

Estando a planta em sua conta, com oito ou nove folhas, conforme a força com que vem crescendo, se lhe tira o olho de cima, ou grelo, antes de espigar, o que, por outra frase, chamam capar. E porque faltando-lhe este olho, nasce em cada pé das folhas outro olho, todos estes olhos se hão de botar fora (e a isto chamam desolhar) para que não tirem sustância às folhas. E esta diligência se faz pelo menos de oito em oito dias; e mais freqüentemente se visitam e correm os regos para tirar o capim, até estarem as folhas sazoadas, o que se conhece por aparecerem nelas umas nódoas amarelas, ou por estar já preto por dentro o pé da folha, o que comumente sucede ao quarto mês depois de postas em suas covas as plantas.

CAPÍTULO III

Como se tiram e curam as folhas do tabaco; como delas se fazem e beneficiam as cordas.

QUEBRAM-SE AS FOLHAS rente da hástrea com o talo, e juntas em casa se deixam estar assim por vinte e quatro horas, pouco mais ou menos; e logo antes de se esquentarem e secarem, se dependuram duas e duas pelo pé, medidas entre a palha (de que constam as casas em que se beneficiam) e as varas, ou, em outra parte, aonde lhes dê o vento mas lhe não cheguem o sol, porque se este lhes chegasse, logo se secariam e perderiam a sustância. E, tanto que estiverem enxutas em sua conta, que pouco mais ou menos será depois de estarem assim dependuradas dous dias, se botam no chão, e se lhes tira a maior parte do talo pela parte inferior, com o devido cuidado, para que não se rasgue com o desvio do talo; e a isto chamam espinicar. E então se dobram pelo meio das melhores, que hão de servir de capa para a corda que se há de fazer de todas as mais folhas. E advirta-se que as folhas que se tiraram em um dia não se hão de misturar senão com as que se tirarem no dia seguinte, para que sejam igualmente sazoadas; e, se não forem assim, umas prejudicarão ao bom concerto das outras.

Curadas as folhas e tirado já o talo, como está dito, delas se faz uma corda da grossura quase de três dedos. E, para isso, haverá roda e um torcedor estendido, para que a corda fique unida, igual e forte, e atrás dele estará outro, colhendo a torcida sobre um pau ou sobre o aparelho, como qualquer outra corda simples e não como as que se fazem de cordões; e junto do torcedor vão os rapazes, que dão as folhas para se torcerem em corda.

CAPÍTULO IV

Como se cura o tabaco depois de torcido em corda.

FEITA A CORDA do comprimento que quiserem e enrodilhada em um pau, se desenrola cada dia, a saber, pela manhã e à noite, e passa-se a outro pau, para que não arda; e na passagem se vai torcendo e apertando brandamente, para que fique bem ligada e dura. E, tanto que ficar preta, vira-se só uma vez cada dia; e, como se vai aperfeiçoando, se diminuem as viraduras, até ficar em estado que se possa recolher sem temor de que apodreça. E comumente este benefício costuma durar quinze ou vinte dias, conforme vai o tempo mais ou menos úmido ou seco.

Segue-se atrás disto o que chamam ajuntar, que vem a ser pôr três bolas de corda de tabaco em um pau, aonde fica até que chegue o tempo de enrolar. E, entretanto, guardam-se estas bolas no tendal, que é

como um andaime alto, com seus regos embaixo, para receberem a calda que botam de si essas bolas e esta se ajunta e guarda para depois usar dela, quando for tempo de enrolar.

O último benefício que se lhe faz é o seguinte: tempera-se a calda do mesmo tabaco com seus cheiros de erva doce, alfavaca e manteiga de porco; e quem faz manojos de encomenda bota-lhe almíscar ou âmbar, se o tem; e por esta calda misturada com mel de açúcar (quanto mais grosso, melhor) se passa a mesma corda de tabaco uma vez, e logo se fazem rolos, do modo seguinte.

CAPÍTULO V

Como se enrola e encoura o tabaco, e que pessoas se ocupam em toda a fábrica dele, desde a sua planta até enrolar.

PARA ENROLAR O TABACO, dobram a corda já curada e melada, de comprimento de três palmos, sobre uma estaca não muito grossa e leve, que nas extremidades tem quatro taboinhas em cruz, sobre as quais, dobrada e segurada de uma e outra parte a dita corda, se vai enrolando até o fim, puxando sempre bem e unindo uma dobra com outra, de sorte que não fique vão algum entre as dobras. E para que as cabeças fiquem sempre direitas, além das cruzetas que levam, lhes vão metendo folhas de urucuri nos vãos, para que fiquem bem unidas com as dobras de dentro.

Acabado o rolo, se cobre primeiramente com folhas de caravatá secas, amarradas com embira; e depois se lhe faz uma capa de Couto da medida do rolo, a qual, cosida e apertada muito bem, marca-se com a marca do seu dono. E desta sorte vão os rolos por terra em carros e por mar em barcos a serem despachados na alfândega, antes de se meterem nas naus. E cada rolo pesa comumente oito arrobas.

Vindo agora a falar das pessoas que se ocupam na fábrica e cultura do tabaco, ela é tal que a todos dá que fazer, porque nela trabalham grandes e pequenos, homens e mulheres, feitores e servos. Mas, nem todos servem para qualquer ministério, dos que acima ficam referidos. Para semear e plantar a folha é necessário que seja pessoa que entenda disso, para que se guarde bem o modo, a direitura e a distância, assim do rego como das covas. O cavar as covas pertence aos que andam no serviço com a enxada; os rapazes botam os pés das plantas, a saber, um em cada uma das covas, que já ficam feitas. E o que planta, aperta-lhe a terra ao pé mais ou menos, conforme a umidade dela. Toda a gente se ocupa a catar a lagarta duas vezes no dia, a saber, pela madrugada e depois de estar o sol posto, porque de dia está debaixo da terra, e o sinal de estar aí é o achar-se alguma folha cortada de noite. Chegar-lhe a terra com a enxada é trabalho dos grandes. Capar a planta já crescida, isto é, tirar-lhe o olho ou grelo na ponta da hastea é ofício de negros mestres. Desolhar, que vem a ser tirar os outros olhos que nascem entre cada folha aonde se pega com a hastea, fazem pequenos e grandes. Apanhar ou colher as folhas é de quem sabe conhecer quando é tempo, pelo sinal que tem a folha aonde se pega com a hastea, que é o ser aí de cor preta. Toda a gente de serviço se ocupa em dependurar as folhas nos altos, e isto se faz comumente de noite. Pinicar ou espincar ou espicar, que tudo é o mesmo, e vem a ser tirar o talo às folhas do tabaco, é trabalho leve, de pequenos e grandes. Torcer as folhas, fazendo delas corda, encomenda-se a algum negro mestre; e o que anda com a roda ou engenho de torcer há de ser negro robusto; e também botar a capa à corda, para que fique bem redonda, é obra de negro experimentado. Os rapazes dão ao torcedor as folhas e também as capas ao que vai cobrindo com as melhores a corda, e o mesmo que bota as capas é o que enrola. O passar as cordas de um pau para outro corre por conta de dous negros, dos quais um está no virador e outro vai desandando a corda enrolada no pau. Os que viram ou mudam a corda de um pau para outro são negros mestres, e em cada virador são necessários três: um que largue a corda, outro que a colha e outro que ande no virador. Ajuntar, que é por a corda de três bolas em um pau, é obra de negros mais destros, e são três, e às vezes quatro, porque não basta um só no virador, mas há mister dous, para que apertem bem a corda. Enrolar, finalmente, é ocupação de bons oficiais, para que fique a obra segura.

CAPÍTULO VI

De segunda e terceira folha do tabaco, e de diversas qualidades dele, para se mascar, cachimbar e pisar.

TUDO O QUE ESTÁ DITO ATÉ AQUI do tabaco, que chamam da primeira folha, e vale o mesmo que o da primeira colheita, se há de entender também do da segunda e terceira folha, se a terra ajudar para tanto

e for para isso ajudada com o beneficio do tempo e do esterco. Portanto, tiradas todas as primeiras folhas, corta-se a háslea menos de um palmo sobre a terra, para que brotem as segundas; e, crescendo elas, se lhes tiram (como está dito acima) os olhos dos troncos e o capim dos regos; e o mesmo beneficio que se fez às primeiras folhas, se faz às da segunda colheita. E, se a terra for forte, faz-se a terceira e multiplicam-se os rolos.

O tabaco da primeira folha é o melhor, o mais forte, o que mais dura, e este serve para o cachimbo e para mascar e pisar. O fraco, para se mascar não serve, e só presta para se beber no cachimbo. Os que o quiserem pisar, hão de ajuntar ao melhor aqueles talos que se tiram das folhas, depois de estarem bem secos, porque estes, pisados com as folhas, fazem ao tabaco forte e de boa cor. E, para o tabaco em pó, o das Alagoas de Pernambuco e o dos Campos da Cachoeira e das Capivaras é o melhor.

CAPÍTULO VII

Como se pisa o tabaco; do granido e em pó;
e como se lha dá o cheiro.

PARA SE PISAR O TABACO, há de ser bem seco, ou ao sol, ou em bacias, ou fornos de cobre, com atenção para que não queime, e, por isso, se há de mexer continuamente; e os pilões em que se pisa hão de ser de pedra-mármore, com as mãos de pisar de pau. Pisado, peneira-se, e o que estiver capaz, se tira à parte, e o mais grosso se torna a pisar, até se reduzir em pó. E este é o que comumente mais se procura e se estima.

Do granido se usa muito na Itália, e faz-se desta sorte. Toma-se o tabaco já feito em pó, e põe-se em um alguidar vidrado, bota-se-lhe em quantidade moderada algum mel ou calda de tabaco, e se esta for muito grossa, se fará líquida, com um pouco de vinho. Depois, para que se vá incorporando, se mexe muito bem e, mexido, se levanta e meneia-se entre as mãos, como que faz bolinhos; e, estando assim úmido, se passa por uma oropema fina e nesta passagem pelos buraquinhos da oropema se formam os granidos, como os da pólvora fina, e fica o tabaco granido. E o que não passa pelo oropema, por ser ainda grosso, torna-se a menear, como está dito, entre as mãos, até ser capaz de passar. Passado, se seca ao sol sem se mexer, para que não torne a amassar-se e perca o ser de granido.

Depois de o tabaco granido estar seco, se lhe quiserem dar algum cheiro, borriafa-se com água cheirosa, ou põe-se no mesmo vaso em que se recolheu uma baunilha inteira, ou alguma quantidade de âmbar, ou de algália ou almíscar. Porém, o tabaco empó não é capaz de ser borrifado com água cheirosa, porque com ela se amassaria e não ficaria, como se pretendeu, solto em pó.

O tabaco que se pisa no Brasil vai sem mistura, singelo e legítimo em tudo; e, por isso, tanto se estima. Mas, o que se pisa em algumas partes da Europa, vende-se tão viciado que apenas merece o nome de tabaco, pois com ele até as cascas de laranja se pisam.

CAPÍTULO VIII

Do uso moderado do tabaco para a saúde, e da demasia
nociva à mesma saúde, de qualquer

modo que use dele.

OS QUE SÃO DEMASIADAMENTE AFEIÇOADOS ao tabaco o chamam erva santa, nem há epíteto de louvor que lhe não dêem para defender o excesso digno de repreensão e de nota. Homens há que, não podem viver sem este quinto elemento, cachimbando a qualquer hora em casa e nos caminhos, mascando as suas folhas, usando de torcidas e enchendo os narizes deste pó. E esta demasia não somente se vê nos marítimos e nos trabalhadores de qualquer casta, forros e escravos, os quais estão persuadidos que só com o tabaco hão de ter alento e vigor, mas também em muitas pessoas nobres e ociosas, nos soldados dentro do corpo da guarda, e em não pouco eclesiásticos, clérigos e religiosos, na opinião dos quais toda essa demasia se defende, ainda quando se vê manifestamente que não se usa por mezinha, mas por dar gosto a um excessivo mal habituado prurito. Eu, que de modo algum uso dele, ouvi dizer que o fumo do cachimbo, bebido pela manhã em jejum moderadamente, desseca as umidades do estômago, ajuda para a digestão e não menos para a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece fluxo asmática e diminui a dor insuportável dos dentes.

O mascá-lo não é tão sadio, porém, assim como mascado pela manhã, em jejum, moderadamente, serve para dessecar a abundância dos humores do estômago, assim ousa imoderado o relaxa; e, pela continuação, obra menos, altera o gosto, faz grave o bafo, negros os dentes, e deixa os beiços imundos.

Usam alguns de torcidas dentro dos narizes, para purgar por esta via a cabeça e para divertir os estílicídio que vaia a cair nas gengivas e causa dores de dentes, e, postas pela manhã e à noite, não deixam de ser de proveito. Só se encomenda, aos que usam delas, o evitarem a indecência que causa o aparecer com elas fora dos narizes e com uma gota de estílicídio sempre manante, que suja a barba e causa nojo a quem com eles conversa.

Sendo o tabaco em pó o mais usado, é certamente o menos sadio, assim pela demasia com que se toma, que passa de mezinha a ser vício, como por impedir o mesmo costume excessivo dos bons efeitos que se pertendem e que talvez causaria se o uso fosse mais moderado. Deixando, porém, de reparar nesta viciosa superfluidade, só lembro quando dous Sumos Pontífices, Urbano VIII e Inocêncio X, estranharam o usar dele nas igrejas, pela indecência que repararam e julgaram ser este intolerável abuso digno de se notar e estranhar nos seculares e mais nos eclesiásticos pouco acautelados, ainda quando assistem no coro aos officios divinos, e muito mais nos religiosos, que devem dar exemplo a todos (e maiormente nos lugares sagrados) de gravidade e modéstia. E, por isso, ambos os sobreditos pontífices chegaram a proibi-lo, com excomunhão maior; o primeiro, com um breve de 30 de janeiro do ano de 1642, o proibiu na igreja de São Pedro em Roma e no adro e alpendre do dito templo, o segundo com outro breve, debaixo da mesma pena, aos 8 de janeiro de 1650, nas igrejas de todo um arcebispado em que se ia introduzindo esta demasia com escândalo. E, em algumas religiões mais observantes, se proibiu o uso público do tabaco nas igrejas, com privação de voz ativa e passiva, isto é, sob pena de não poderem ser eleitos os transgressores nem poderem escolher a outros para superiores e para outros officios da Ordem.

CAPÍTULO IX

Do modo com que se despacha o tabaco na
alfândega da Bahia.

BENEFICIADO E ENROLADO O TABACO, e pago o seu dízimo a Deus, que é de vinte arrobas uma (e rende este dízimo, um ano por outro, dezoito mil cruzados, como consta do arrendamento do dízimo que se tira da Cachoeira da Bahia, e suas freguesias anexas, fora o que se lavra pelas mais partes do sertão dela em Sergipe del Rei, Cotinguiba, Rio Real, Ihanmbupe, Montegordo e Torre, que apartado do rendimento do dízimo do açúcar e mais meunças rende dez até doze mil cruzados), vem pagando seus carros e fretes para a cidade da Bahia até se meter em uma sua própria alfândega, aonde se despacham para Lisboa um ano por outro, de vinte e cinco mil rolos para cima, os quais pagam, por um contrato da Câmara, a setenta réis por cada rolo, e destes tem El-Rei a terceira parte, e as duas são para o presidio da mesma cidade, que importam cinco mil cruzados.

Pagam mais a uma balança a três réis por arroba, que a Câmara arrenda da mesma forma já dita, e importa mil e duzentos cruzados.

Deste tabaco se permite a extração de treze mil arrobas para a navegação da costa da Mina, que se arrumam em cinco mil rolos pequenos de três arrobas, os quais também pagam a setenta réis por cada rolo para o sobredito contrato da Câmara, e importa mil cruzados.

Destas treze mil arrobas se pagam por dízimo a El-Rei quatro vinténs por arroba e pagam-se na Casa dos Contos, o que importa três mil cruzados.

Vão para o Rio de Janeiro, todos os anos, três mil arrobas, as quais nada pagam na Bahia, mas vão pagar no dito Rio de Janeiro vinte e cinco mil cruzados cada ano, por contrato de El-Rei, o qual pouco mais ou menos por tanto se arrenda.

E tudo o que neste capítulo do despacho do tabaco está dito, uimporta sessenta e cinco mil e duzentos cruzados.

CAPÍTULO X

Que custa um rolo de tabaco de oito arrobas posto da Bahia
na alfândega de Lisboa e já despachado
e corrente para sair dela.

O rolo do tabaco	8\$000
O couro e o enrolado nele	1\$300
O frete para o porto da Cachoeira	\$550
O aluguer no armazém da Cachoeira	\$040
O frete para a cidade da Bahia	\$080
A descarga no armazém da cidade	\$020
O aluguer no armazém da cidade	\$040
O chegar à balança do peso	\$010
O pesar, a dez réis por rolo e botar fora	\$010
O peso da balança, a três réis por arroba	\$024
Direitos e fretes e mais gastos em Lisboa	2\$050
<hr/>	
O que tudo importa doze mil, cento e vinte e quatro réis	12\$124
Vão ordinariamente, cada ano, da Bahia, vinte e cinco mil rolos de tabaco; e a doze mil, cento e vinte e quatro réis, importam trezentos e três contos e cem mil-réis	303:100\$000
Vão, ordinariamente, cada ano, das Alagoas de Pernambuco, dous mil e quinhentos rolos; e a dezasseis mil, seiscentos e vinte réis, por ser melhor o tabaco, importam quarenta e um contos, quinhentos e cinquenta mil-réis	41:550\$000
<hr/>	
Importa todo este tabaco trezentos e quarenta e quatro contos, seiscentos e cinquenta mil-réis	344:650\$000
E, reduzidos a cruzados, são oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco cruzados.	

CAPÍTULO XI

Da estimação do tabaco do Brasil na Europa e nas mais
partes do mundo, e dos grandes emolumentos que dele
tira a Fazenda Real.

DO QUE ATÉ AGORA SE TEM DITO, facilmente se pode entender a estimação e valor a que tem chegado o tabaco, e, mais particularmente, o do Brasil. Pois (como disse ao princípio), havendo pouco mais de cem anos que se começou a plantar e beneficiar na Bahia, foram as primeiras arrobas que se mandaram a Lisboa, como uma sementeira de desejos, para que cada ano se pedissem logo e se mandassem mais e mais arrobas. E, passando de mimo a ser mercancia, hoje apenas os tantos milhares de rolos que levam as frotas são bastante para satisfazer ao apetite de todas as nações, não somente da Europa, mas também das outras partes do mundo, donde encarecidamente se procuram. Vale uma libra de tabaco pisado, em Lisboa, de vinte até vinte e quatro tostões, conforme é mais ou menos fino, e o que El-Rei tira deste contrato cada ano são dous milhões e duzentos mil cruzados. Nem hoje têm os príncipes da Europa contrato de maior rendimento, pela muita quantidade de tabaco que se gasta em todas as cidades e vilas.

Sirva de prova o que conta Engelgrave no primeiro tomo da *Luz Evangélica*, na dominga quinta depois do Pentecoste, ao § I, alegando por testemunho do que diz ao historiador Barnabé de Rijcke, como certamente informado. Diz, pois, este autor, que na cidade de Londres, cabeça da Grã-Bretanha, povoada

de mais de oitocentas mil almas, passam as vendas do tabaco o número de sete mil; e, dando que cada uma destas não venda mais cada dia que um florim e meio de tabaco, importará o que se vende cada dia dez mil e quinhentos florins, os quais, reduzidos à moeda portuguesa, em que cada florim são dous tostões, importam cinco mil e duzentos e cinqüenta cruzados. E, conseqüentemente, o que se vende só em Londres, em um ano, que consta de trezentos e sessenta e cinco dias, importa um milhão, novecentos e dezasseis mil, duzentos e cinqüenta cruzados. E a que soma chegará o que se vende cada ano em toda Grã-Bretanha, em Flandres, em França, em toda Espanha e em Itália? Para não falar em outras partes e do que vai para fora da Europa, particularmente às Índias, Oriental e Ocidental, procurando-se o do Brasil, por mais perfeito e melhor curado, em maior quantidade da que se lhe pode mandar, por não faltarem os comissários aos mercadores que tratam de prover as partes mais próximas.

CAPÍTULO XII

Das penas dos que levam tabaco não despachado
nas alfândegas, e das indústrias de que se usa
para se levar de contrabando.

QUALQUER DESCAMINHO DO TABACO, por qualquer destas partes do Brasil, fora do registro e guias, debaixo do que tudo vai despachado, tem por pena a perda do tabaco e da embarcação em que se achar e mais cinco anos de degredo para Angola ao autor desta culpa. Porém, muito maiores são as penas que têm os transgressores do bando em Portugal. E em outros reinos são tantas e tão graves que a cada passo são causa da ruína de muitas famílias. E, quanto mais rigorosas são estas penas, tanto maior prova são do muito a que subiu o contrato e do grande lucro que têm dele todos os príncipes.

Mas, ainda maior prova do grande valor e lucro que dá o tabaco, é o perderem muitos, por ambição, o temor destas penas, arriscando-se a elas com desprezo do perigo de se verem compreendidos nas mesmas misérias a que outros se reduziram por serem tão confiados. E, para isso, parece que não há indústria de que se não use para embarcar e tirar das embarcações às escondidas, à vista dos mesmos ministros que como Argos de cem olhos vigiam quando não são juntamente Briaréus de cem mãos para receber e mais mudos que os peixes para calar. Para apontar algumas destas indústrias, direi, por relação dos casos em que se apanharam não poucos, que uns mandaram o tabaco dentro das peças da artilharia, outros dentro das caixas e fechos do açúcar, outros arremedando as caras também de açúcar, muito bem encouradas. Serviram-se outros dos barris de farinha da terra, dos de breu e dos de melado, cobrindo com a superfície mentirosa o que ia dentro em folhas-de-flandres. Outros valeram-se das caixas de roupas, fabricadas a dous sobrados, para dar lugar a esconderijos, de frasqueiras que estão à vista, pondo entre os frascos de vinho outros também, de tabaco. Quanto foi e vai cada ano nas obras mortas e forros das câmeras e das varandas das naus? Quanto nas curvas que para isso nas partes mais escuras se forram? E não faltou quem lhe desse lugar até dentro de umas imagens ocas de santos, assim como uns carpinteiros de navios o esconderam em paus ocos, misturados entre os outros de que costumam valer-se. Deixo o que entra e sai em algibeiras grandes de couro dos que vão e vêm das naus para os portos, com repetidas idas e voltas, debaixo de lobs e túnicas, e o que se arrasta debaixo dos batéis e das pipas da aguada pelas ondas do mar. Nunca acabaríamos, se quiséssemos relatar as invenções que sugeriu a cautela ambiciosa, porém sempre arriscada e muitas vezes descoberta, com sucesso infeliz. O que claramente prova a estimação, o apetite e a esperança do lucro, que ainda entre riscos acompanha ao tabaco.

TERCEIRA PARTE

Cultura e Opulência do Brasil
pelas minas do ouro

CAPÍTULO I

Das minas do ouro que se descobriram no Brasil

FOI SEMPRE FAMA CONSTANTE que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata. Mas, também, houve sempre bastante descuido de as descobrir e de aproveitar-se delas, ou porque, contentando-se os moradores com os frutos que dá a terra abundantemente na sua superfície, e com os peixes que se pescam nos rios grandes e aprazíveis, não tratavam de divertir o curso natural destes, para lhes examinarem o fundo, nem de abrir àquela as entranhas, como persuadiu a ambição insaciável a outras muitas nações, ou porque o gênio de buscar índios nos matos os desviou desta diligência menos escrupulosa e mais útil.

Na vila de São Paulo há muita pedra usual, para fazer paredes e cercas, a qual, com a cor, com o peso e com as veias que tem em si, mostra manifestamente que não desmerece o nome que lhe deram de pedra-ferro, e que donde ela se tira, o há. O que também confirma a tradição de que já se tirou quantidade dele e se achou ser muito bom para as obras ordinárias que se encomendam aos ferreiros. E, ultimamente, na serra Ibiraçoiaba, distante oito dias da vila de Sorocaba, e doze da vila de São Paulo, a jornadas moderadas, o capitão Luís Lopes de Carvalho, indo lá por mandado do governador Artur de Sá, com um fundidor estrangeiro, tirou ferro e trouxe barras, das quais se fizeram obras excelentes.

Que haja, também, minas de prata, não se duvida, porque na serra das Colunas, quarenta léguas além da vila de Itu, que é uma das de São Paulo ao leste direito, há certamente muita prata, e fina. Da serra de Guamuré, defronte do Ceará, tiraram os holandeses quantidade dela, no tempo em que estavam de posse de Pernambuco. E, na serra de Itabaiana, há tradição que achou prata o avô do capitão Belchior da Fonseca Dória. E em busca de outra, foi além do rio de São Francisco, Lopo de Albuquerque, que faleceu nesta sua malograda empresa.

Mas, deixando as minas de ferro e de prata, como inferiores, passemos às de ouro, tantas em número e tão rendosas aos que delas o tiram. E, primeiramente, é certo que de um outeiro alto, distante três léguas da vila de São Paulo, a quem chamam Jaraguá, se tirou quantidade de ouro que passou de oitavas a libras. Em Parnaíba, também junto da mesma vila, no cerro Ibituruna, se achou ouro e tirou-se por oitavas. Muito mais, e por muitos anos, se continuou a tirar em Paranaguá e Curitiba, primeiro pó oitavas, depois por libras, que chegaram a alguma arroba, posto que com muito trabalho para o ajuntar, sendo o rendimento no catar limitado, até que se largaram, depois de serem descobertas pelos paulistas as minas gerais dos Cataguás e as que chamam do Caeté, e as mais modernas no rio das Velhas e em outras partes que descobriram outros paulistas; e de todas estas iremos agora distintamente falando.

CAPÍTULO II

Das minas de ouro, que chamam gerais e dos descobridores delas.

HÁ POUCOS ANOS que se começaram a descobrir as minas gerais dos Cataguás, governando o Rio de Janeiro Artur de Sá; e o primeiro descobridor dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Este, indo ao sertão com uns paulistas a buscar índios, e chegando ao cerro Tripuí desceu abaixo com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam do Ouro Preto, e, metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio, viu depois que havia nela granitos da cor do aço, sem saber o que eram, nem os companheiros, aos quais mostrou os ditos granitos, souberam conhecer e estimar o que se tinha achado tão facilmente, e só cuidaram que aí haveria algum metal não bem formado, e por isso não conhecido. Chegando, porém, a Taubaté, não deixaram de perguntar que casta de metal seria aquele. E, sem mais exame, venderam a Miguel de Sousa alguns destes granitos, por meia pataca a oitava, sem saberem eles o que vendiam, nem o comprador que coisa comprava, até que se resolveram a mandar alguns dos granitos ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá; e fazendo-se exame deles, se achou que era ouro finíssimo.

Em distância de meia légua do ribeiro de Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do ribeiro de Antônio Dias; e daí a outra meia légua, a do ribeiro do Padre João de Faria; e, junto desta, pouco mais de uma légua, a do ribeiro do Bueno e a de Bento Rodrigues. E, daí a três dias de caminho moderado até o jantar, a do ribeiro de Nossa Senhora do Carmo, descoberta por João Lopes de Lima, além de outra, que chama a do ribeiro Ibupiranga. E todas estas tomaram o nome dos seus descobridores, que todos foram paulistas.

Também há uma paragem no caminho para as ditas minas gerais, onze ou doze dias distante das primeiras, andando bem até as três horas da tarde, a qual paragem chamam a do rio das Mortes, por morrerem nela uns homens que o passaram nadando, e outros que se mataram às pelouradas, brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do sertão. E neste rio, e nos ribeiros que dele procedem, e em outros que vêm a dar nele, se acha ouro, e serve esta paragem como de estalagem dos que

vão às minas gerais, e aí se provêem do necessário, por terem hoje os que aí assistem roças e criação de vender.

Não falo da mina da serra de Itatiaia (a saber, do ouro branco, que é ouro ainda não bem formado), distante do ribeiro do Ouro Preto oito dias de caminho moderado até o jantar, porque desta não fazem caso os paulistas, por terem as outras, de ouro formado e de muito melhor rendimento. E estas gerais, dizem que ficam na altura da capitania do Espírito Santo.

CAPÍTULO III

De outras minas de ouro no rio das Velhas
e no Caeté.

ALÉM DAS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS, descobriram-se outras por outros paulistas no rio que chamam das Velhas, e ficam, como dizem, na altura de Porto Seguro e de Santa Cruz. E estas são a do ribeiro do Campo, descoberta pelo sargento-mor Domingos Rodrigues da Fonseca, a do ribeiro da Roça dos Penteados, a de Nossa Senhora do Cabo, da qual foi descobridor o mesmo sargento-mor Domingos Rodrigues, a de Nossa Senhora de Monserrate, a do ribeiro do Ajudante; e a principal do rio das Velhas é a do cerro de Sabarabuçu, descoberta pelo tenente Manuel Borba Gato, paulista que foi o primeiro que se apoderou dela e do seu território.

Há muitas outras minas novas, que chamam do Caeté, entre as minas gerais e as do rio das Velhas, cujos descobridores foram vários, e entre elas há a do ribeiro que descobriu o capitão Luís do Couto, que da Bahia foi para essa paragem com três irmãos, grandes mineiros, além de outras, que secretamente se acham e se não publicam, para se aproveitarem os descobridores delas totalmente, e não as sujeitarem à repartição, e as que ultimamente descobriu o capitão Garcia Rodrigues Pais, quando foi abrir caminho novo detrás da cordilheira da serra dos Órgãos, no distrito do Rio de Janeiro, por onde corta o rio Paraíba do Sul.

CAPÍTULO IV

Do rendimento dos ribeiros e de diversas
qualidades de ouro que deles se tira.

DAS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS as melhores e de maior rendimento foram, até agora, a do ribeiro do Ouro Preto, a do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e a do ribeiro de Bento Rodrigues, do qual, em pouco mais de cinco braças de terra, se tiraram cinco arrobas de ouro. Também o rio das Velhas é muito abundante de ouro, assim pelas margens como pelas ilhas que tem, e pela madre ou veio da água, e dele se tem tirado e se tira ainda, em quantidade abundante.

Chamam os paulistas ribeiro de bom rendimento o que dá em cada bateada duas oitavas de ouro. Porém, assim como há bateadas de meia oitava e de meia pataca, assim há também bateadas de três, quatro, cinco, oito, dez, quinze, vinte e trinta oitavas e mais, e isto não poucas vezes sucedeu na do ribeirão, ma do Ouro Preto, na de Bento Rodrigues e na do rio das Velhas.

Os grãos de maior peso que se tiraram, foram um de noventa e cinco oitavas, outro de três libras, que repartiram entre si três pessoas com um machado, outro, que passou de cento e cinqüenta oitavas, em forma de uma língua de boi, que se mandou ao governador da Nova Colônia, e outro maior de seis libras.

Quanto às qualidades diversas do ouro, sabe-se que o ouro, a quem chamam preto, por tem na superfície uma cor semelhante à do aço, antes de ir ao fogo, provando-se com o dente logo aparece amarelo, vivo, gemado, e é o mais fino, porque chega quase a vinte e três quilates; e quando se lhe põe o cunho, na fundição, faz gretas na barreta, como se arrebetasse de todas as partes; e por dentro dá tais reflexos que parecem raios do Sol. O do ribeirão amais miúdo e mais polme, e compete na bondade com o ouro preto, porque chega a vinte e dous quilates. O ouro do ribeiro de Bento Rodrigues, posto que seja

mais grosso e palpável, e bem amarelo, contudo não tem a perfeição do ouro preto e do ouro do ribeirão, mas, quando muito, chega a vinte quilates. O ouro do ribeirão do Campo, e do ribeirão de Nossa Senhora do Monteserrate, é grosso, e muito amarelo, e tem vinte e um quilates e meio. O ouro do rio das Velhas é finíssimo e chega a vinte e dois quilates. O ouro, finalmente, do ribeiro de Itatiaia, é de cor branca, como a prata, por não estar ainda bem formado, como dissemos acima, e deste se faz pouco caso, posto que alguns digam que, indo ao fogo às vezes por mais formado, foi mostrando a cor amarela.

Houve ano em que, de todas estas minas ou ribeiros, se tiravam mais de cem arrobas de ouro, fora o que se tirava e tira escondidamente de outros ribeiros que os descobridores não manifestaram, para os não sujeitarem logo à repartição. E, se os quintos de El-Rei chegaram a dezassete e a vinte arrobas, sonogando-se tanto ouro não quintado, bem se deixa ver que o ouro que cada ano se tira, sem encarecimento algum, passa de cem arrobas, e que nestes dez anos passados se tem tirado mas de mil arrobas. E, se nos primeiros anos não chegaram a cem arrobas, nos outros certamente passaram. E continuando ao presente o rendimento com igual ou maior abundância por razão do maior número dos que se empregam em catar, só os quintos devidos a Sua Majestade se foram notavelmente diminuindo, ou por se divertir para outras parte o ouro em pó, ou por não ir à Casa do Quintos, ou por usarem alguns de cunhos falsos, com engano mais detestável. Mas, ainda assim, não deixou Sua Majestade de ter grande lucro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, porque comprando o ouro a doze tostões a oitava, e batendo-se em dois anos três milhões de moeda nacional e provincial de ouro, foi lucrando seiscentos mil cruzados de avanço.

CAPÍTULO V

Das pessoas que andam nas minas e tiram ouro dos ribeiros.

A SEDE INSACIÁVEL DO OURO estimulou a tantos deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificulosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nela nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas a catar, e outras a mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras a negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Sobre esta gente, quanto ao temporal, não houve até o presente coação ou governo algum bem ordenado, e apenas se guardam algumas leis, que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos. Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas, ou como visitantes, se acharam bastantemente embaraçados, e não pouco embaraçaram a outros, que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles novos rebanhos. E, quando se averigúe o direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro, como os filhos de Israel no deserto.

Teve El-Rei nas minas, por superintendente delas, ao desembargador José Vaz Pinto, o qual, depois de dois ou três anos, tornou a recolher-se para o Rio de Janeiro com bastante cabedal, e dele, suponho, ficaria plenamente informado do que por lá vai, e que apontaria a desordem e o remédio delas, se fosse possível a execução.

Assiste também nas minas um Procurador da Coroa, e um Guarda-mor, com seu estipêndio. Houve, até agora, Casa de Quintar em Taubaté, na vila de São Paulo, em Parati, e no Rio de Janeiro, e em cada uma destas casas há um provedor, um escrivão e um fundidor, que, fundido o ouro em barretas, lhe põem o cunho real, sianal do quinto que se pagou a El-Rei desse ouro.

Havendo Casa da Moeda e dos Quintos na Bahia, e no Rio de Janeiro (por serem estes os dous pólos aonde vai parar todo o ouro), teria Sua Majestade muito maior lucro do que até agora teve, e muito mais senas Casas da Moeda, bem fornecidas dos aparelhos necessários, houvesse sempre dinheiro pronto para comprar o ouro que os mineiros trazem e folgam de o vender sem detença.

Agora sabemos que Sua Majestade manda governador, ministros de Justiça, e levantar um terço de soldados nas minas, para que tudo tome melhor forma e governo.

CAPÍTULO VI

Das datas ou repartições das minas.

PARA EVITAR A CONFUSÃO, o tumulto e as mortes que haveria no descobrimento dos ribeiros de ouro, se assentou o que pertence às repartições desta sorte. Tem o descobridor a primeira data, como descobridor, e outra como mineiro; segue-se a que cabe a El-Rei, e, atrás desta, a do guarda-mor; as outras se distribuem por sortes. As que chamam datas inteiras são de trinta braças em quadra, e tais são a de El-Rei, e as do descobridor e guarda-mor. As outras, que se dão por sorte, têm a extensão proporcionada ao número dos escravos que trazem para estar, dando duas braças em quadra por cada escravo ou índio, de que se servem nas catas; e assim, a quem tem quinze escravos se dá uma data inteira de trinta braças em quadra. Para ser admitido à repartição por sortes, é necessário fazer petição ao superintendente das ditas repartições, ao qual se dá pelo despacho da petição uma oitava de ouro e outra ao seu escrivão; e às vezes acontece oferecerem-se quinhentas petições e levarem o repartidor e o escrivão mil oitavas e não tirarem todos os mineiros juntos outro tanto de tais datas, por falharem no seu rendimento; e, por isso, procuram outras datas, havendo descobrimento de novos ribeiros. A data de El-Rei logo se vende a quem mais oferece e pode também qualquer vender ou trocar a sua data; e nisto se viram e vêem a cada passo vários e diferentes sucessos, tirando uns mineiros de poucas braças muito ouro, e outros, de muitas, pouco; e já houve quem por pouco mais de mil oitavas vendeu data, da qual o comprador tirou sete arrobas de ouro. Pelo que se tem por jogo de bem ou mal afortunado, o tirar ou não tirar ouro das datas.

CAPÍTULO VII

Da abundância de mantimentos, e de todo o usual que hoje há nas minas, e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos.

SENDO A TERRA QUE DÁ OURO esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento. Porém, tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que se chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. E, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer cousa eram oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às minas gerais as boiadas de Paranaguá, e às do rio das Velhas as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginaram poderia apetecer-se de qualquer gênero de cousas naturais e industriais, adventícias e próprias. E, ainda que hoje os preços sejam mais moderados, contudo porei aqui um rol, feito sinceramente por quem assistiu nas gerais três anos, dos preços das cousas que por comum assento lá se vendiam no ano 1703,

repartindo-o em três ordens, a saber: os preços que pertencem às cousas comestíveis; o do vestuário e armas; e os dos escravos e cavalgaduras, que são os seguintes:

Preços das cousas comestíveis

Por uma rês, oitenta oitavas.
Por um boi, cem oitavas.
Por uma mão de sessenta espigas de milho, trinta oitavas.
Por um alqueire de farinha de mandioca, quarenta oitavas.
Por seis bolos de farinha de milho, três oitavas.
Por um paio, três oitavas.
Por um presunto de oito libras, dezasseis oitavas.
Por um pastel pequeno, uma oitava.
Por uma libra de manteiga de vaca, duas oitavas.
Por uma galinha, três ou quatro oitavas.
Por seis libras de carne de vaca, uma oitava.
Por um queijo da terra, três ou quatro oitavas, conforme o peso.
Por um queijo flamengo, dezasseis oitavas.
Por um queijo de Alentejo, três e quatro oitavas.
Por uma boceta de marmelada, três oitavas.
Por um frasco de confeitos de quatro libras, dezasseis oitavas.
Por uma cara de açúcar de uma arroba, 32 oitavas.
Por uma libra de cidrão, três oitavas.
Por um barrilote de água ardente, carga de um escravo, cem oitavas.
Por um barrilote de vinho, carga de um escravo, duzentas oitavas.
Por um barrilote de azeite, duas libras.
Por quatro oitavas de tabaco em pó com cheiro, uma oitava.
Por seis oitavas de tabaco sem cheiro, uma oitava.
Por uma vara de tabaco em corda, três oitavas.

Preço das cousas que pertencem ao vestuário, e armas

Por uma casaca de baeta ordinária, doze oitavas.
Por uma casaca de pano fino, vinte oitavas.
Por uma veste de seda, dezasseis oitavas.
Por uns calções de pano fino, nove oitavas.
Por uns calções de seda, doze oitavas.
Por uma camisa de linho, quatro oitavas.
Por umas ceroulas de linho, três oitavas.
Por um par de meias de seda, oito oitavas.
Por um par de sapatos de cordovão, cinco oitavas.
Por um chapéu fino de castro, doze oitavas.
Por um ordinário, seis oitavas.
Por uma carapuça de seda, quatro ou cinco oitavas.
Por uma carapuça de pano forrada de seda, cinco oitavas.
Por uma boceta de tartaruga para tabaco, seis oitavas.
Por uma boceta de prata de relevo para tabaco, se tem oito oitavas de prata, dão dez ou doze, de ouro, conforme o feitio dela.
Por uma espingarda sem prata, dezasseis oitavas.
Por uma espingarda bem feita e prateada, cento e vinte oitavas.
Por uma pistola ordinária, dez oitavas.
Por uma pistola prateada, quarenta oitavas.
Por uma faca de ponta com cabo curioso, seis oitavas.

Por um canivete, duas oitavas.
Por uma tesoura, duas oitavas.

E toda a bugiaria que vem de França e de outras partes, vende-se conforme o desejo que mostram ter dela os compradores.

Preços dos escravos e das cavalgadas

Por um negro bem feito, valente e ladino, trezentas oitavas.
Por um moleção, duzentas e cinqüenta oitavas.
Por um moleque, cento e vinte oitavas.
Por um crioulo bom oficial, quinhentas oitavas.
Por um mulato de partes, ou oficial, quinhentas oitavas.
Por um bom trombeteiro, quinhentas oitavas.
Por uma mulata de partes, seiscentas e mais oitavas.
Por uma negra ladina cozinheira, trezentas e cinqüenta oitavas.
Por um cavalo sendeiro, cem oitavas.
Por um cavalo andador, duas libras de ouro.

E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro.

CAPÍTULO VIII

De diversos preços do ouro vendido no Brasil
e do que importa o que cada ano ordinariamente
se tira das minas.

VÁRIOS FORAM OS PREÇOS DO OURO no discurso destes anos, não só por razão da perfeição de um, maior que a do outro, por ser de mais subidos quilates, mas também a respeito dos lugares aonde se vendia, porque mais barato se vende nas minas do que na vila de São Paulo e de Santos; e muito mais vale nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, do que nas vilas referidas. Também muito mais vale quintado do que em pó, porque o que se vende em pó sai do fogo com bastantes quebras, além do que vai de diferença por razão do que se pagou, ou não se pagou de quintos.

Uma arroba de ouro em pó pelo preço da Bahia, a catorze tostões a oitava, importa catorze mil, trezentos e trinta e seis cruzados. Quintado, pelo preço da Bahia, a dezasseis tostões a oitava, importa dezasseis mil, trezentos e oitenta e quatro cruzados.

Uma arroba de ouro em pó, pelo preço do Rio de Janeiro, treze tostões a oitava, importa treze mil, trezentos e doze cruzados. Quintado, a quinze tostões a oitava, importa quinze mil, trezentos e sessenta cruzados.

Donde se segue que, tirando-se cada ano mais de cem arrobas de ouro, a quinze tostões a oitava, preço corrente na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo quintado, vem a importar cada ano um milhão, quinhentos e trinta e seis mil cruzados. Das quais cem arrobas, se se quintarem, como é justo, cabem a Sua Majestade vinte arrobas, que importam trezentos e sete mil e duzentos cruzados, mas é certo que cada ano se tiram mais de trezentas arrobas.

E com isto não parecerá incrível o que por fama constante se conta haverem ajuntado em diversos tempos assim uns descobridores dos ribeiros nomeados, como uns mais bem afortunados nas datas, e também os que, metendo gados e negros para os venderem por maior preço, e outros generosa mais procurados, ou plantando, ou comprando roças de milho nas minas, se foram aproveitando do que outros tiraram. Não falando, pois, do grande cabedal que tirou o governador Artur de Sá, que duas vezes foi a elas do Rio de Janeiro, nem dos que ajuntaram uma, duas e três arrobas, que não foram poucos. Tem-se por certo que Baltazar de Godói, de roças e catas ajuntou vinte arrobas de ouro. De vários ribeiros e da negociação com roças, negros e mantimentos, fez Francisco de Amaral mais de cinqüenta arrobas. Pouco

menos, Manuel Nunes Viana e Manuel Borba Gato, e com bastante cabedal se recolheu para São Paulo José Góis de Almeida e para o Caminho Novo Garcia Rodrigues Pais, João Lopes de Lima tirou do seu ribeirão cinco arrobas; Os Penteados, de suas lavras e indústrias, sete arrobas; Domingos da Silva Moreira, de negócio e lavra, cinco arrobas; Rafael Carvalho, cinco arrobas; João de Góis, cinco arrobas; Amador Bueno da Veiga, do rio do Ouro Preto, do ribeirão e de outras partes, oito arrobas. E, finalmente, deixando outros muito bem aproveitados, Tomás Ferreira abarcando muitas boiadas de gado, que ia dos campos da Bahia para as minas, e comprando muitas roças, e ocupando muitos escravos nas catas de vários ribeiros, chegou a ter mais de quarenta arrobas de ouro, parte em ser e parte para se cobrar. Mas, tratando de cobrar o ouro que se lhe devia, houve entretanto quem lhe deu por desgostos umas poucas balas de chumbo, que é o que sucede não poucas vezes nas minas.

Também com vender cousas comestíveis, água ardente e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro. Porque, como os negros e índios escondem bastante oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia, tiram ouro para si, a maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos, a qual, continuando a regá-los sem estrondo, os faz muito férteis. E, por isso, até os homens de maior cabedal, não deixaram de se aproveitar por este caminho dessa mina à flor da terra, tendo negras cozinheiras, mulatas doceiras e crioulos taverneiros, ocupados nesta rendosíssima lavra e mandando vir dos portos do mar tudo o que a gula costuma apeteecer e buscar.

CAPÍTULO IX

Da obrigação de pagar a El-Rei nosso senhor a quinta parte do ouro que se tira das minas do Brasil.

DE DOUS MODOS se pode tratar este ponto, a saber: ou pelo que pertence ao foro externo pelas leis e ordenações do Reino, ou pelo que pertence ao foro interno, atendendo à obrigação em consciência.

Quanto à primeira parte, consta pela *Ordenação* de Portugal, liv. 2 tit 26 § 16 que *entre os Direitos Reis se contam os veeiros e minas de ouro e prata e qualquer outro metal.*

E no título 28 do mesmo livro 2, expressamente se declara que, nas datas ou doações feitas, nunca se entenderão compreendidos os veeiros e minas. *Porquanto* (diz a *Ordenação*) *em muitas doações feitas por Nós e pelos Reis nossos Antecessores, são postas algumas cláusulas muito gerais e exuberantes; declaramos que por tais doações e cláusulas nelas contéidas nunca se entende serem dados os veeiros e minas de qualquer sorte que sejam, salvo se expressamente forem nomeadas e dadas na dita doação. E, para a prescrição das ditas cousas, não se poderá alegar posse alguma, posto que seja imemorial.*

Podendo, pois, El-Rei tirar à sua custa das minas que reserva para si os metais que são o fruto delas, atendendo aos gastos que para isso são necessários, e querendo animar aos seus vassallos ao descobrimento das ditas minas e a participarem do lucro delas, assentou, como se diz no t.º 34, do dito livro 2 das *Ordenações, que de todos os metais que se tirarem, depois de fundido e apurado, paguem o quinto, em salvo de todos os custos.*

E para assegurar que lhe pagasse o dito quinto, mandou que os ditos metais se marcassem e que se não pudessem vender antes de serem quintados, nem fora do Reino, sob pena de perder a fazenda e de degredo de dez anos para o Brasil, como consta do dito tit. 34, § 5. *E o que vender dos ditos metais antes de serem marcados, ou em madre antes de fundidos, perderá a fazenda e será degredado dez anos para o Brasil. Até aqui a Ordenação.*

E os doutores que falaram nesta matéria, assim portugueses como de outras nações, afirmam concordemente serem de tal sorte as minas do Direito Real, por razão dos gastos que E-Rei faz em prol da república, que por esta causa não os pode alienar. Veja-se, entre outros portugueses, Pedro Barbosa, *ad. L. Divortio*, § “Si vir ff. Solutio matrimonio”, a n. usque ad 21. Cabedo, parte 2, decis. 55 “de venis metallor.”. Pegas, *ad Ord. Regni Port.*, lib. 2, tit. 28, n. 24, com os autores de outros reinos, que alegam particularmente a Lucas da Pena, L. “Quicumque desertum”, col.2 post principium *Cod. De omni agro deserto*, e Rebuffo, tom. 2, *ad leges Galliae*, tit. “ut beneficia ante vacationem”, art. 1, glossa ult. Post médium, pág. 346. E, alem destes, veja-se Solorzano, *de Indiar. Gubern.*, tom. 2, lib. 1, cap. 13, n. 55, & lib. 5, cap. 1, n. 19, com outros muitos, que traz: o qual diz ser este o costume de todas as gentes. “Qua de causa (diz dito n. 55) metallorum fodiendorum jus ipsi Romani & postmodum aliae inter Regalia computarunt & proprie ad locorum supremos Principes pertinere sanxerunt.”

E porque nesta matéria bem é ouvir também aos teólogos, seja o primeiro o P. Molina, *De Justit. & Jure*, disp. 54, tão versado no direito como na teologia, e muito particularmente no Direito de Portugal. “Regulariter (diz ele) de jure civili, vel communi, vel particularium Regnorum, ubicumque venae metallorum fuerint repartae, merito solent esse deputatae Principi, aut Reipublicae ad sumptus publicos, oneraque Reipublicae sustinenda”; unde § 16, tit. 26, lib. 2, *Ord. Lusitaniae Regni*, sic habet: *Item Direito Real é os veeiros e minas de ouro e prata ou qualquer outro metal*. “Ut tamen lucri spe homines alliciantur ad eas in bonum publicum quaerendas, et aperiendas, statui solent variae leges pro temporum et locorum varietate, quibus velpars aliqua eorum, quae inde fuerint extracta, vel praemia aliis inventoribus constituuntur.” E *in terminis*, pela *Ordenação* de Portugal, diz: “Concessum et statutum est ut deductis expensis quinta metallorum pars quae inde extracta fuerit, Regi persolvatur.”

O padre Vasquez, in *Opusculis Moralibus de Restitutione*, cap. 5, § 4, dub. 2, falando do reino de Castela, diz: “In nostro regno applicata sunt patrimonio Régio quaecumque mineralia, ubi metalla fiunt argenti, auri, et argenti vivi per 1. 6. *Recop.*, tit. 13. 1. 4. “Sed quo jure (diz ele) Rex potuerit sibi applicare mineralia omnia, in fundis etiam privatis procreata, nullus authorum dixit quos citavi. Mihi videtur ad haec dicendum, quod quamvis mineralia jure naturali sint domini ipsius agri, potuit hoc jus mineralium ab antiquo esse inductum, *quod sint Regii patrimonii*: ea enim conditione potuerunt hujus regni terrae, et praedia distribui, ut tamen mineralia regibus reservata manerent, *suo patrimonio annumerata*.”

E a mesma razão dá Molina, *De Just. Et Jure*, disp. 56, § ult., por estas palavras: Licet enim stando in solo gentium jure, ea inventa quae domino carent, sint primo occupantis, nihilominus quemadmodum jus civile statuere potuit, ut qui casu thesaurum in agro alieno inveniret, *in interiori et exteriori foro teneretur* tribuere illius dimidium domino agri, qui vero illum de industria inveniret, teneretur tribuere eidem totum; cur etiam non poterit simili modo statuere ut ad sustinenda Reipublicae onera, thesauri, qui deinceps invenientur, pertineant integri ad Regem, aut ut in illis certam aliquam habeat partem? Neque, enim id est statuere aliquid contra jus gentium, sed rationabili ex causa impedire, ne dominium thesauri inventi sit alicujus, cujus esset stando in solo naturali ac gentium jure; efficereque ut sit alterius: id quod potest optime Respublica facere, non secus ac efficere potest, ut venatio aliqua illicita, ut disp. 46 oetensum est. “ E, pela mesma razão, se há de dizer o mesmo das minas, ainda que fossem achadas, em terras de particulares.

E, quando não bastasse esta razão, que certamente é forçosa, o Cardeal de Lugo in tractatu *de Justitia et Jure*, tom.I, disp. 6, sect. 10,n. 108, mostra que El-Rei pode reservar para si as minas (ainda que se achem em terra de particulares) por modo de tributo e tributo muito bem posto, mandando que se lhe pague alguma parte do que se tirar delas, para os gastos da república. “Et de facto (diz) jure humano solent hujusmodi mineralia, quoad aliquam saltem partem maiorem, vel maiorem, Principi applicare, quoad aliam vero inventori, quod quidem fieri potuit, vel quia ab initio agri ea lege singulis in ea provincia distributi fuerunt, ut mineralia Principis dispositioni reservarentur, ut vult Vasquez de *Restitutione*, cap. 5, § 4, dub. 2, n. 17, *vel certe per modum tributi*; sicut potest Princeps ad subsidium et sumptus publicos alia tributa exigere. Aliunde vero justificatur non parum ille modus trbuti ex eo, quod cum aurum et argentum sint potissimae Reipublicae vires; non expedit quod in iis Princeps ipse et tota Republica dependeat a duobus, vel tribus privatis, qui soli ea metalla in suis praediis colligant, ac collecta reservent, et ad nutum distribuant.”

Ou se considerem, pois, as minas como parte do patrimônio real, ou como justo tributo para os gastos em prol da república, é certo que se deve a El-Rei o que para si reservou, que é a quinta parte do ouro que delas se tirar, puro e livre de todos os gastos; e o que se manda nas *Ordenações* acima referido está justamente ordenado; e que, prescindindo de qualquer pena, o quinto *ex natura rei* se lhe deve não menos que outro qualquer justo tributo, ordenado para bem da república, ou como cobra a pensão que impõem sobre qualquer outra parte do seu patrimônio, como é a que se lhe deve e se lhe paga dos feudos.

E se alguém disser que de outra sorte se há de julgar as minas do Brasil que das do Reino de Portugal, por ser mais certo o direito do domínio e posse que compete a El-Rei do reino de Portugal que o das conquistas do Brasil, se se examinar a sua origem, merecerá como temerário a mesma resposta que, falando das conquistas das Índias Ocidentais, dadas aos reis de Castela pelo Sumo Pontífice Alexandre VI, deram, depois de tratarem esta matéria com singular doutrina e atenção, varões doutíssimos em seus tratados, trazendo as Bulas e ponderando e examinando a autoridade do Sumo Pontífice para semelhantes doações, e os justos motivos de as fazerem, dizendo ultimamente que já se não devia permitir o pôr-se isto em dúvida, por ser sentença do vigário de Cristo na Terra, dada e publicada legitimamente, e depois de maduro conselho e grande atenção, como pedia a matéria, e defendida por justa, válida e lícita de

tantos e tão insignes doutores. Ita Solorzano, *de Indiarum Gubernatione*, tom. 1, lib. 2, cap. 24, n. 41. Avendanho, *in Thesaurio Indico*, tom. 1, tít. 1, cap. 1, per totum et praecipue § 4, n. 17, aonde também diz que Mascardo, *in Tractatu de Judaeis et Infidelibus*, I parte, cap. 14, não duvida afirmar que o poder do Papa para tal doação é tão certo que dizer o contrário parece que tem sabor de heresia, o que o mesmo Avendanho explica em que sentido se deve entender.

E que mereça a mesma resposta quem disser o mesmo da conquista do Brasil, ninguém o poderá negar com razão, possuindo os reis de Portugal pelos mesmos títulos o Brasil e a outras conquistas, pelos quais todos esses autores, Solorzano e Avendanho e outros, doutíssima e solidissimamente provam o legítimo domínio e posse que compete aos reis de Castela, das Índias Ocidentais, como consta pelas Bulas dos Sumos Pontífices Calixto III, Nicolau V e Alexandre VI, que se acharão no mesmo cap. 24 de Solorzano, desde a pág 344 até a pág. 353 e em todo o livro 2 do dito primeiro tomo de *Indiar. Gubern.*, que consta de 25 capítulos e no terceiro, que consta de 8 aonde, com singular erudição, prova unicamente a justiça com que se adquiriu e se conserva o domínio e posse destas conquistas.

E, falando o mesmo Solorzano no segundo tomo, liv. 5, cap. 1, em particular das minas e dos metais que delas se tiram, n. 19, diz que assim nas Índias como em qualquer outra parte, pertencem ao direito de El-Rei, como seu patrimônio e parte do seu supremo domínio, quer se achem em lugar público, quer em terras ou fazendas de particulares, de sorte que nunca se entendem compreendidas nas datas e doações, ainda que geralmente feitas, se se não fizer especial menção delas. E, para confirmar o que diz, traz vinte e quatro autores, que trataram de *Regalibus, de Metallis et de Jure Fisci*, ou interpretaram o capítulo 1, “Quae sint regalia”, ou a lei 2, Cod. De Metallar. Diz também, n. 20, que por razão dos gastos que são necessários para tirar os metais das minas nestas conquistas, contentam-se os reis com o que se lhes pague a quinta parte do metal que se tirar, proibindo usar dele até não ser marcado com o cunho real, para que conste que se pagou a quinta parte. E, porque podia haver dúvida se esta quinta parte de metal se havia de entender como vem da terra, não limpo, e se se haviam de compreender nela os gastos ou se se havia de dar livre deles, traz no n. 16 a ordem de El-Rei, de 1504, que decidiu ambas as dúvidas por estas palavras: *El quinto neto, y sin descuento de costas, puesto em poder del nuestro Tesorero o Receptor*, que é o que também diz a Ordenação de Portugal, tít. 34 do livro 2. *Depois de fundido e apurado, paguem o quinto em salvo de todos os custos.*

Nota, mais, Solorzano, n. 27 do dito cap. 1 do livro 5, que quando se fala de frutos da terra, se entendem também os metais, alegando para isso a João Garcia, *de expensis*, cap. 22, n. 47. Lazarte, *de Gabellis*, cap. 19, n. 59. Barbosa, in dicto § “Si vir, L. Divortio, ff. Solutio matrimonio”. Marquech, *de divisione bonorum*, lib. 2, cap. 11, n. 23 et seq. Gabedo, decis. 81, n. 2, parte 2. Gilken, *de expensis metallorum*, in L. *Certun Cod. De rei vindicat*, cap. 5, pág. 722. Farinac, quaest. 104, n. 62 et 63. Tusch, verbo *Minerae*, concl. 237 et verbo *Praeventio*, aonde trata de como as minas, de quem quer que se ocupem, sempre passam com sua obrigação. Naevius, in *System.*, ad L. 2, Cod. De Metallar. Pancirolus, in *Thesaur.*, lib. 3, cap. 31, pág. 214, 327 et 372. Marsil, singul. 531, et Menoch, cons. 798 a n. 16. E que, consequentemente, como os outros frutos da terra, estão sujeitos ao dízimo que os Papas concederam aos reis de Portugal e aos de Castela: ut ex L. *Cuncti Cod. De Metallar.*, Butrius et alii in cap. *Prevenit* de decimis, Rebuffus, cap. 21, n. 10, posto que os reis (como diz o mesmo Solorzano) não tratem de cobrar estes dízimos dos mineiros, contentando-se por razão dos gastos com que lhe paguem a quinta parte do ouro e prata que tiram de suas minas, que são parte do seu patrimônio, e parte sempre reservada, como há dito.

Passando agora ao outro ponto, em que se pergunta se esta lei de pagar a El-Rei a quinta parte do ouro que se tira das minas obriga em consciência: Digo que a resolução desta dúvida depende de tirar uma falsa imaginação de alguns menos atentos e acelerados em resolver, os quais, por verem que esta lei é acompanhada da cominação da pena da perda da fazenda e do degredo por dez anos e de outras pelo novo regimento acerca das minas do Brasil, cuidam que é lei meramente penal e que, como tal, não obriga em consciência, nem antes da sentença do juiz, aos transgressores dela, conforme o comum sentir dos teólogos e moralistas que tratam das leis e em particular das penas.

Porém o P. Francisco Suarez, examinando mais profundamente (como costuma) este ponto no 5º livro de *Legibus*, cap. 13, a n. 2., resolve que as imposições e pensões que se pagam aos reis e príncipes por cousas suas imóveis, e fruto delas, são tributos reais e naturais, fundados em justiça, porque se cobram de cousas próprias dos ditos príncipes, aos quais se deram para a sua sustentação e eles as deram aos seus vassallos com obrigação de lhes pagarem estas pensões; e que por isso as leis que mandam pagar estas pensões ou tributos, ainda que se lhes acrescenta alguma pena, sem dúvida não se podem chamar nem são puramente penais, mas dispositivas e morais, assim como são as convencionais entre partes, que

para maior firmeza admitem pena entre os contraentes para que se guardem os contratos e promessas de fazer ou pagar qualquer dívida que aliunde de justiça se deva. E que conseqüentemente estas leis obrigam em consciência a pagar tais pensões e tributos inteiramente e espontaneamente, e sem diminuição alguma, ou engano, ainda que se não peçam porque se devem de justiça comutativa, que traz consigo esta intrínseca obrigação, se não houver pacto em contrário. Até aqui o P. Suarez, nº 4, *loco citato*.

E deste fundamento certíssimo se infere também certamente que os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem a El-Rei em consciência, e que a lei feita para segurar a cobrança deles, não é meramente penal, ainda que traga anexa a cominação da pena contra os transgressores, mas que é lei dispositiva e moral e que obriga antes da sentença do juiz, em consciência. Porque, sendo El-Rei (como está provado na primeira parte desta questão) senhor legítimo das minas, por doação que lhe fez delas com a conquista do Brasil o Sumo Pontífice, e por todos os outros títulos que traz Solorzano em todo o livro 2 do I tomo de *Indiar. Gubern.*, comum aos reis de Portugal como aos reis de Castela; e sendo as ditas minas do direito real e parte do seu patrimônio, como quaisquer outros bens que se lhe deram para a sua sustentação e gastos que faz em prol da república e para a conservação e aumento da fé, e reservando-as para si em todas as datas, nem dando licença de tirar ouro delas, senão com condição que quem o tirar lhe pague a quinta parte do que tirar, puro e dessecado, e livre de todos os gastos, e podendo pertencer isto (prescindindo dos outros títulos) por justo e bem ordenado tributo, como está provado com as razões e autoridade de tantos doutores acima alegados, claro está que esta obrigação está fundada em justiça comutativa, como a de quaisquer outros pactos e promessas de qualquer justo contrato que costumam admitir os contraentes em suas convenções e que ainda que a lei não acrescentasse pena aos transgressores sempre deviam pagar estes quintos por ser obrigação intrínseca, e que o pôr-lhe a pena é para facilitar mais a cobrança do que se lhe deve, e não para fazer uma lei meramente penal.

“Nam adjectio poenae (diz Suarez, nº 10) non tollit obligationem, quam eadem lex, praecise lata sine poena, induceret in conscientia: ergo licet illi addatur obligat per se ad tributum persolvendum, vel restituendum (si contra justitiam non sit solutum) absque ulla condemnatione, vel sententia, etiamsi tunc nemo obliget ad poenae solutionem ante sententiam, juxta generalem doctriam datam de lege poenali.” E declarando isto mais, diz que esta lei é mista, ou quase composta de tributo e de pena e que se ordenam a diversos fins a imposição da pensão ou tributo e a pena que se lhe acrescenta, porque o tributo se ordena à sustentação de El-Rei ou a satisfazer à obrigação natural que têm os vassallos de dar jsto estipêndio a El-Rei, que trabalha em prol da república, e a pena se ordena a que se cumpra esta obrigação e se castigue quem não a cumprir como deve; logo, ainda que o tributo ou pensão seja justa e adequada ao seu fim, e a obrigação fique inteira, justamente se lhe acrescenta a cominação da pena, e justamente se executa, se houver culpa, além da inteira cobrança do tributo. Assim como nas penas que de comum consentimento se põem pelos contraentes em algum justo contrato, se pode justamente se obrigar o violador da promessa feita no contrato que pague a dita pena além do interesse e dano que da transgressão se seguiu. E diz que o mesmo sucede no nosso caso, porque se faz como um contrato entre El-Rei e seus vassallos, para que El-Rei os governe e os súditos os sustentem com os tributos e pensões. E, para segurar que se paguem, pode acrescentar-se-lhe a pena, a qual não diminua a força e obrigação do contrato, mas sirva de uma nova coação, para que os súditos paguem o que por justiça lhe devem. Até aqui o P. Suarez no dito cap. 13, nº 10.

E isto parece que bastava para mostrar que os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem, em consciência, e antes da condenação ou sentença, a El-Rei nosso senhor de justiça, e não por uma lei meramente penal, como alguns erradamente imaginam. Acrescentarei, porém, outros motivos para estabelecer mais esta resolução. E seja o primeiro que esta lei dos quintos (como advertiu Avendanho, in *Thesaurio Indico*, tom. I, tít. 5, cap. 8, n. 43) é muito racional pela razão que traz Molina, disp. 56, de *Just. Et Jure*, § ult., e vem a ser: porque está posto em razão que o príncipe tenha alguma parte mais que os outros particulares em cousas de preço singular, como tem em outros bens, ainda quando pareceria ser melhor dá-las ao público. E, assim, faltando os parentes até certo grau, os bens dos que morrem *ab intestato* vão ao fisco real; e em pena de alguns crimes, logra El-Rei que tal sorte os bens confiscados, que se alguém por parente, ainda que muito chegado ao réu, os tirasse ao fisco, pecaria contra a justiça, com obrigação de os restituir. Logo, quanto mais se há de dizer o mesmo, quando o reservar os quintos do ouro não somente à sustentação de El-Rei, mas também aos gastos em proveito da república, e para a conservação e aumento da fé, ficando aos mineiros o mais ouro de que se tiram os quintos?

Segundo. Porque Filipe II, rei de Castela, depois de ter ouvido o parecer dos teólogos e conselheiros da Índia, escreveu resolutamente ao visor-rei do Peru, conde de Vilar, no ano de 1584, desta

sorte: *Y pudiera yo cobrar enteramente el quinto de todo ello*: (a saber, do ouro e prata lavrados) *y lãs Personas, que le deben, están obligadas em consciencia a me lo pagar*. O que não diria de sua cabeça, contra o parecer dos ditos teólogos e conselheiros, se assim o não tivessem entendido, como refere Avendanho no dito cap. 8, nº 44 e traz logo em confirmação disto a lei de Portugal pela qual (como diz o P. Rabelo) se devem os quintos a El-Rei antes da condenação ou sentença. Diz mais Avendanho, em prova de que se devem os quintos em consciência, que assim o têm mais de vinte autores que alega, entre os quais são Vasquez, Molina, Lugo, Rebelo, Azor, Léssio, Castilho, Fragoso e outros quinze, todos da mesma opinião. E de alguns que citar as palavras, para que melhor conste da verdade e da autoridade das pessoas que assim sentem.

Vasquez, *in Tract. de Restitutione*, cap. 5, § 4, n. 30, ait: “Arbitror, quod praedictae leges non fundentur in praesumptione, nec poenales sint: et ita nulla expevtata setentia sunt observandae”. Et n. 29 citat Covarruviam, Caietanum et Navarrum ita sentientes.

Lugo, tom. 1, *de Justitia et Jure*, disp. 6. sect 11, n. 131, diz: “Aliae autem leges, quae poenales non sunt, potuerunt quidem transferre dominium in Fiscum; et ideo videntur in conscientia obligare ante omnem setentiam judicis.”

Molina dicta disp. 56, *de Justitia et Jure*, § ult., ibi: *In inferiori et exteriori foro*.

Terceiro. Porque do ouro e da prata se deve pagar o dízimo, do mesmo modo do que dos outros frutos da terra, como está provado acima com os autores quetraz Solorzano, tom. 2, lib. 3, cap. 21, n. 10, e o prova também o P. Suarez, tom. 1, *de Religione*, lib. 1, “de divino cultu”, cap. 34, n.3 et 6, e o P. Tancredi, tract. 1, *de Religione*, lib. 2, disp. 11, n. 7 “ex omnium mente”; e se infere ex generali dispositione in cap. “Non est de decimis, ubi illa habentur verba”: *De omnibus bonis decimae sunt ministris Ecclesiae tribuendae*; et ex cap. “Transmissa” et ex cap. “Tua nobis”. Tendo, pois, os Sumos Pontífices dado os dízimos do Brasil e de outras conquistas aos reis de Portugal, pelas despesas que faziam e fazem nas mesmas conquistas, e pelos outros motivos que alegam em suas bulas (o que podiam fazer, e de fato o fizeram a outros reis e príncipes, pelas razões e autoridades que traz eruditamente Solorzano, com as mesmas Bulas, tom. 2, *de Indiar. Gubern.*, lib 3, cap. 1), segue-se que também se lhes deram e se lhes hão de pagar os dízimos do ouro e prata que das minas do Brasil se tirarem, e que assim estes como os dízimos dos outros frutos da terra, se lhes devem em consciência. E que, sendo as minas dos reis, atentando aos gastos que se fazem em tirar os metais, não tratem de cobrar o dízimo, e se contentem com a pensão ou tributo do quinto, não se podem dizer rigorosos, mas antes benignos, como notou Avendanho no lugar citado a nº 45, com Fragoso, tom. 1, pág. 265, § *alii addunt*.

De tudo isto se segue que o dizer que os quintos do ouro se devem a El-Rei em consciência é a opinião verdadeira, assim pelos motivos intrínsecos dos seus fundamentos, particularmente pelos que traz o P. Suarez, acima referidos, como pelos extrínsecos, da autoridade dos doutores alegados, que são teólogos de grande doutrina e religião, deixando a opinião contrária muito duvidosa, muito fraca e nada segura. E que os oficiais deputados por El-Rei à cobrança dos quintos e a cunhar o ouro, têm obrigação grave, em consciência, de fazer bem, e finalmente, o seu officio, e que não podem dissimular os gravíssimos prejuízos que se fazem ao patrimônio real, defraudado por culpa deles, de muito lucro, recebendo estipêndio do mesmo rei, que tem a sua tenção bem fundada, para que com fidelidade façam seu officio. Ita Avendanho, n. 48.

O qual, porém, nº 56, é de opinião que a proibição de negociar com ouro em pó não obriga em consciência, como obriga a lei de pagar os quintos, mas que o dito ouro em pó passa com a mesma obrigação de ser quintado a quem quer que vai, até se satisfazer a esta intrínseca obrigação. E, com isto, mais se confirma o que está dito da lei dos quintos, por ser dispositiva e penal, porque, enquanto é dispositiva do que se deve de justiça a El-Rei, que são os quintos, obriga em consciência, e enquanto é penal, faz que a pena dos transgressores não se deva em consciência senão depois da sentença. Em uma palavra: o quinto sempre se deve de justiça e a perda da fazenda e o degredo, só *post sententiam*.

CAPÍTULO X

Roteiro do caminho da vila de São Paulo para as minas gerais e para o rio das Velhas.

GASTAM COMUMENTE OS PAULISTAS, desde a vila de São Paulo até as minas gerais dos Cataguás, pelo menos dous meses, porque não marcham de sol a sol, mas até o meio-dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde o há, mel de pau e outro qualquer mantimento. E, desta sorte, aturam com tão grande trabalho.

O roteiro do seu caminho, desde a vila de São Paulo até a serra de Itatiaia, aonde se divide em dous, um para as minas do Caeté ou ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e outro para as minas do rio das Velhas, é o seguinte, em que se apontam os pousos e paragens do dito caminho, com as distâncias que tem e os dias que pouco mais ou menos se gastam de uma estalagem para outra, em que os mineiros pousam e, se é necessário, descanso e se refazem do que hão mister e hoje se acha em tais paragens.

No primeiro dia, saindo da vila de São Paulo, vão ordinariamente a pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como eles dizem) o primeiro arranco de casa, e não são mais que duas léguas.

Daí, vão à aldeia de Itaquequetuba, caminho de um dia.

Gastam, da dita aldeia, até a vila de Moji, dous dias.

De Moji vão às Laranjeiras, caminhando quatro ou cinco dias até o jantar.

Das Laranjeiras até a vila de Jacareí, um dia, até as três horas.

De Jacareí até a vila de Taubaté, dous dias até o jantar.

De Taubaté a Pindamonhagaba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dia e meio.

De Pindamonhagaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias até o jantar.

De Guaratinguetá até o porto de Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues, dous dias até o jantar.

Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar.

Daqui começam a passar o ribeiro que chamam Passavinte, porque vinte vezes se passa e se sobe às serras sobreditas, para passar as quais se descarregam as cavalgadas, pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram, e assim gastam dous dias em passar com grande dificuldade estas serras, e daí se descobrem muitas e aprazíveis árvores de pinhões, que a seu tempo dão abundância deles para o sustento dos mineiros, como também porcos monteses, araras e papagaios.

Logo, passando outro ribeiro, que chamam Passatrinta, porque trinta e mais vezes se passa, se vai aos Pinheirinhos, lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém. Em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam. E daí vem o dizerem que todo o que passou a serra da Amantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência.

Dos Pinheirinhos se vai à estalagem do Rio Verde, em oito dias, pouco mais ou menos, até o jantar, e esta estalagem tem muitas roças e vendas de cousas comestíveis, sem lhes faltar o regalo de doces.

Daí, caminhando três ou quatro dias, pouco mais ou menos, até o jantar, se vai na afamada Boa Vista, a quem bem se deu este nome, pelo que se descobre daquele monte, que parece um mundo novo, muito alegre: tudo campo bem estendido e todo regado de ribeirões, uns maiores que outros, e todos com seu mato, que vai fazendo sombra, com muito palmito que se come e mel de pau, medicinal e gostoso. Tem este campo seus altos e baixos, porém moderados, e por ele se caminha com alegria, porque têm os olhos que ver e contemplar na prospectiva do monte Caxambu, que se levanta às nuvens com admirável altura.

Da Boa Vista se vai à estalagem chamada Ubaí, aonde também há roças, e serão oito dias de caminho moderado até o jantar.

De Ubaí, em três ou quatro dias, vão ao Ingaí.

Do Ingaí, em quatro ou cinco dias, se vai ao Rio Grande, o qual, quando está cheio, causa medo pela violência com que corre, mas tem muito peixe e porto com canoas e quem quer passar paga três vinténs e tem também perto suas roças.

Do Rio Grande se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E, neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer nele morada estável, se não fosse tão longe do mar.

Desta estalagem vão em seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues.

E daqui, em dous dias, chegam à serra de Itatiaia.

Desta serra seguem-se dous caminhos: um, que vai dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se provêm os que assistem e lavram nas minas.

CAPÍTULO XI

Roteiro do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as minas gerais dos Cataguás e do rio das Velhas.

EM MENOS DE TRINTA DIAS, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais, porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E, por relação de quem andou por ele em companhia do governador Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinqüenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias.

CAPÍTULO XII

Roteiro do caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas.

PARTINDO DA CIDADE do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando à paulista, a primeira jornada se vai a Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia; a terceira ao porto do Nóbrega no rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Manuel do Couto.

E quem vai por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no porto da freguesia de Nossa Senhora do Pilar; e em outro, em canoa, subindo pelo rio de Morobaí acima, ou indo por terra, chega pelo meio-dia ao referido sítio do Couto.

Deste se vai à cachoeira do pé da serra e se poussa em ranchos. E daí se sobe à serra, que são duas boas léguas; e descendo o cume, se arrancha nos pousos que chamam Frios. No dito cume faz um tabuleiro direito em que se pode formar um grande batalhão; e em dia claro, é sítio bem formoso, e se descobre dele o Rio de Janeiro, e inteiramente todo o seu recôncavo.

Dos pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chamam do Alferes.

Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai pousar no mato ao pé de um morro que chamam Cabaru.

Deste morro se vai ao famoso rio Paraíba, cuja passagem é em canoas. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte dalém, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias.

Daqui se passa ao rio Paraíba, em duas jornadas, a primeira no mato, e a segunda no porto, onde há roçaria e venda importante e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. É este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba; passa-se em canoa.

Do rio Paraíba fazem duas jornadas à roça do Contraste de Simão Pereira; eo pouso da primeira é no mato. Da roça do dito Simão Pereira se vai à de Matias Barbosa, e daí à roça de Antônio de Araújo, e desta à roça do capitão José de Sousa, donde se passa à roça do alcaide-mor Tomé Correia. Da roça do dito alcaide-mor se vai a uma roça nova do Azevedo, e daí à roça do juiz da alfândega Manuel Correia, e desta à de Manuel de Araújo. E em todas estas jornadas se vai sempre pela vizinhança do Paraíba.

Da roça do dito Manuel Araújo se vai à outra rocinha do mesmo.

Desta rocinha se passa à primeira roça do senhor Bispo, e daí à segunda do dito.

Da segunda roça do senhor Bispo fazem uma jornada pequena à Borda do Campo, à roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca.

Que vai para o rio das Mortes passa desta roça à de Alberto Dias, daí à de Manuel de Araújo, que chamam da Ressaca, e desta à Ponta do Morro, que é arraial bastante, com muitas lavras, donde se tem tirado grande cópia de ouro; e aí está um fortim com trincheiras e fosso, que fizeram os emboabas no primeiro levantamento. Deste lugar se vai jantar ao arraial do rio das Mortes.

E quem segue a estrada das minas gerais da roça sobredita de Manuel de Araújo da Ressaca do Campo, vai à roça que chamam de João Batista; daí à de João da Silva Costa, e desta à roça dos Congonhas, junto ao Rodeio da Itatiaia, da qual se passa ao campo do Ouro Preto, aonde há várias roças e de qualquer delas é uma jornada pequena ao arraial do Ouro Preto, que fica mato dentro, onde estão as lavras de ouro.

Todas as referidas marchas farão distância de oitenta léguas, a respeito dos rodeios que se fazem em razão dos muito e grandes morros, e por rumo de norte a sul não são mais que dous graus de distância ao Rio de Janeiro, porque o Ouro Preto está em vinte e um graus e o rio das Velhas estará em vinte, pouco mais ou menos. E todo o dito caminho se pode andar em dez até doze dias, indo escoteiro quem for por ele.

Do campo do Ouro Preto ao rio das Velhas são cinco jornadas, pousando sempre em roças.

CAPÍTULO XIII

Roteiro do caminho da cidade da Bahia para as minas do rio das Velhas.

PARTINDO DA CIDADE DA BAHIA, a primeira pousada é na Cachoeira; da Cachoeira vão à aldeia de Santo Antônio de João Amaro e daí à Tranqueira. Aqui divide-se o caminho, e tomando-o à mão direita, vão aos currais do Figueira, logo à nascença do rio das Rãs. Daí passam ao curral do coronel Antônio Vieira Lima, e deste curral vão ao arraial de Matias Cardoso.

Mas, se quiserem seguir o caminho à mão esquerda, chegando à Tranqueira, metem-se logo no caminho novo e mais breve, que fez João Gonçalves do Prado, e vão adiante até à nascença do rio Verde. Da dita nascença vão ao campo da Garça, e daí, subindo pelo rio acima vão ao arraial do Borba, donde brevemente chegam às minas gerais do rio das Velhas.

Os que seguiram o caminho da Tranqueira, à mão direita, chegando ao arraial de Matias Cardoso, vão longo do rio de São Francisco acima, até darem na Barra do rio das Velhas, e daí, como está dito, logo chegam às minas do mesmo rio.

Mas, porque nesta jornada da Bahia uns caminham até o meio-dia, outros até as três da tarde, e outros de sol a sol, porei a distância certa por léguas destes dous caminhos da Bahia para as minas do rio das Velhas, que é a seguinte:

Da cidade da Bahia até a Cachoeira, doze léguas.

Da Cachoeira até a aldeia de João Amaro, vinte e cinco léguas.

Da aldeia de João Amaro até a Tranqueira, quarenta e três léguas.

Da Tranqueira caminhando à mão direita até o arraial de Matias Cardoso, cinqüenta e duas léguas.

Do arraial de Matias Cardoso até a barra do rio das Velhas, cinqüenta e quatro léguas.

Da barra do rio das Velhas até o arraial do Borba, aonde estão as minas, cinqüenta e uma léguas. E são por todas duzentas e trinta e sete léguas.

Tomando o caminho da Tranqueira à mão esquerda, que da Bahia até aí consta de oitenta léguas, são da Tranqueira até a nasçença do rio Guararutiba trinta e três léguas.

Da dita nasçença até o último curral do rio das Velhas, quarenta e seis léguas.

Deste curral até o Borba, vinte e sete léguas. E são, por todas, cento e oitenta e seis léguas.

Este caminho da Bahia para as minas é muito melhor do que o do Rio de Janeiro e o da vila de São Paulo, porque posto que mais comprido, é menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas.

CAPÍTULO XIV

Modo de tirar o ouro das minas do Brasil e ribeiro delas,
observado de quem nelas assistiu
com o governador Artur de Sá.

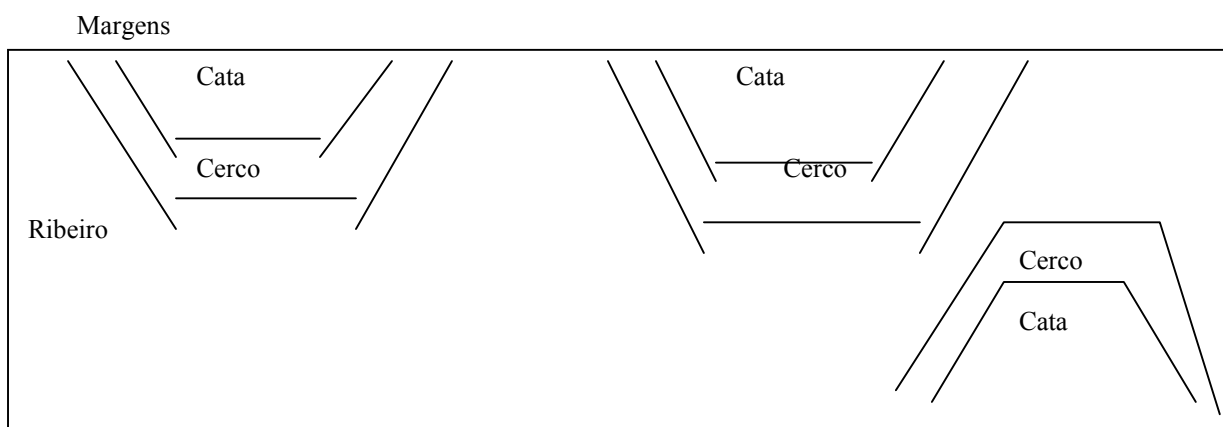
POREI AQUI A RELAÇÃO que o mesmo autor me mandou e é a seguinte. Conforme as disposições que vi pessoalmente nas minas de ouro de São Paulo, assim nas lavras de água dos ribeiros, como nas da terra contígua a eles, direi brevemente o que pode bastar, para que os curiosos indagadores da natureza mais facilmente conheçam em suas experiências que terra e que ribeiros possam ter ou não ter ouro. Primeiramente, em todas as minas que vi e em que assisti, notei que as terras são monstrosas, com cerros e montes que vão às nuvens, por cujos centros correndo ribeiros de bastante água, ou córregos mais pequenos, cercados todos de arvoredos grande e pequeno, em todos estes ribeiros pinta ouro com mais ou menos abundância. Os sinais por onde se conhecerá se o têm, são não terem áreas brancas à borda da água, senão uns seixos miúdos e pedraria da mesma casta na margem de algumas pontas dos ribeiros, e esta mesma formação de pedras leva por debaixo da terra. E começando pela lavra desta, se o ribeiro depois de examinado com socovão faiscou ouro, é sinal infalível que o tem também a terra, na qual, dando ou abrindo catas e cavando-se primeiro em altura de dez, vinte ou trinta palmos, em se acabando de tirar esta terra, que de ordinário é vermelha, acha-se logo um pedregulho, a que chamam desmonte, e vem a ser seixos miúdos com areia, unidos de tal sorte com a terra, que mais parece obra artificial do que obra da natureza; ainda que também se acha algum desmonte deste solto e não unido, e com mais ou menos altura. Esse desmonte rompe-se com alavancas, e se por acaso tem ouro, logo ele começa a pintar, ou (como dizem) a faiscar algumas faíscas de ouro na bateia, levando o dito desmonte. Mas, ordinariamente, se pintou bem o desmonte, é sinal que a piçarra terá pouco ou nenhum ouro, e digo ordinariamente, porque não há regra sem exceção.

Tirado fora o desmonte, que às vezes tem a altura de mais de braça, segue-se o cascalho, e vem a ser uns seixos maiores e alguns de bom tamanho, que mal se pode virar, e tão queimados que parecem de chaminé. E, tirado este cascalho, aparece a piçarra, ou piçarrão, que é duro e dá pouco, e este é um barro amarelo ou quase branco, muito macio, e o branco é o melhor, e algum deste se acha que parece talco ou

malacacheta, a qual serve como de cama aonde está o ouro. E, tomando com almocafres nas bateias esta piçarra, e também a terra que está entre o cascalho se vai lavar ao rio, e, botando fora a terra com a mesma bateia, andando com ela à roda dentro da água pouco a pouco, o ouro (se o tem) vai ficando no fundo da bateia até que, lavada toda a bateia da terra, pelo ouro que fica, se vê de que pinta é a terra.

Alguma terra há que toda pinta, outra só em partes e cada passo se está vendo que as catas em uma parte pintam bem e em outras pouco ou nada. Já se a terra tem veeiro, que é o mesmo que um caminho estreito e seguido, por onde vai correndo o ouro, certamente não pinta pelas mais partes da cata e se vai então seguindo o veeiro atrás do ouro, e estas de ordinário são as melhores lavras, quando o ouro pega em veeiros onde se encontram com grandeza e é sinal que toda a data da terra, para aonde arremete o veeiro, tem ouro. As catas ordinárias, que se dão em terra, são de quinze, vinte e mais palmos em quadra, e podem ser maiores ou menores, conforme dá lugar a terra. E se junto dos ribeiros a terra faz algum tabuleiro pequeno (porque ordinariamente os grandes não provam bem) esta é a melhor paragem para se lavar. Posto que o comum do ouro é estar ao nível da água, vi muitas lavras (e não as piores) que não guardam esta regra, com todas as disposições que temos dito, de cascalho, etc., mas não é isto ordinário.

Até aqui o que toca às lavras da terra junto da água; porém as dos ribeiros, se eles são capazes de se lhes poder desviar a água, se lavram divertindo esta por uma banda do mesmo ribeiro, com cerco feito de paus mui direito, deitados uns sobre outros com estacas bem amarrados, feito em forma de cano por uma e outra parte, para que se possa entupir de terra por dentro, do modo que aqui se vê:



Isto se entende quando se não pode desviar todo o ribeiro para outra parte, para o que raras vezes dão lugar os cerros. Divertida e esgotada a água com as bateias ou cuias, se tira os cascalhos ou seixos grandes e pequenos que na água não é mui alto e se dá com a piçarra; vê-se se o ouro demanda para a terra depois de lavada a cata e se busca a terra, entrando por ela e se vai seguindo e abrindo catas umas sobre outras. E, ordinariamente, se deve provar sempre em primeiro lugar o ribeiro dentro da madre antes de lavar a terra, para ver se tem ouro, porque se o tem quase sempre o há de haver em terra com mais ou menos abundância. E muitas vezes sucede (como se viu nas mais das lavras de Sabarabuçu) que, pintando mui pouco na água ou madre, em muitas lavras fora da água se deu com muito ouro.

Portanto, para se examinar se um ribeiro tem ouro, vendo-lhe as disposições que temos dito entre a água e a terra, se dará um socovão de sete ou oito palmos em quadra até chegar ao cascalho e piçarra; e se faiscar é sinal que, em terra e na água, há ouro e pelas pintas destes socovãos se conhecerá se são de rendimento. Nem nestas minas se repartem ribeiros sem serem primeiro examinados com estes socovãos junto da água. Nos ribeiros, onde há areia pelo meio e não há nas ribanceiras, também se acha ouro, havendo cascalho; assim também nos ribeiros, onde há areia por entre as pedras, se acha. O esmeril acha-se com areia preta entre o ouro, e em qualquer parte que se acha esmeril, tendo o ribeiro cascalho, há ouro.

Quando o ouro corre em veeiro, de ordinário corre direito do ribeiro para a terra adentro, e no mesmo ribeiro, se suceder acharem-se muitos veeiros, serão distantes uns dos outros; e suposto que perto do veeiro se ache formação, contudo, só no veeiro se acha mais ouro. Também se acham muitos seixos com granitos de ouro.

Estas são algumas das cousas que se podem dizer destas minas, para que se possa por aqui fazer exame em alguns ribeiros aonde se suspeita que haverá ouro. Não deixarei, contudo, de referir aqui também o que vi no famoso rio das Velhas, porque parece fora de toda a regra do mineral. Em uma

península que da terra entra no rio quase até o meio, em que com as cheias fica toda coberta de água, vi lavar dous córregos pequenos junto da água, os quais, abrindo-se com alavancas, eram todos um piçarrão duro e claro, e por entre ele, sem se ir lavar no rio, foi tal a grandeza do ouro de que estavam cheios, que se estava vendo em pedaços e granitos na mesma bateia. E bateada houve em que se tiravam de cada vez quarenta, cinqüenta e mais oitavas, sendo as ordinárias, enquanto se lavram, de oito e mais oitavas. Ainda que lavrando-se depois pela terra adentro na mesma península, foi diminuindo cada vez mais a pinta e foram logo aparecendo as disposições todas que temos dito, de terra, desmonte, cascalho e piçarra, que não há regra, como já disse, sem exceção, e muitas vezes não dá com ouro quem mais cava, senão quem tem mais fortuna. Também se acha muitas vezes uma disposição de desmonte que se chama tapanhuacanga, que vale o mesmo que cabeça de negro, pelo teçume das pedras, tão duro que só a poder de ferro se desmancha, e não é mau sinal, porque muitas vezes o cascalho que fica embaixo dá ouro.

De algumas particularidades mais desta minas, por serem menos essenciais, não falo, e porque são mais para se verem do que para se escreverem, e estas são as que bastam para o intento dos que, ou por curiosidade, ou para acertar na lavra, as procuram.

CAPÍTULO XV

Notícias para se conhecerem as minas de prata.

PRIMEIRAMENTE, pela maior parte, se acham as minas de prata em terras vermelhas e brancas, limpas de árvores e de poucas ervas; e sempre se hão de buscar no cume dos outeiros ou cerros, que é onde arrebentam as betas a modo de paredes velhas que correm sempre direitas, ou a modo de alicerces que estão debaixo da terra, ou como um marachão de muitas pedras unidas em roda; e, se se acham muito juntas, busque-se sempre a mais larga, ou a que está mais no meio do outeiro. Em havendo cavado uma vara ou braça, seguindo sempre a beta, se pode fazer experiência dos gêneros de metal que tiver, porque há betas que têm cinco ou seis gêneros de pedras, a que chamam os castelhanos metais. As ditas betas costumam ter de largo uma braça, ou quatro palmos, ou três, ou dous, ou um. Pela maior parte, entre a beta se acha terra de várias cores, e, às vezes, tudo é pedra maciça, e então costuma ser negra e branca a dita pedra, a modo de seixos; e quando há terra entre a pedra, pedra e terra, tudo tem prata. Esta beta ordinariamente está metida entre penhasco agreste e desde a superfície da terra até o fundo, sempre vai encaixonada.

A pedra é de várias cores, diferente das outras, e mui alegre: branca, negra, a modo de malacacheta que se lança nas cartas, cor de ouro, amarela, azul, esverdeada, parda, de cor de fígado, alaranjada, leonada, e ordinariamente tem ocos, onde se costuma criar prata como em cubelos. Outras pedras são todas prateadas, e outras com veias de prata, e só estas se conhecem logo que têm prata. Porém, as acima nomeadas, só quem tem muita experiência ou quem a souber fazer, virá em conhecimento que a têm. Também, às vezes, se acha uma malacacheta negra, a qual toda tem prata, e de ordinário uma libra desta malacacheta rende duas onças de prata. Pela maior parte, não há beta de prata que junto a ela se não ache malacacheta branca ou amarela ou em pedras agrestes, ou em terra.

A todas estas pedras chamam os castelhanos metais, e a algumas dão estes nomes. *Metal cobriço*: e é uma pedra que tira a verde, mui pesada, salgada ao gosto, estítica, e frange os beiços pelo acre do antimônio e vitríolo que tem misturado. *Metal polvorilha*: e é uma pedra um tanto amarela e é de mais lei que o acima, e às vezes, para o fundo, costuma dar em prata maciça. *Metal negrilho da primeira qualidade* é pedra negra com resplendores de limaduras grossas de ferro, é de pouca lei, porém, porque sai misturado com metal negro da segunda qualidade, que é com resplendores de areia miúda, e com o da terceira qualidade, que é aquele que feito pó, a sua areia não tem resplendor algum, e é o melhor e deve-se fazer caso dele. *Metal rosicler* é uma pedra negra, como o metal negrilho, melhor de areia, como pó escuro sem resplendor, e se conhece ser rosicler em que, lançando água sobre a pedra, se lhe dá com uma faca ou chave, com quem a mói e faz um modo de barro, como ensangüentado; e quanto mais corado o barro, tanto melhor é o rosicler, e é metal de muita riqueza, e fácil de se tirar; e dando em parte que haja deságüe ao cerro, não há mais que pedir; dá em caixa de barro como lama, e pedrinhas de todas as cores.

Metal paco é também como o rosicler, o qual é uma pedra quase parda, como o pano pardo ou defumado e mui pesada. Seria estender-se muito, se se houvesse de pôr seus gêneros de caixa, de qualidade e benefícios, porque é e se faz de muitos modos, segundo os gêneros de pacos. Porém, sendo a pedra sem gosto algum ao mastigar-se pisada, será de boa lei para a fundição, por ter muito chumbo, que ajuda a mesma fundição, e este gênero de metal e o negrilho são os mais abundantes nas minas, sem se

perderem nem mudarem; e, quando muito, mudam de pacos a negrilhos, e de negrilhos a pacos. *Metal* plomo ronco é uma pedra de cor de chumbo, porém mais escura, e mui dura e pesada. É riqueza de fundição, e desta pedra afirmam alguns que fazem bolas de bolear os índios Charruas, que vizinham, ou vizinhavam, com os portugueses na nova Colônia do Sacramento.

CAPÍTULO XVI

Modo de conhecer a prata e de beneficiar os metais.

SE HOUVER LENHA (e melhor é bosta de gado, por ser mais ativo o fogo dela) far-se-á uma fogueira, e no meio dela se lancem as pedras do gênero que tiver a mina, e as deixarão queimar, até que se ponham vermelhas, como se põe o ferro. E, estando vermelhas, que se lancem em água fria, cada uma em diversa parte, para se conhecer qual das cores tem mais prata, que logo se mostrará na água, porque, se tem prata, brotam por toda pedra como cabeças de alfinetes ou como grãos de munição.

Também se podem reconhecer com chumbo nesta forma. Quando os metais são negros, com poucas veias brancas (que, se são muitas, faz-se com azougue) sendo mui pesados, se moerão, de sorte que o grão maior fique como o de trigo, e em uma furna, como as que se fazem para derreter metais de sinos, se botará chumbo e se lhe dará fogo com fole, até que aquele chumbo se derreta e ponha corado, e então se lhe botará a pedra moída, a saber, em meia arroba de chumbo, se poderão beneficiar seis libras de pedra nesta forma.

Estando derretido e corado o chumbo, se lhe lançarão duas libras de pedra, estendendo-as por cima do chumbo; e estando tudo incorporado com o chumbo, a modo de água, para [a] forma se vai lançando a mais terra, até que se acabem as seis libras. E, em se acabando a pedra ou metal, se continue com dar fogo ao chumbo, até que o fogo o consuma, ou o converta em um farelo que vai criando por cima; o qual se irá tirando com a escumadeira, e apartando aos lados do vaso, até que a prata por último se dispa de uma teagem que tem por cima; e antes que de todo o faça, faz primeiro três ou quatro acometimentos como quem abre e cerra os olhos, a modo de ondas, até que de todo se abre e fica a prata líquida, sem fazer movimentos. E então se pára com o fogo, e estando um pouco dura, se mete a escumadeira por um lado e outro, para a desapegar do vaso e se tira fora.

Se quiserem fazer ensaio por azougue, far-se-á dos metais que não forem negros; ou, se forem negros, queimar-se-ão primeiro em forno de reverberação, até que se lhes tire a maldade de cousas acres que têm os metais ou pedras negras. E esta queima se faz depois de moídos; e se algum dos outros metais tiver acridades, se deve primeiro queimar também. O que posto, digo que todos os metais ou pedras se devem moer e peneirar, de sorte que fiquem como farinha de trigo; a peneira há de ser de pano e pesar-se-ão os metais. Se forem seis libras, se lhes botará um punhado de sal, e tudo junto se molhará com água, como quem mistura a cal com areia. Depois de bem unido, se faz um montinho, de sorte que esteja brando com a água, para que se incorpore com ele o sal, e nesta forma se deixará estar sobre uma tábua quatro ou cinco dias ao sol. E passados estes dias, se desfará o montinho e se pisará mui bem aquela terra, e em um pano fino de linho se botarão duas onças de azougue vivo, e com o mesmo pano se espremerá por cima da dita terra, que estará espalhada e bem fina; e junta se amassará com a mão, por tempo de uma hora, e, se estiver mui seco, se molhará com água, até que fique como barro de fazer telha.

Depôs disto se tornará a fazer monte e a pô-lo ao sol outros tantos dias, no cabo doa quais se tem prata alguma, o mostrará nesta forma, e vem a ser que o azougue e a prata se converterão em um farelo branco. E, estando assim, se lhe lançará mais azougue, e se tornará a amassar, como está dito, e a pô-lo ao sol outros tantos dias, e depois se torne a molhar e amassar. Isto feito, se bote em uma cuiá envernizada um pedacinho daquela terra, do tamanho de uma noz, e com água limpa se irá lavando, até que fique limpa a areiaq na cuiá, para conhecer se o azougue há colhido toda a prata; e se estiver ainda com farelo, se lance mais azougue, como acima.

Havendo colhido o azougue toda a prata, já não fará farelo na cuiá, e estará toda incorporada. Então, se lave todo o monte com muito cuidado, e se lance em um pano de linho novo e se esprema; e

aquela bola que ficar se queimará até que se queime todo o azougue, e ficará líquida a prata, e se conhecerá se são os metais de rendimento ou não.

Se o azougue estiver frio (o que se conhecerá estando metido dentro como um saquinho negro, que de si mesmo forma) se lhe botará mais sal ou magistral; e se estiver quente (o que se conhecerá de estar mui negro o farelo da prata) se lhe botará cinza molhada e se misturará tudo, como fica dito acima. Alguns dizem que a sobredita massa se há de revolver e amassar todos os dias duas vezes, por espaço de quarenta dias, e que a cada quintal de pedra se lança um almude de sal de compás e dez libras de azougue na forma acima.

Ultimamente, dão estas regras gerais. As minas de norte a sul fixo, são permanentes. As minas de ouro cabeceiam de oriente a poente, e dão em seixo branco ou negro, ou em barro vermelho, se são boas. Não havendo sal de pedras junto das serras de minas de prata, é sinal que não são minas de permanência, e a este chamam os castelhanos sal de compás. Só à vista de quem tem experiência se podem dar a conhecer fixamente os metais, porque há outros gêneros de pedras como eles, que não são de prata.

CAPÍTULO XVII

Dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça
depois do descobrimento do ouro nas minas.

NÃO HÁ COUSA TÃO BOA que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem dela. E até nas sagradas se cometem os maiores sacrilégios. Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão fermoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos? Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros, vadios. Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele nas catas, foi causa de haverem com altivez e arrogância, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar sem temor algum da justiça grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias, sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados. Os vadios que vão às minas para tirar ouro não dos ribeiros, mas dos canudos em que o ajuntam e guardam os que trabalham nas catas, usaram de traições lamentáveis e de mortes mais que cruéis, ficando estes crimes sem castigo, porque nas minas a justiça humana não teve ainda tribunal e o respeito de que em outras partes goza, aonde há ministros de suposição, assistidos de numeroso e seguro presidio, e só agora poderá esperar-se algum remédio, indo lá governador e ministros. E até os bispos e os prelados de algumas religiões sentem sumamente o não se fazer conta alguma das censuras para reduzir aos seus bispados e conventos não poucos clérigos e religiosos, que escandalosamente por lá andam, ou apóstatas, ou fugitivos. O irem, também, às minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal. E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras. Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim com está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro.

QUARTA PARTE

Cultura e Opulência do Brasil
pela abundância do gado e courama
e outros contratos reais que se rematam
nesta conquista

CAPÍTULO I

Da grande extensão de terras para pasto,
cheias de gado, que há no Brasil.

ESTENDE-SE O SERTÃO DA BAHIA até a barra do rio de São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita terra cento e quinze léguas; de Centocê, cento e trinta léguas; de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano, cinquenta. E porque as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Para-mirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambuque, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis. E na outra borda da parte de Pernambuco, é certo que são muito mais. E não somente de todas estas partes e rios já nomeados vêm boiadas para a cidade e Recôncavo da Bahia, e para as fábricas dos engenhos, mas também do rio Iguaçu, do rio Carainhaém, do rio Corrente, do rio Guaraíra, e do rio Piauí Grande, por ficarem mais perto, vindo caminho direito à Bahia, do que indo por voltas a Pernambuco.

E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco oitenta léguas; e continuando da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçu, contam-se duzentas léguas. De Olinda para oeste, até o Piauí, freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas; e pela parte do norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, oitenta léguas, e daí até o Açu, trinta e cinco; e até o Ceará Grande, oitenta; e, por todas, vem a estender-se desde Olinda até esta parte quase duzentas léguas.

Os rios de Pernambuco, que por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado (fora o rio Preto, o rio Guaraíra, o rio Iguaçu, o rio Corrente, o rio Guariguaê, a lagoa Alegre e o rio de São Francisco da banda do Norte) são o rio Cabaços, o rio de São Miguel, as dias Alagoas com o rio do Porto do Calvo, o da Paraíba, o dos Cariris, o do Açu, o do Apodi, o do Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piauí.

Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio de São Francisco até o rio Grande, tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Parnaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam. Assim como aí também param e descansam as que à vezes vêm de mais longe. Mas, quando nos caminhos se acham pastos, porque não faltaram as chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém, se por causa da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas, aí o vendem os que o levam e aí descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade.

Só do rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco, ainda que destas se aproveitam mais os da Bahia, para aonde vão muitas boiadas, que os pernambucanos.

A parte do Brasil que tem menos gado é o Rio de Janeiro, porque tem currais somente nos campos de Santa Cruz, distante catorze léguas da cidade, nos Campos Novos do rio de São João, distante trinta e nos Goitacases, distante oitenta léguas; e em todos estes campos não passam de sessenta mil as cabeças de gado que nelas pastam.

A capitania do Espírito Santo se provê limitadamente da Moribeca e de alguns currais aquém do rio Paraíba do Sul.

As vilas de São Paulo matam as reses que têm em suas fazendas, que não são muito grandes, e só nos campos de Curitiba vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado.

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torres tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nasença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim a fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios com também nos caminhos.

CAPÍTULO II

Das boiadas que ordinariamente se tiram cada ano dos currais para as cidades, vilas e recôncavos do Brasil, assim para o açougue como para o fornecimento das fábricas.

PARA QUE SE FAÇA justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, e os das Alagoas de Pernambuco dous mil e quinhentos, bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos.

Além disso, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinqüenta mil meios de sola; de Pernambuco, quarenta mil, e do Rio de Janeiro (não sei se computando os que vinham da Nova Colônia ou só os do mesmo Rio e outras capitanias do Sul) até vinte mil, que vêm a ser, por todos, cento e dez mil meios de sola.

O certo é que não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes, se sustentam nos dias não proibidos de carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fressuras,

bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos.

Sendo também tantos os engenhos do Brasil que cada ano se fornecem de bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca, serrarias e lenhas, daqui se poderá facilmente inferir quanto haverão mister de ano em ano, para conservar este trabalhoso meneio. Portanto, deixar isto à consideração de quem ler este capítulo, julgo que será melhor acerto, do que afirmar precisamente o número das boiadas, porque nem os mesmos marchantes, que são tantos e tão divididos por todas as partes povoadas do Brasil, o podem dizer com certeza; e, dizendo-o, temo que não pareça crível e que se julgue encarecimento fantástico.

CAPÍTULO III

Da condução das boiadas do sertão do Brasil; preço ordinário do gado que se mata e do que vai para as fábricas.

CONSTAM AS BOIADAS que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e cinqüenta, duzentas cabeças de gado; e, destas, quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que, cada dia, chegam boiadas. Os que as trazem, são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As suas jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde vão parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra às reses o vão por onde hão de passar.

Quem quer que entrega sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas, v. g., até a Capoame, que é jornada de quinze ou dezasseis até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cada cabeça da dita boiada; e este corre com os gastos dos tangedores e guias; e tira da mesma boiada a matalotagem da jornada. De sorte que, se a boiada constar de duzentas cabeças de gado, dão-se-lhe outros tantos cruzados, se com todas chegar ao lugar destinado. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam. Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil réis, e ao homem que com seu cavalo guia a boiada, oito mil réis. Sendo as distâncias maiores, cresce proporcionadamente a paga de todos. E, por isso, do rio de São Francisco acima, vindo para Capoame, alguns dos que tomam à sua conta trazer boiadas alheias querem seis ou sete tostões por cada cabeça, e mais, se for maior a distância.

Uma rês, ordinariamente, se vende na Bahia, por quatro até cinco mil réis; os bois mansos, por sete para oito mil réis. Nas Jacobinas vende-se uma rês por dous mil e quinhentos até três mil réis. Porém, nos currais do rio de São Francisco, os que têm maior conveniência de venderem gado para as minas o vendem na porteira do curral pelo mesmo preço que se vende na cidade. E o que temos dito até aqui das boiadas da Bahia, se deve entender com pouca diferença das boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO IV

Que custa um couro em cabelo e um meio de sola beneficiado até se pôr do Brasil na alfândega de Lisboa.

Vale cada couro em cabelo	2\$100
De o salgar e secar	\$200
De o carregar ao curtume	\$040
De o curtir	\$600

Importa tudo dous mil, novecentos e quarenta réis 2\$940

Um meio de sola vale	1\$500
De o carregar à praia	\$010
De frete do navio	\$120
De descarga para a alfândega	\$010
Por todos os direitos	\$340

Importa tudo mil novecentos e oitenta réis 1\$980

Os meios de sola que ordinariamente vão cada ano do Brasil para o Reino, importam o seguinte:

Da Bahia, cinqüenta mil meios de sola, a 1\$980	99:000\$000
De Pernambuco, quarenta mil a 1\$750	70:000\$000
Do Rio de Janeiro e outras capitanias do Sul, vinte mil a 1\$640	32:800\$000

O que tudo importa duzentos e um contos e oitocentos mil réis, que, reduzidos a cruzados, são quinhentos e quatro mil e quinhentos cruzados 201:800\$000

CAPÍTULO V

Resumo de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal, e do seu valor.

POR ÚLTIMA DEMONSTRAÇÃO da opulência do Brasil em proveito do Reino de Portugal, perei aqui agora o resumo do que nestas quatro partes tenho apontado, que, por junto, não deixará de causar maior admiração do que pode ter causado por partes.

Importa, pois, todo o açúcar	2.535:142\$800
Importa o tabaco	344:650\$000
Importam ao menos cem arrobas de ouro	614:400\$000
Importam os meios de sola	201:800\$000
Importam o pau-brasil de Pernambuco	48:000\$000

O que tudo soma, como parece, três mil, setecentos e quarenta e três contos, novecentos e noventa e dous mil e oitocentos réis. Os quais, reduzidos a cruzados, são nove milhões, trezentos e cinqüenta e nove mil, novecentos e oitenta e dous cruzados 3.743:992\$800

Aos quais, se se acrescentar o que rende o contrato das baleias, que por seis anos se rematou ultimamente na Bahia por cento e dez mil cruzados, e no Rio de Janeiro por três anos, por quarenta e cinco mil cruzados. O contrato anual dos Dízimos Reais que, na Bahia, nestes últimos anos, fora as propinas, chegou perto de duzentos mil cruzados, no Rio de Janeiro, por três anos, por cento e noventa mil cruzados, em Pernambuco, por outros três anos, por noventa e sete mil cruzados, em São Paulo, por sessenta mil cruzados, fora os das outras capitanias menores, que em todas notavelmente cresceram. O contrato dos vinhos, que na Bahia se rematou por seis anos em cento e noventa e cinco mil cruzados, em Pernambuco, por três anos, em quarenta e seis mil cruzados, e no Rio de Janeiro, por quatro anos, por mais de cinqüenta mil cruzados. O contrato do sal, na Bahia, arrematado por doze anos, a vinte e oito mil cruzados cada ano. O contrato das águas ardentes da terra e de fora, avaliado por junto em trinta mil cruzados. O rendimento da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que fazendo em dous anos três milhões de moedas de ouro, deu de lucro a El-Rei, que o compra a doze tostões a oitava, mais de seiscentos mil cruzados, além das arrobas dos quintos, que cada ano lhe vão. Os direitos que se pagam nas alfândegas dos negros que vêm cada ano de Angola, São Tomé e Mina em tão grande número aos portos da Bahia, Recife e Rio de Janeiro, a três mil e quinhentos réis opor cabeça. E os dez por cento das fazendas do Rio de Janeiro, que importam, um ano por outro, oitenta mil cruzados, bem se vê a utilidade que resulta continuamente do Estado do Brasil à Fazenda Real, aos portos e reino de Portugal; e também às nações estrangeiras que com toda a indústria procuram aproveitar-se de tudo o que vai deste Estado.

CAPÍTULO ÚLTIMO

Quanto é justo que se favoreça o Brasil, por ser de tanta utilidade ao reino de Portugal.

PELO QUE TEMOS DITO ATÉ AGORA, não haverá quem possa duvidar de ser hoje o Brasil a melhor e mais útil conquista, assim para a Fazenda Real, como para o bem público, de quantas outras conta o reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai destes portos, que são minas certas e abundantemente rendosas. E, se assim é, quem duvida também que este tão grande e contínuo emolumento merece justamente lograr o favor de Sua Majestade e de todos os seus ministros no despacho das petições que oferecem e na aceitação dos meios que, para alívio e conveniência dos moradores, as Câmeras deste Estado humildemente propõem? Se os senhores de engenhos, e os lavradores do açúcar e do tabaco são os que mais promovem um lucro tão estimável, parece que merecem mais que os outros preferir no favor e achar em todos os tribunais aquela pronta expedição que atalha as dilações dos requerimentos e o enfado e os gastos de prolongadas demandas. Se cresce tão copioso o número dos moradores, naturais de Portugal, que cada vez mais povoam as partes que antes eram desertas, ficando muito distantes das igrejas, é justo que estas se multipliquem, para que todos tenham, mais perto o necessário remédio de suas almas. Pagando-se tão pontualmente a soldadesca que assiste nas praças e nas fortalezas marítimas, não poderia deixar de sentir os que para isso concorrem, se com serviços iguais não fossem adiantados nos postos. Se pelo seu trabalho tanto cresceram os dízimos que se oferecem a Deus, pede a razão que os seus filhos idôneos não sejam pospostos nos concursos e provimentos das igrejas vacantes do Estado. E, sendo comumente tão esmoleres com os pobres, e tão liberais para o culto divino, merecem ter a Deus propício na terra e remunerador eterno no céu.

FIM